



UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE – ULAN

◇ Lunda-Norte ◇ Lunda-Sul ◇ Malanje ◇
ESCOLA PEDAGÓGICA DA LUNDA-NORTE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS
INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA, EM PARTICULAR
NO MUNICÍPIO DE TCHITATO DUNDO.**

Autor: Jorge Muiamba

DUNDO

2020



UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE – ULAN
◊ Lunda-Norte ◊ Lunda-Sul ◊ Malanje ◊
ESCOLA PEDAGÓGICA DA LUNDA-NORTE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**PERCEÇÕES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS
INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA, EM PARTICULAR
NO MUNICÍPIO DE TCHITATO DUNDO.**

Trabalho apresentado à Comissão Científica do
Mestrado em Educação da Escola Superior Pedagógica
da Lunda-Norte, para a obtenção do Título Académico de
Mestre em Educação

Autor: Jorge Muiamba

Orientador : PhD. Paulo Sérgio Garcia

DUNDO

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Muiamba, Jorge

Percepções Sobre o Papel das Agências Internacionais na Educação em Angola, em Particular No Município De Tchitato - Dundo

Jorge Muiamba. Dundo, 2020, 115 p.

ISSN: XXX

DOI: XXX

Dissertação de Mestrado (Educação) - Universidade Lueji A'Nkonde – ULAN, Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte, Área Temática XXX, Dundo, 2020.

Orientador: PhD. Paulo Sérgio Garcia

1. Agências Internacionais. 2. Educação. 3. Papel. 4. Política Educacional. 5. Melhoria do Sistema. I. Jorge Muiamba.



UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE – ULAN
◊ Lunda-Norte ◊ Lunda-Sul ◊ Malanje ◊
ESCOLA PEDAGÓGICA DA LUNDA-NORTE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Folha de Avaliação

Nome: **Jorge Muiamba**

Título: Percepções sobre o papel das agências internacionais na educação em Angola, em particular no Município de Tchitato - Dundo.

Dissertação apresentada à Comissão Científica do Mestrado em Educação da Escola Pedagógica da Lunda-Norte, para a obtenção do Título Académico de Mestre em Educação.

Data de avaliação: 11 de Maio de 2021.

Aprovada pela Banca Examinadora

BANCA EXAMINADORA

1. PROFESSOR DOUTOR CARLOS PEDRO CLÁVER YOBA Professor catedrático da ULAN – Presidente
2. PROFESSOR DOUTOR PAULO SERGIO GARCIA Professor Titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – Orientador
3. PROFESSOR DOUTOR NONATO MIRANDA Professor Titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – Membro
4. PROFESSOR DOUTOR NARCISO DAMÁSIO DOS SANTOS BENEDITO Professor da Faculdade de Ciências sociais da Universidade Agostinho Neto
5. PROFESSOR DOUTOR ALBANO AGOSTINHO EDUARDO Docente Colaborador na Escola Pedagógica do Dundo-ULAN

DEDICATÓRIA

A Deus, por tudo...

Aos meus amados Pais, Esposa, Filhos, Netos, Irmãos, Professores, Colegas,
Amigos e a todos que se interessarem ter este trabalho.

Muito Obrigado!!

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de fim de Curso não é unicamente sacrifício do autor. Para que chegue a sua elaboração, tem de se materializar o trabalho de uma série de pessoas, desde os Professores que ensinam a matéria, até quem participa na sua impressão.

Os meus sinceros agradecimentos a todos os colaboradores e de modo especial: A Deus, por ter concedido a vida e saúde, sem as quais nada teria feito;

Aos meus Pais, Esposa, filhos e irmãos, pelo amor, carinho e contribuição pela minha formação;

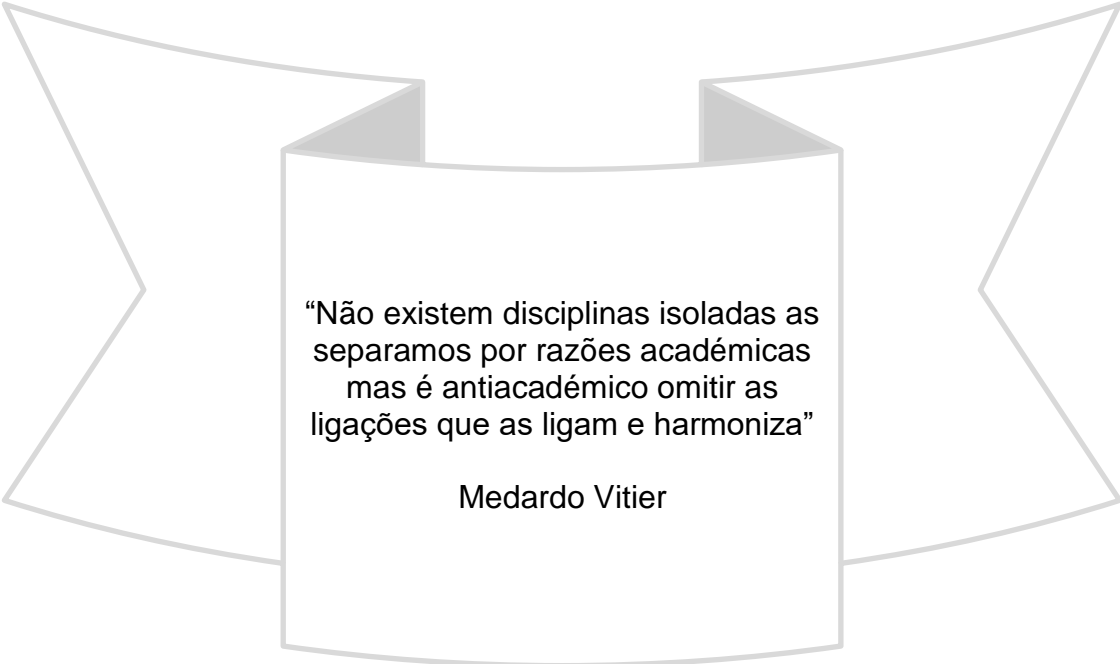
Ao meu Orientador, PhD. Paulo Sergio Garcia, pela amizade construída ao longo desse tempo, pelo afecto e carinho a mim dispensado e por tantas outras incontáveis vivências com as quais muito trocamos. Teria que escrever uma nova dissertação para descrever o quanto de alguma forma sua fortaleza me fez admirá-lo mais e mais. Tiro literalmente o capacete e reverencio às águas.

Ao Professor Doutor Roberto Silva, pelo suporte material e emocional, estando sempre pronto a ouvir as minhas dúvidas e a oferecer sugestões importantes e ao Professor Doutor João Muteteca Naege, pelas sugestões;

Aos meus colegas e amigos, cujos nomes não citarei com o receio de omitir alguns, pelo carinho e companheirismo que me brindaram durante o trajecto em busca de conhecimentos;

Aos meus Professores do Mestrado-ULAN, em especial aos que contribuíram para a minha formação.

Muito obrigado!!!



“Não existem disciplinas isoladas as
separamos por razões académicas
mas é antiacadémico omitir as
ligações que as ligam e harmoniza”

Medardo Vitier

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACNUR Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADM Administração Municipal
ADPCI Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional
ADPP Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
ADRA Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AJPD Associação Justiça, Paz e Democracia
APN A Ajuda Popular da Noruega
BIEF *Bureau d'Ingénierie en Éducation et en Formation*
CCI Centro de Comércio Internacional
CEDEAO Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CICL Instituto da Cooperação e da Língua
CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DDH Democracia e Direitos Humanos
DME Direcção Municipal da Educação
DW Development Workshop
EACDH Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
EPT Educação Para Todos
FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAP Forças Armadas Portuguesas
FAS Fundo de Apoio Social
FMI Fundo Monetário Internacional
FNLA Frente Nacional de Libertação de Angola
FNUAP Fundo das Nações Unidas para a População
GPE Gabinete Provincial da Educação
GNOPS Gabinete das Nações Unidas de Serviços para Projectos
IGT Inspeccção-Geral do Trabalho
INE Instituto Nacional de Estatística
INFQ Instituto Nacional de Formação de Quadros
IPEC Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
LBSEE Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino
LGT Lei Geral do Trabalho
Med Ministério da Educação
MPDM Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento
MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola
NCA A Ajuda das Igrejas Norueguesas
NEPAD Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NOK Coroas Norueguesas
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT Organização Internacional do Trabalho
OMS Organização Mundial da Saúde
ONG Organização Não-Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
ONUSIDA Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV
P. página
PAANE Programa de Apoio a Actores Não Estatais
PAEP Projeto de Apoio ao Ensino Primário
PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
PMFP Plano Mestre de Formação de Professores
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDE Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNUAH Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUFID Programa das Nações Unidas para a Fiscalização Internacional de Drogas
PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RDC República Democrática do Congo
RPPO Reforço do Processo de Planeamento e Orçamentação
SADC Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAN Saúde Alimentar Nacional
SDN Sociedade das Nações
SIDA Síndrome Imunodeficiência Adquirida
SNU Sistema das Nações Unidas
TI Transparency Internacional
UA União Africana
UE União Europeia
UNCTAD Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESCO Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFPA Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNITA União Nacional para Independência Total de Angola
UNRIC Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental
UNSSC United Nations System Staff College
UNU Universidade das Nações Unidas
UPA União dos Povos de Angola
VNU Voluntários das Nações Unidas
ZIP Zona de Influência Pedagógica

RESUMO

Os estudos, em geral, sobre as agências internacionais, em vários países, têm mostrado posições favoráveis e desfavoráveis quanto ao trabalho que elas vêm realizando, focado, entre outras questões, na ajuda humanitária. Tais discussões também estão presentes no cenário da educação. Este estudo analisa as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato. Para atingir este objetivo, foram utilizadas as indicações da abordagem qualitativa de pesquisa. A fundamentação teórica do estudo trouxe pesquisas abrangentes e recentes (SEITENFUS, 1997; LUCAS LUCIANO, 2019; MPINDA SIMÃO, 2017; HERZ; HOFFMANN, 2004; NETO, 2007; BAUMANN; MUSSI, 2006; AIRES, 2007, AIRES, 2007; SATO, 2003; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2017, FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; VIEIRA et al, 2018, entre outros) para a contextualização do fenómeno estudado. Os resultados revelaram que os participantes percebem as agências internacionais como instituições que contribuem para a formulação das políticas educacionais e auxiliam na melhoria da qualidade do sistema, pois elas têm potencial para tal, dispõem de conhecimentos e seus relatórios possibilitam monitorar os seus projectos e acções, o que de facto torna-se relevante no contexto da República de Angola. Todavia, os dados indicaram também que as contribuições desses organismos não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país. De facto, qualquer tipo de auxílio, no campo educacional, não pode estar ligado à imposição de políticas que enquadrem a educação às premissas da economia, do mundo empresarial, pois a educação é um direito inalienável da criança. Os dados mostraram também que o papel das agências tem sido por muitos, directores e profissionais da educação, ainda desconhecido. Esses são indicativos importantes para as autoridades públicas, sendo preciso tornar mais visível tais organismos, seus projectos, objectivos e suas acções no país. Acredita-se que esses dados sejam significativos para as autoridades educacionais, pois podem ser utilizados para fomentar discussões no contexto de formação de directores escolares e de professores.

Palavras-chave: Agências Internacionais. Educação. Papel. Percepções. Tchitato.

ABSTRACT

Studies in general on international agencies in several countries have shown favorable and unfavorable positions regarding the work they have been doing, focusing, among other issues, on humanitarian aid. Such discussions are also present in the education scenario. This study analyzes the perceptions of different actors about the role of international agencies in education, with a focus on the formulation of educational policies and the improvement of educational quality in the Republic of Angola, in particular in the municipality of Tchitato. To achieve this objective, indications from the qualitative research approach were used. The theoretical foundation of the study brought comprehensive and recent research (SEITENFUS, 1997; LUCAS LUCIANO, 2019; MPINDA SIMÃO, 2017; HERZ; HOFFMANN, 2004; NETO, 2007; BAUMANN; MUSSI, 2006; AIRES, 2007, AIRES, 2007; SATO, 2003; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2017, FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; VIEIRA et al, 2018, among others) for the contextualization of the studied phenomenon. The results revealed that the participants perceive international agencies as institutions that contribute to the formulation of educational policies and help to improve the quality of the system, as they have the potential to do so, they have knowledge and their reports make it possible to monitor their projects and actions, which in fact becomes relevant in the context of the Republic of Angola. However, the data also indicated that the contributions of these agencies must not interfere with the conceptions of education that are established under the country's laws. In fact, any type of aid, in the educational field, cannot be linked to the imposition of policies that frame education to the premises of the economy, of the business world, as education is an inalienable right of the child. The data also showed that the agencies' role has been, for many, principals, and education professionals, still unknown. These are important indicators for public authorities, and it is necessary to make these agencies, their projects, objectives, and actions in the country more visible. These data are believed to be significant for educational authorities, as they can be used to foster discussions in the context of the school principals and teachers' education.

Keywords: *International Agencies. Education. Role. Perceptions. Tchitato.*

Sumário

PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA, EM PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE TCHITATO DUNDO.....	1
PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO EM ANGOLA, EM PARTICULAR NO MUNICÍPIO DE TCHITATO DUNDO.....	2
Percepções Sobre o Papel das Agências Internacionais na Educação em Angola, em Particular No Município De Tchitato - Dundo /	3
Título: Percepções sobre o papel das agências internacionais na educação em angola, em particular no município de tchitato - dundo.....	4
DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	I
Pensamento do escritor	II
SIGLAS E ACRÓNIMOS	III
RESUMO	IV
INTRODUÇÃO	3
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1.1 Implementação das políticas educacionais em Angola.....	10
a) Periodos da educação em Angola	11
1.2 Os princípios da educação e ensino em angola.....	22
2..AGÊNCIAS INTERNACIONAIS: ORIGEM, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	25
2.1. Origem, conceito e características	25
2.1.1 Organização das Nações Unidas	29
2.1.2 Algumas Agências e Programas Internacionais	32
2.2 Agências internacionais em Angola	34
2.2.1. Ajuda Popular da Noruega (Norsk Folkehjelp)	36
2.2.2. Ajuda das Igrejas Norueguesas Kirkens Nodhjelp	37
2.2.3 Development Workshop	38
2.2.4 A União Europeia.....	39
2.2.5. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas	41
2.2.6. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	43
2.2.7. Fundo das Nações Unidas para a Infância	44
2.2.8 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.....	46
2.3 Associações não governamentais de Angola.....	47
2.3.1 Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	47
2.3.2 Associação Justiça Paz e Democracia.....	49
2.3.3 Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento	50
2.3.4 Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional	51
2.4 As agências internacionais, papéis e actuação na educação.....	52
3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61

3.1 Contexto de pesquisa	61
3.2 A Educação no Município do Tchitato	63
3.3 Tipo de estudo	67
3.4 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa na segunda fase	73
3.5 Análise e interpretação dos dados	73
4. RESULTADOS: AS PERCEPÇÕES DE DIFERENTES ACTORES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO	74
4.1. O perfil dos participantes deste estudo	74
4.2. As percepções dos participantes sobre o papel das Agências Internacionais na Formulação das Políticas Educacionais na República de Angola.	76
4.3. Discussão dos resultados.....	85
4.3.1. Secção 1: Dados dos informantes.....	86
4.3.2. - Secção 2: Formação académica.....	86
4.3.3. - Secção 3: Carreira docente.....	86
4.3.4. - Secção 4: Percepções sobre o Papel das agências internacionais em Angola	87
5. PRODUTO.....	92
5.1. Sequência de acções pedagógicas	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	101

INTRODUÇÃO

Em Angola, as agências internacionais, Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras, têm contribuído para o desenvolvimento económico e educacional do país realizando algumas acções sociais (formação de gestores e docentes), para estimular alguns sectores da sociedade, em geral, e a educação angolana, em particular.

Angola é considerada pela Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), um país de baixo desenvolvimento educativo, ocupando o 111.º lugar entre 120 países na tabela de Educação para Todos da UNESCO, do ano de 2012, com um valor de 0.685 e um índice de paridade de género de 0.734, valores reportados a 2010, causado por baixas taxas de transição e altas taxas de abandono das meninas e de adolescentes na educação secundária, em particular nas zonas rurais.

Apesar de grandes investimentos na construção de escolas, no país, a disponibilidade de salas de aulas não se manteve proporcional ao aumento rápido do número de estudantes, levando ao aumento do tamanho das turmas, criando turnos duplos e triplos e reduzidas horas de contacto com o ensino. Além disso, as distâncias a percorrer até às escolas, em particular as secundárias, continuam a ser enormes.

Muitas crianças começam a escola primária muito tarde. Somente 50,7% delas de 6 anos de idade estão no ensino primário. Existem grandes diferenças de acesso nas áreas urbanas e rurais. (LUCAS LUCIANO, 2019).

De acordo com o Ministério de Educação (MED, 2018), muitos professores (181.624) foram submetidos a uma educação profissional, para dar cobro aos serviços de educação básica e preparação profissional. São processos de preparação profissional, actualização ou oportunidades de formação contínua nos locais de trabalho que eram inexistentes.

Desta forma, considera-se importante o contributo especializado das agências (ONU, UNESCO, entre outras) no apoio à acção do executivo concretizada no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 para o sector, em

particular através de iniciativas e apoio às acções específicas indicadas no Plano Nacional de Educação para Todos de 2013-2020, para a melhoria da gestão, acesso, qualidade e equidade do ensino pré-escolar, pré-primário, educação primária.

Neste contexto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) continua a oferecer apoio técnico aos programas iniciados pelo Governo. O UNICEF e a UNESCO trabalham estreitamente na coordenação de projectos, elas estão em Angola desde o último quartel do século XX (meados dos anos 80), apoiados pelo Banco Mundial, para melhorar a qualidade da formação contínua de professores, incluindo a avaliação dos resultados de aprendizagem.

O UNICEF e a UNESCO têm intensificado a coordenação no apoio técnico para a implementação do Plano Nacional de Educação para Todos, 2013-2020. O UNICEF realiza esforços no reforço da capacidade do Ministério da Educação (Med) para a concepção de políticas em áreas como o acesso equitativo, através de planos estratégicos para a educação gratuita e especial.

Em estreita coordenação com o projecto do Banco Mundial, para o reforço da capacidade de professores de escolas primárias, o UNICEF assiste o Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ) no desenvolvimento de módulos para o ensino de competências para a sobrevivência.

Em consonância com o PND, que visa promover o desenvolvimento humano e educacional baseado na educação e na aprendizagem ao longo da vida para todos os angolanos, as Nações Unidas comprometeram-se a desenvolver parcerias com o governo de Angola para obter os melhores resultados educacionais, a nível nacional e também atingir as metas internacionais.

De acordo o Relatório da Comissão Multisectorial para Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE 17-30), a contribuição da UNESCO em Angola já beneficiou cerca de 4 milhões de analfabetos com idade entre 15 e 35 anos, representando assim mais de 25% da população. Todavia, há muito para ser realizado para melhorar a qualidade e a eficiência do sistema educativo através da realização das reformas necessárias, e os governantes angolanos necessitam reunir mais esforços estratégicos, junto com algumas

agências, para minimizar a situação que agride, sobretudo, a dignidade humana e os mais pobres (MPINDA SIMÃO, 2017, p.3).

Neste contexto, as agências internacionais podem contribuir com o país, em geral, e com a educação, em particular. Entre os organismos internacionais ligados à ONU, merece maior destaque a participação do Banco Mundial, criado em 1944, na Conferência Bretton Woods. O banco é uma instituição que financia e maneja operações de créditos, financiamentos e investimentos, envolvendo dinheiro público e privado.

Existem outras agências internacionais que também podem ser destacadas, tais como: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras.

As agências internacionais têm origem em meados do século XIX, quando foram criados mecanismos institucionalizados para promover a cooperação técnica entre as potências europeias da época. No século XX, principalmente após as grandes guerras e a Guerra Fria, surgiram várias agências internacionais voltadas para diferentes temáticas, como segurança, economia, sociedade, entre outras. (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Vários autores já discutiram sobre a conceituação das agências internacionais (SEITENFUS, 1997; NETO, 2007; BAUMANN; MUSSI, 2006; AIRES, 2007, entre outros). Há na literatura uma polissemia de entendimentos sobre elas. Além da busca por uma definição, (HEREDIA; RIDRUEJO, 1999) indicaram dois critérios para compreendê-las. No primeiro caso, a existência de fins, composição e competências; no segundo, a participação, a matéria sobre que versa a cooperação e os métodos da cooperação.

No campo da educação, além de Angola, as agências internacionais têm contribuído com muitos países (Brasil, Bolívia, Peru), sobretudo com as questões de redução do analfabetismo por meio da implementação de políticas educativas. Seu papel tem sido discutido por vários pesquisadores nas últimas décadas, com as mais variadas perspectivas, algumas favoráveis e outras desfavoráveis (AIRES, 2007; SATO, 2003; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2017, entre outros).

Em geral, as agências têm objectivos ligados a auxiliar na promoção da cooperação entre os países para superar a pobreza, o analfabetismo, entre outras

questões. Existem grandes debates, no campo da educação sobre elas. Há um grupo de pesquisadores (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003; VIEIRA et al, 2018, NGABA, 2012, entre outros), que criticam tais agências, pois elas possuem políticas que induzem os países a implantar modelos de educação baseados na lógica de competências, ligadas ao mercado de trabalho e à privatização. Outros, todavia, no Brasil, possuem uma visão mais construtiva e otimista (ANTUNES; ZWETSCH; SARTURI, 2017), indicando que esses organismos auxiliam, sobretudo no campo da alfabetização de crianças e adultos.

Em Angola, um estudo realizado por Simão, Guedes e Nieto (2017), *A Inserção Internacional de Angola: Intervenções e Interferências Externas e suas Implicações para Governança e Gestão Pública*, mostrou que essas agências têm o intuito de “disseminar as ideais neoliberais, embora se proponham a transparência nas finanças públicas e melhoria da contabilidade pública, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e o combate à pobreza”. (p. 124).

Os mesmos autores afirmam ainda que as intervenções da ONU fracassaram porque ficaram condicionadas:

“pelos interesses das potências mundiais, segundo estratégias de segurança internacional relacionadas à expansão e/ou contenção do comunismo e aos interesses de corporações estrangeiras na exploração do petróleo e de diamantes.”

Entretanto, os autores se referem às questões “de redução da pobreza, governança democrática, prevenção e recuperação de crises, e desenvolvimento sustentável” (p. 124).

Os autores supracitados indicaram também que os resultados das políticas do PNUD foram pequenos e as taxas de analfabetismo ainda continuam altas no país, próximas 25%.

Neste contexto, considerando as controvérsias sobre as agências internacionais, em geral, e suas contribuições em Angola no campo da Educação, em particular, está o objectivo deste estudo, qual seja analisar as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no Município de Tchitato.

Problema de pesquisa: Quais as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato?

Objectivo Geral

Realizar uma análise sobre as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato.

Objectivos específicos

1. Rever a literatura sobre o tema principal deste estudo;
2. Examinar os documentos sobre as agências internacionais para ampliar o conhecimento sobre seus objectivos, entre outros, e, sobretudo, para subsidiar a elaboração do questionário para este presente estudo;
3. Compreender as percepções de um grupo de profissionais que actuam no Município de Tchitato (Agentes Ministeriais, Directores escolares, professores, Deputados a Assembleia Nacional do Circulo Provincial e Público Estudantil) sobre o Papel das Agências Internacionais na Formulação das Políticas Educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola em particular no Município de Tchitato.

A dissertação segue um raciocínio dedutivo e está organizada a partir da introdução, seguida de secções sobre a revisão da literatura (Fundamentação Teórica, Agências internacionais: Origem, Conceito e Características), procedimentos metodológicos, os resultados e as discussões dos dados, o produto e considerações finais.

Na introdução deste estudo o problema de pesquisa é contextualizado e definido. São também apresentados os objectivos, geral e específicos. Pretende-se que o leitor tenha uma visão ampla e clara sobre o trabalho a ser realizado.

Na primeira secção descreve-se e analisa-se a educação em Angola, a partir de uma perspectiva histórica e sociológica. As análises iniciais focam o período colonial, pela sua importância. Discorre-se sobre os períodos, realizando apreciações sobre o primeiro período, as discussões sobre a educação e o ensino

antes da independência; o segundo período, que trata do surgimento da educação e ensino oficial em Angola; o terceiro período, baseado na educação e no ensino pós independência 1975 – 1980; o quarto, na implementação das políticas do ensino “experiência socialista” - 1975 a 1991; o quinto período, que apresenta o novo sistema de educação e ensino; o sexto, que trata da primeira reforma do sistema educativo em Angola - 1976 – 2000; e o sétimo período, mostrando a organização do sistema educacional. Neste capítulo também são descritos os princípios da educação ensino em Angola.

Na segunda secção apresentam-se as agências internacionais, suas origens, conceitos e papéis na sociedade actual, em geral, e em Angola, em particular. São apresentadas, entre outras, a ONU, por sua importância e vocação universal.

Outras agências também são apresentadas, tais como: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Centro de Comércio Internacional (CCI), o Programa Mundial de Alimentação (PMA), o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (PNUAH), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV (ONUSIDA), entre outras. Nesta secção também são apresentados alguns estudos correlatos, entre outras questões.

A terceira secção traz os procedimentos metodológicos da pesquisa. Inicialmente, apresenta-se um mapeamento geográfico da província da Lunda-Norte, em especial, do município de Tchitato. Nela foram abordadas, algumas especificidades da cidade, em geral, e aquelas em relação ao sector educacional (unidades escolares, número de matrículas, número de docentes), em particular.

Nesta mesma secção são apresentadas as orientações metodológicas e mostra-se também a abordagem metodológica qualitativa utilizada neste estudo, bem como suas vantagens. Aqui também são explicitadas as fases da pesquisa, e métodos utilizados. Descreve-se o questionário qualitativo utilizado, baseado em questões fechadas e uma escala de Likert, e apresenta-se a caracterização dos sujeitos de pesquisa (33 profissionais entre deputados, directores de escolas, entre outros).

Na quarta secção são apresentados os resultados e as discussões dos dados. Os dados são apresentados a partir de tabelas e gráficos que ilustram: 1) o

perfil dos participantes, em termos de sexo, idade, residência, estado civil e número de filhos; 2) a formação dos profissionais e a carga horária de trabalho; 3) as percepções dos participantes sobre o papel das agências internacionais na formulação das políticas educacionais na República de Angola.

Apresenta-se a seguir o produto desta dissertação. Ele foi baseado nas análises realizadas relativamente às percepções dos actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato. Trata-se de uma sequência de acções pedagógicas compostas por oito sessões.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências deste estudo. No primeiro caso, elas retomam os objectivos desta pesquisa e alguns dos resultados apresentados, os quais foram fundamentais para o diálogo e a discussão com a literatura e para a realização de reflexões. No segundo são indicados os estudos utilizados e que contribuíram com as discussões.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme consta nos escritos da história, Angola é um dos países do mundo que sofreu uma longa e bruta colonização (MUACA, 1991). Foram cinco séculos de subjugação, sem direito a educação qualificada e com índices de analfabetismo elevadíssimos. Nesta época era comum o recrutamento de pessoas adultas, crianças e alunos nas escolas para trabalhos dos colonizadores. Isto afetava não apenas as estruturas familiares como também prejudicava a frequência escolar das crianças, conforme assinala (MUACA, 1991).

A imposição de trabalho e a não possibilidade de frequência escolar provocavam desestimulação dos nativos à escolarização. Além disso, a escolarização não despertava o interesse dos colonizadores que muito bem sabiam que ela poderia transformar-se em uma contra ofensiva dos nativos, contrariando seus interesses (MUACA, 1991).

Os portugueses sabiam que a escola poderia despertar os nativos que, uma vez formados, ganhariam a autonomia em organizar-se e convocar os outros para lutar a favor da sua liberdade. Portanto, educar o povo colonizado não se adequava às políticas na época. As repercussões destas políticas resultaram em 1958 em um número de analfabetos negros e mestiços na ordem de 4.009.911, o que correspondia a 96,7% da população total (MUACA, 1991, p. 18).

1.1 Implementação das políticas educacionais em Angola

Grande parte desta educação deste período colonial era adquirida pelos pais através do exemplo, que era dado pelo comportamento dos membros mais velhos da família e da sociedade. Em circunstâncias normais, ela emerge naturalmente e eleva-se do ambiente social.

No aspecto desta observação, ressalta-se que a educação não formal foi utilizada durante muitos anos em Angola no pré-colonial como um sistema de ensino ligado ao modo de vida das populações para a sua continuidade.

Segundo (BENEDITO, 2007) em Angola, começa a desenvolver-se um sistema educativo a duas velocidades – para os indígenas e para os europeus e assimilados – que se centraliza, mais tarde com o período da chamada democracia popular.

A Educação Jesuítica (1575-1759), com a penetração colonialista nos territórios africanos, não se deu só pela força das armas, mas também pela força da doutrinação a que foram submetidas as populações, obrigadas a aceitar e assimilar a religião dos seus “algozes” portugueses: o cristianismo. Considerados povos bárbaros e sem alma, os africanos foram submetidos a um longo período de doutrinação católica, que foi de 1575 a 1759. Este período foi caracterizado pela forte ligação então existente entre a Igreja Católica e o Estado Português, mais se preocupando com o ensino da religião aos indígenas de Angola, deixando de lado a sua instrução e o seu letramento, (LIMA, s/d, p. 115).

Segundo (LIMA, s/d, p. 115), essa situação conheceu o seu fim apenas em 1975, ocasião em que o Governo de Angola declarou, através da sua Constituição, a completa separação entre o Estado e a Igreja Católica, no que respeitava à questão da educação dos angolanos e das novas gerações, atribuindo tal responsabilidade à exclusiva competência do Estado, e proclamando a teoria do marxismo-leninismo como o guia teórico para a educação revolucionária das massas populares – Lei Constitucional, proclamada a 11 de Novembro de 1975.

1.2 Educação em Angola

A educação em Angola diz respeito ao conjunto de elementos necessários que se juntam para formar do sistema de ensino do país, que liga estabelecimentos de ensino público, privado e gregário/confessional.

Dada a característica do país, de colonização e independência tardia, o sistema educacional angolano demorou sobremaneira para desenvolver-se, pautando-se em ciclos de franca expansão, com períodos de praticamente dormência. A independência da nação e sua subsequente vinculação ao bloco socialista, bem como as guerras colonial e civil, influenciou bastante no sistema de ensino da nação.

Nas próximas seções do trabalho apresentam-se os períodos de educação, eles são importantes para se compreender com mais detalhes a educação na República de Angola (SANTOS, 2012, p. 32).

Primeiro período: Pré-colonial

Segundo (PONTE, 2006), ao chegar a bacia do congo, em 1481, Portugal encontrou uma série de Estados africanos que dominavam a região.

Esse contato deixou registrado que naqueles territórios já havia uma educação formal, pelo menos voltada às cortes reais locais, aos chefes tribais e aos indivíduos mais influentes daquelas sociedades.

Referências históricas indicam que quando a primeira delegação chefiada por Diogo Cão, em 1482, chegou a foz do rio Zaire, encontrou um povo administrativamente organizado, com um rei, uma capital (Mbanza Congo), uma população superior a 100 mil habitantes e com uma economia baseada na agricultura (VIEIRA, 2007, p. 32).

Ainda o mesmo autor, no Reino do Congo os portugueses tanto se impressionaram do grau de instrução das pessoas que ali viviam que, depois de se familiarizarem, os chamaram de "gregos de África". Já no século XV existiam escolas de mestres em Mbanza Congo, a capital do reino, facto que consumiu os portugueses a levar alguns daqueles cidadãos do Congo para ministrar aulas de humanidades na metrópole. Em contrapartida, a comitiva de Diogo Cão, com autorização do rei João I do Congo, partiu com um grupo de nobres do Congo "a fim de serem educados em Portugal e instruídos e batizados na fé cristã".

Segundo período: Colonial antigo

O ensino escolar propriamente dito, em Angola, começou nos séculos XVI e XVII, facto que demonstra que foi muito antes do actual território se constituir em uma unidade. Neste período, no Reino do Kongo, padres católicos que participavam e estavam presentes na corte de M'Banza Kongo actuaram para disseminar o cristianismo, a língua portuguesa, a escrita e ensinamentos básicos de matemática (SANTOS, 1998).

O mesmo autor indicou que um tempo após a fundação das Praças Fortes de Luanda e de Benguela, algumas escolas de nível básico foram criadas. Todavia, elas eram no início voltadas apenas para filhos dos colonos brancos, incluindo aqueles de relações com mulheres africanas. Destaca-se que, tais escolas não formavam um sistema de ensino.

Ao longo do século XIX mudanças começaram a acontecer quando Portugal ocupou a área onde hoje se localiza Angola. Nesse período, acções missionárias, católicas e protestantes, ligavam a cristianização das pessoas a uma escolarização mais ou menos desenvolvida. Tais actuações incluíram também a população

africana urbanizada que se situava em Luanda e Benguela e nas vilas que foram sendo fundadas.

De acordo com (VIEIRA, 2007), ao longo de muitos séculos da colonização portuguesa, o ensino esteve sob os cuidados das missões religiosas e, desta forma, o ensino laico era muito reduzido e praticado apenas por algumas instituições que não eram oficiais. O autor indicou ainda, apesar do ensino oficial na Província de Angola já existir, a situação da população permaneceu inalterada, com muitas pessoas sem nenhum tipo de escolarização, uma vez que um decreto de Joaquim José Falcão, ministro de D. Maria II (SANTOS, 1970), de julho de 1845, apenas beneficiava aqueles da população colonizadora.

Ainda para (VIEIRA, 2007), o ensino missionário não era praticado apenas pelas Missões Católicas, mas também por algumas Missões Protestantes que colaboraram com o ensino das primeiras letras as populações autóctones.

Ainda nos primeiros anos do século XIX, a educação laica não atingia a todos e, neste sentido, somente uma minoria de europeus pertencentes as classes mais ricas e a burguesia situada sobretudo em Luanda, frequentava algumas instituições privadas existentes no território, principalmente nos aglomerados de população colonial.

Segundo (ZAU, 2009), passados 363 anos após a chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire, a administração central, em Lisboa, através de um decreto assinado por Joaquim José Falcão, a 14 de Agosto de 1845, decidiu tomar em mãos a condução definitiva dos destinos do ensino em todo o espaço de jurisdição portuguesa. A partir desta data foi retirada às organizações religiosas a responsabilidade da instrução em Portugal e nas colónias. Este decreto veio a organizar o ensino em novas bases, tornando-o laico (tal como na metrópole) e passando a constituir um ramo da administração pública. Assim nascia o ensino oficial em Angola. No entanto, a falta de professores acarretou a utilização de párocos para, cumulativamente, ministrarem o ensino, mas com nomeação separada para estas funções. As primeiras tentativas para estruturar os serviços escolares em Portugal e em Angola aconteceram, portanto, no reinado de D. Maria II, (ZAU 2009).

Somente no início do século XX, em fevereiro de 1919, o Liceu Luanda, Salvador Correia, foi fundado (SANTOS, 1998). Neste contexto, se passaram 74

anos desde o decreto de José Falcão em 1845 até a criação do primeiro Liceu, uma escola secundária oficial. Uma situação que revela o atraso no desenvolvimento da educação em Angola.

Salienta-se que o Liceu era frequentado, sobretudo pelos filhos de grandes proprietários europeus que estavam vivendo em Angola, fazendeiros portugueses, pessoas de ascendência portuguesa e alguns africanos das classes mais altas. Para muitos angolanos, as escolas profissionais eram as únicas opções, onde eram oferecidos cursos de artes e ofícios. O ensino profissional, então, era destinado aos africanos, então designados anteriormente por indígenas.

De acordo com o (BENEDITO, 2007), em Angola começa a desenvolver-se um sistema educativo para os indígenas e outro para os europeus e assimilados – que se centraliza, mais tarde com o período da chamada democracia popular.

Conforme o mesmo autor estamos perante um sistema educativo centralizado quando o poder para tomar as decisões mais importantes em matéria de educação está nas mãos dos serviços centrais do Ministério da Educação, cabendo aos restantes níveis da hierarquia a sua aplicação em conformidade com as orientações de funcionamento definidas por esses serviços. A ideia é assegurar uma certa uniformidade de funcionamento do sistema. No topo concebe-se, na base executa-se.

Terceiro Período: Colonial Clássico

Nos anos de 1926 e 1933, Portugal utilizou novas políticas com as colónias, publicando o Acto Colonial em que reforçava o sentimento de um novo regime ditatorial. Diante deste novo quadro político reforça-se o direito de oprimir e subjugar sob a capa de “civilizar” e “educar”. No ano de 1932, Salazar assumiu o poder do governo português, mas no campo da educação e do ensino, a política do estado novo continuava a encarar a questão da escolarização dos africanos como sendo desnecessária.

Neste contexto, a escola continuava ser exclusivamente para os filhos dos colonos e de uma minoria africana. Apesar de alguns africanos terem acesso a escola, (VIEIRA, 2007) indicou que menos de 5% de todas as crianças, entre 5 e 14 anos, frequentavam a escola na década de 1950, um cenário em que 97% dos africanos de 15 anos ou mais eram analfabetos.

Pode-se indicar também que o ensino colonial não atendia as populações angolanas em relação a cultura e os valores locais. Ele tinha um carácter ideológico com o objectivo de inculcar valores morais, éticos, políticos e religiosos dos colonizadores, incluindo ideias de servilismo na consciência do angolano. A escola, neste contexto, era uma instituição de expansão da língua portuguesa em detrimento das línguas angolanas.

de acordo o (NGABA, 2012) indicou ainda que nas colónias os programas e os conteúdos de ensino eram voltados para a língua portuguesa. Muitos tratavam da flora e da fauna e a história e da geografia de Portugal. Isso desvalorizava os conhecimentos e a cultura de Angola.

Em 25 de Abril de 1974 se constituiu a queda do regime ditatorial em Portugal. Trata-se de um dia que teve a sua génese na luta armada onde os nacionalistas africanos de alguns países (Angola, Moçambique e Guiné Bissau) criaram uma situação favorável para a independência das ex-colónias, encerrando a ditadura em Portugal. Assim, a guerra desencadeada nos territórios destes países abriu possibilidades para a independência das ex-colónias. (VIEIRA, 2007).

De facto, ressalta-se a importância dos Movimentos Nacionalistas africanos em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA), na luta pela independência, que favoreceu o acesso do povo aos processos de ensino.

Segundo (NGABA, 2012), afirmou que com a proclamação da independência de Angola, realizada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, os objectivos do novo regime buscaram desconsiderar os marcos do antigo regime colonial. Com isso buscou-se a construção de um novo país em termos sociais, políticos e económicos, de forma diversa daquela em que os angolanos eram excluídos, discriminados e explorados.

Neste contexto de mudanças, com uma educação precária e com alto nível de analfabetismo, uma das primeiras medidas atrelou-se ao combate ao analfabetismo, que a época tinha cerca de 85% da população de Angola (VITORINO, 2012). Em 1976, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização, sob a tutela do Ministério da Educação, para actuar contra o analfabetismo e diminuir o número de analfabetos.

Foi criada por esta Comissão uma campanha que foi aceita pela população que vivia no campo, trabalhava nas fábricas e nos quarteis. Em muitas situações, as aulas aconteciam embaixo de árvores. Esta campanha também tinha o objectivo de suprir a falta de mão-de-obra qualificada e iniciar um novo tipo de educação, baseada em experiências acontecidas em movimentos de educação popular da América Latina.

Anos mais tarde, o Ministério da Educação indicou que no final dos primeiros dez anos de combate ao analfabetismo foram alfabetizados mais de um milhão de cidadãos, numa média de 100 mil por ano. (VIEIRA, 2007).

As políticas educacionais da época caracterizavam-se pelo aumento de oportunidades educativas, gratuidade do ensino de base da 1ª série à 4ª série. Todavia, os 46 professores que o país dispunha na época, em sua maioria era fruto da educação colonial e muitos só sabiam ler e escrever (PETERSON, 2003).

É no meio dessas dificuldades que o Presidente António Agostinho Neto, como já foi dito, cunhou o slogan socialista de “quem sabe ensina e quem não sabe aprende”, pois, o governo Angolano sabia que, a alfabetização abre as portas para melhores condições de vida, melhoria da saúde e oportunidades de crescimento. Para facilitar o acesso de todas as crianças e adultos à escolarização, firmou-se a obrigatoriedade de frequência ao ensino primário e o aperfeiçoamento pedagógico do corpo docente, conforme assinala (ESPÍRITO SANTO, 2000).

As dificuldades relativas aos meios materiais (quadros, giz e outros), distribuição de materiais didáticos e programas para formação de professores eram constantes. Além disso, os professores vindos do sistema colonial (os únicos que o país tinha na época), não entendiam os conteúdos do novo sistema educativo e as novas práticas de ensino, pois, eram diferentes do que vinham fazendo até então. A outra questão muito discutida na assembléia do povo em 1976 foi a de criação de estratégias férteis para atrair mais gente à alfabetização (PACHECO, 1995).

Pretendia-se com as essas políticas, conter os altos índices de analfabetismo presentes na época e efetivar a revisão dos conteúdos que deveriam ser ensinados (RELATÓRIO DO MPLA, 1976). Havia necessidade de se descentralizar as escolas (que estavam concentradas nas cidades), bem como a necessidade de construir novas escolas para assegurar a crescente demanda. Essa demanda advinha da criação do movimento dos pioneiros que congregava crianças e adolescentes de (5

a 15) anos e pelo retorno das famílias angolanas exiladas nas repúblicas do Zaire, Congo Brazzaville, Zâmbia e Namíbia. As políticas de gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário levaram a criação de escolas de adultos nas diversas agremiações antes citadas.

Quarto período: Sob a égide socialista

Os constantes maus tratos, tortura e discriminação, provocaram revoltas que culminaram na organização dos povos nativos e na criação da União dos Povos de Angola (UPA), na década de sessenta, realizou-se as primeiras manifestações de luta armada contra o colonialismo português, conforme aponta Imbamba (2003).

Anos mais tarde a organização UPA transformou-se na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). No mesmo período, se organizaram outros movimentos como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Essas organizações traçam ideias para enfrentarem as Forças Armadas Portuguesas (FAP), em 1974. (IMBAMBA, 2003).

Na reunião de Alvor no Algarves, de 10 a 15 de Janeiro de 1975 foi finalmente discutido e negociado o calendário e o processo da independência de Angola com a participação dos três movimentos independentistas. A partir dessa data, o poder passou a ser exercido pelo Alto-Comissário português e por um Governo de Transição, presidido e dirigido por um Colégio Presidencial, constituído pelos três movimentos de libertação que haviam assinado os Acordos de Alvor. (Lei nº1/75; Decreto Lei nº2- A/75, CORREIA, BORNITO, 1996, p.21).

Devido a desavenças políticas entre os movimentos de libertação no concernente a proclamação da independência e a constituição do Governo, desencadeou-se uma guerra civil e no meio desta foi proclamada a independência no dia 11 de Novembro de 1975, pelo então Presidente Dr. António Agostinho Neto (Presidente do MPLA).

Como indicou (VIEIRA, 2007), o primeiro sistema de ensino que foi concebido no 1º Congresso realizado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola trazia as marcas de países socialistas.

Os objetivos, que foram lançados no 1º Congresso sobre a política educativa, definiram o sistema de educação e ensino para a formação de novas gerações a partir da ideologia marxista-leninista; o desenvolvimento de capacidades físicas e

intelectuais para que a população possa atuar na construção da nova sociedade; o desenvolvimento da consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais; o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano; o desenvolvimento da unidade nacional; a garantia e o desenvolvimento económico e social e a elevação do nível de vida da população.

Neste contexto, o sistema de educação foi redefinido a partir de um subsistema do Ensino de Base; um subsistema do Ensino Técnico-profissional; um subsistema do Ensino Superior.

Nesta nova estrutura, o sistema de ensino passou a ter um ensino geral de base, com 8 classes subdividido em 3 níveis: o primeiro de quatro classes (1ª até a 4ª); o segundo com duas classes (5ª e a 6ª) e o terceiro (7ª à 8ª classe); um ensino pré-universitário composto por quatro semestres de 2 anos; um ensino médio que tinha a duração de quatro anos e se dividia em dois: uma parte técnica, que tinha o objetivo de formação de mão-de-obra e uma formação normal para a formação de professores; um ensino superior, que estava estruturado em faculdades e institutos superiores (4 a 5 anos de duração).

Quinto período: O Novo Sistema de Educação e Ensino

Neste período, o governo da República Popular de Angola, visando o desenvolvimento do país e de sua população, buscou um novo sistema de educação diferente dos objectivos e princípios do período colonial. Desta forma, foi promulgada a Lei nº 4/75, de 09 de dezembro de 1975, que buscava nacionalização do ensino.

A nacionalização trazia objectivos para fazer do sistema de educação um instrumento do estado e substituir todo o aparelho colonial da educação. Desta forma, se busca promover na sociedade um tipo de educação para todos, diversa da anterior que era discriminatória e excludente.

Como indicou (VIEIRA, 2007), o primeiro sistema de ensino que foi concebido no 1º Congresso realizado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola trazia as marcas de países socialistas.

Os objectivos, que foram lançados no 1º Congresso sobre a política educativa, definiram o sistema de educação e ensino para a formação de novas gerações a partir da ideologia marxista-leninista; o desenvolvimento de capacidades físicas e intelectuais para que a população possa actuar na construção da nova

sociedade; o desenvolvimento da consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais; o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano; o desenvolvimento da unidade nacional; a garantia e o desenvolvimento econômico e social e a elevação do nível de vida da população.

Neste contexto, os Subsistemas de Ensino são os seguintes: Subsistema de educação pré-escolar; Subsistema de ensino geral; Subsistema de ensino técnico-profissional; Subsistema de formação de professores; Subsistema de educação de adultos; Subsistema de ensino superior.

Nesta nova estrutura, o sistema de ensino passou a ter uma educação Pré-escolar, ensino geral de base, com 6 classes (1^a até a 6^a); O ensino secundário geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organiza-se da seguinte forma: O I ciclo do ensino secundário geral compreende a 7.^a, 8.^a e 9.^a classe; O II ciclo do ensino secundário geral compreende a 10.^a, 11.^a e 12.^a;

O subsistema do ensino técnico-profissional estrutura-se da seguinte forma: Formação Profissional Básica; 7^a à 9^a classe; Ensino Secundário Técnico-Profissional 10^a à 13^a classe;

O subsistema de formação de professores estrutura-se da seguinte forma: Ensino Secundário Pedagógico; Ensino Superior Pedagógico.

Sexto período: primeira reforma do sistema educativo em Angola - 1976 – 2000

Em 1976, mudanças começaram a ser implementadas no sistema de educação herdado de Portugal, que trazia ideias e marcas do domínio cultural deste país (NGULUVE, 2010, p. 55).

As mudanças foram difíceis considerando que os manuais escolares, da década de 1970, traziam as ideias e a cultura da colônia portuguesa e eram ensinados pelos professores angolanos há muito tempo.

Os relatórios da época são claro de que, a ideia dessas mudanças no sistema educacional já fazia parte do ideário dos movimentos de libertação, logo que o país alcançasse sua Independência. Como exemplo do afirmado, encontramos em documentos dos anos setenta (70) o plano estratégico designado por Plano Maior do MPLA (1977), onde se especifica um conjunto de medidas políticas, sociais e econômicas de desenvolvimento da instrução, cultura e educação destinadas à

população Angolana. Para o referido Plano, Angola precisava de uma educação voltada para a resolução dos problemas ligados à libertação do povo, do ponto de vista político, económico e intelectual. (MAYEMBE, 2016).

Tal plano trazia como objectivos a ampliação das oportunidades de acesso a educação fundamental para crianças e jovens e, sobretudo, aos primeiros quatro anos de ensino o que incluía a 1^a, 2^a, 3^a e 4^a classe.

Sendo a educação a pedra basilar de desenvolvimento de qualquer nação, por meio da qual o presente é edificado e o futuro é garantido, é acima de tudo, por meio dela, numa sociedade democrática, que se pode criar condições para a formação de um povo consciente de seus deveres, direitos e obrigações.

De facto, a educação é o grande sustentáculo para o progresso e para maior compreensão dos fenómenos socio-económicos, psicotécnicos e, principalmente, para os angolanos entenderem melhor os fenómenos naturais e culturais que abundam no país (etnias, tradições, línguas, hábitos, usos e costumes).

No domínio colonial, os angolanos não tinham direito a educação, por serem considerados escravos, acção que o colonizador trazia para sua exploração e em busca da mão de obra barata. Depois da conquista da independência a 11 novembro de 1975, o governo angolano traçou políticas, a partir de 1976, para, entre outras questões, a correcção de altas influências de analfabetismo apresentados pelo país.

No caso concreto do currículo, por exemplo, as estruturas de coordenação intermédias dos Ministérios da Educação limitam-se a informar as escolas que, por sua vez, limitam-se a implementar o currículo e outras circulares do Ministério da Educação sobre diferentes materias. (BENEDITO, 2007).

As Direcções Provinciais de Educação, coordenadas pelos Governos Provinciais, no caso de Angola, eram diferentes de Portugal em que havia uma desconcentração fragmentada. Em todos os casos de desconcentração, a responsabilidade final incumbe aos serviços centrais dos Ministérios da Educação. Afinal o sistema ainda é centralizado, de acordó com (BENEDITO, 2007).

Este sistema centralizado, com um modelo burocrático de organização da administração, buscava garantir que os objectivos organizacionais fossem alcançados; o estabelecimento de regras e procedimentos e o seu cumprimento confere um carácter de impessoalidade às relações das pessoas com os cargos que

ocupam na organização, assim como na relação que estabelecem com os utentes dos serviços.

Neste contexto, o respeito pelas regras e pelos procedimentos era, igualmente, entendido como uma garantia de que os resultados previstos seriam alcançados.

Para (BENEDITO, 2007), as principais características desse modelo estão apostas a uma estrutura hierárquica forte, regras e procedimentos de cumprimento obrigatório, impessoalidade na relação com os cargos, previsibilidade dos resultados, entre outras.

Situado neste modelo, (NGULUVE, 2010) indicou que o sistema educacional desenvolvido na primeira reforma o Decreto nº 40/80, de 14 de maio, desde 1978, era composto de subsistemas que tinham etapas consolidadas:

1. Educação pré-escolar;
2. Ensino Básico (de três níveis – o primeiro, da 1ª à 4ª classe; o segundo, da 5ª à 6ª classe; e o terceiro, da 7ª à 8ª classe);
3. Ensino Médio (dividido em Técnico e Normal);
4. Ensino Superior (que inclui o Bacharelato, até ao terceiro ano e a licenciatura até ao quarto ano ou quinto ano, dependendo do curso); Ensino e Alfabetização de Adultos.

O Quadro 1 traz algumas referências da estrutura do ensino na primeira reforma de 1978:

Quadro 1: referências da estrutura do ensino na primeira reforma de 1978			
Educação Pré-scolar	Ensino de Base (Regular, Adultos e Especial)	Ensino Médio ou Pré-Universitário	Ensino Superior
Creche	1º nível – 1ª à 4ª classe (Obrigatório)	Médio Normal (9ª à 12ª classe)	
Jardim de Infância	2º nível – 5ª à 6ª classe (formação profissional)	Médio Técnico (9ª à 12ª classe)	1º Nível (do 1º ao 3º ano) Bacharelado
Iniciação	3º nível – 7ª à 8ª classe (formação profissional)	Pré-Universitário (9ª à 11ª classe)	2º Nível (do 4º ao 5º ano) Licenciatura

Fonte: GEPE/MED

Neste contexto de Educação Pré-Escolar, Ensino de Base (Regular, Adultos e Especial), Ensino Médio ou Pré-Universitário e Ensino Superior, havia ainda o

ensino de adultos que era fundamentalmente para a alfabetização e ensino geral básico. Dependendo da formação, os adultos poderiam buscar outra aposta a profissionalização técnica.

Apresentados os períodos da educação na República de Angola, assim como algumas particularidades, passa-se a apresentar, com o intuito de detalhamento e aprofundamento, os princípios da educação e ensino em Angola.

1.2 Os Princípios da Educação e Ensino em Angola

Conforme o (Zau, 2009), a 31 de Dezembro de 2001 foi aprovada pela Assembleia Nacional e publicada no Diário da República, a *Lei de Bases do Sistema de Educação* (Lei 13/01). De acordo com a introdução que antecede o seu pronunciado, esta Lei surge da necessidade de se “realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo.” No fundo, a actual *Lei de Bases do Sistema de Educação* (LBSE), reporta-se às estratégias delineadas pelo projecto de Reformulação do SEE, apresentado em 1990, que levou à aprovação dos fundamentos para o Novo Sistema. Daí que, a actual LBSE, tenha sido promulgada com bastante atraso; i.e., 11 anos após a aprovação do referido projecto. A construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social, inserida no actual contexto neo-liberal imposto pela globalização, acabou por substituir os objectivos anteriormente direccionados para a construção de uma sociedade socialista de tipo marxista. Mantiveram, para as instituições públicas, os princípios da laicidade, da democraticidade e da obrigatoriedade para o ensino primário no subsistema do ensino geral, que passou a ter seis classes em vez de quatro.

A actual LBSE garante a articulação horizontal e vertical dos subsistemas, níveis e modalidades de ensino e substitui o princípio da unicidade pelo da integridade. O artº 9 da *Lei de Bases do Sistema de Educação*, refere que “o ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, com recurso, sempre que necessário às línguas africanas de Angola, pois considera que “(...) particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais”, sem prejuízo da aprendizagem em língua portuguesa. O mesmo artigo refere ainda que “o Estado, promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão

e generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais”. O legislador confirma a importância incontroversa das línguas maternas africanas na aquisição, influência, utilização e engrandecimento da língua oficial, o Português, na sua condição de L2, já que os angolanos no geral “(...) são, em primeira instância, bantuófonos. Não lusófonos. E (...) o desenvolvimento da língua portuguesa em Angola, passa pelo reconhecimento dessa realidade.” (ZAU, 2009).

Tal situação significa que o sistema de educação é o conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, tendentes a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social.

Neste contexto, são objectivos gerais da educação:

- Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do País;
- Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação activa na vida social, a luz dos princípios democráticos;
- Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida;
- Fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida, à liberdade e à integridade pessoal;
- Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo. (LBSEE, 2016, art. 2, p. 3).

A educação em Angola baseia-se nos princípios gerais da Lei de Bases do

sistema de Educação e Ensino, de 2016, capit. II, arts. 5-12. São princípios gerais na educação em Angola:

1- Integridade: o sistema de educação é integral, pela correspondência entre os objectivos da formação e os de desenvolvimento do país e que se materializam através da unidade dos objectivos, conteúdos e métodos de formação, garantindo a articulação horizontal e vertical permanente dos subsistemas, níveis e modalidades de ensino.

2- Laicidade: o sistema de educação é laico pela sua independência de qualquer religião. (Artigo 8º).

3- Democraticidade: a educação tem carácter democrático pelo que, sem qualquer distinção, todos os cidadãos angolanos têm iguais direitos no acesso e na frequência aos diversos níveis de ensino e de participação na resolução dos seus problemas.

4- Gratuidade: entende-se por gratuidade (1) a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar, (2) o ensino primário é gratuito, quer no subsistema de ensino geral, quer no subsistema de educação de adultos, (3) o pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino, constituem encargos para os alunos, que podem recorrer, se reunirem as condições exigidas, à bolsa de estudo interna, cuja criação e regime devem ser regulados por diploma próprio.

5- Obrigatoriedade: o ensino primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o subsistema do ensino geral.

A Lei de Bases do sistema de Educação e Ensino traz, no seu artigo 12º, que a obrigatoriedade da educação se traduz no dever do estado, da sociedade, das famílias e das empresas. Trata-se de assegurar e promover uma educação para todos os indivíduos em idade escolar. Tal situação abrange a classe de iniciação, ensino primário e o I ciclo do ensino secundário.

2. AGÊNCIAS INTERNACIONAIS: ORIGEM, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Nesta parte do trabalho são apresentados aspectos relativos as agências internacionais, incidindo sobre suas origens, conceitos e papéis na sociedade actual, em geral, e em Angola, em particular.

2.1. Origem, Conceitos e Características

Para Herz e Hoffmann (2004), a origem das agências internacionais contemporâneas tem raízes ainda em meados do século XIX, pois as I e II grandes guerras deram-se em 1914-1918 e 1940-1945, respectivamente e a Guerra Fria ocorreu depois das grandes guerras até à queda do Muro de Berlin (Cortina de Ferro), em 1989.

As agências carregam a bandeira da esperança e de melhor convívio entre as nações, buscando a união dos Estados em torno de objectivos únicos. O “jogo” de forças internacional, muitas vezes, impede os organismos de actuarem nas desigualdades, auxiliando os países mais pobres.

Existem algumas dificuldades em estabelecer uma definição de agência internacional, considerando as variações de objectos e atribuições que estão ligadas a essas organizações. Cabe lembrar ainda que as agências estão em evolução, dificultando uma conceituação permanente.

As agências internacionais são

“associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregados de gerir interesses colectivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros” (SEITENFUS,1997).

A participação nesses organismos é voluntária. Tais agências possuem instrumentos jurídicos específico que trazem, entre outras questões, seus objectivos, a estrutura e as formas de operação.

Para (Neto, 2007), as agências internacionais interestatais são:

[...] uma associação de Estados estabelecida por meio de uma convenção internacional, que persegue objectivos comuns aos membros e específicos da organização, dispondo de órgãos próprios permanentes e doptada de personalidade jurídica distinta da dos Estados-membros.

Para outro autor (DEL'OLMO, 2006), essas organizações internacionais são interestatais ou intergovernamentais e são criadas por meio de tratados de criação, que passam a ter personalidade internacional.

Baumann e Mussi (2006, p. 07) indicaram que as agências são:

Blocos econômicos ou processos de integração econômica são associações entre países que estabelecem relações comerciais e econômicas privilegiadas entre si e que tendem a adoptar parcelas compartilhadas de soberania, ou seja, os integrantes concordam em abrir mão de parte da soberania nacional em proveito de todos os associados; conceito, aliás, intrínseco a praticamente todos os tratados do direito internacional.

Aires (2007) indicou que as agências internacionais são entendidas como actores importantes no cenário internacional, na medida em que expressam entendimentos colectivos sobre o mundo e paralelamente actuam como guias para o comportamento dos actores. A relevância dessas instituições deriva, em grande parte, deste carácter socializador.

Para a autora supracitada:

É justamente este processo social de formação das organizações, que passam a expressar entendimentos colectivos dos actores internacionais, que lhes confere legitimidade, na medida em que são construídas a partir de uma convergência no que se refere à construção social de significados. (p. 09).

Podemos observar, a partir das análises realizadas, a polissemia de entendimentos sobre as agências internacionais, o que resulta, muitas vezes, em diferentes compreensões sobre o fenómeno.

As agências possuem certas características próprias. Mazzuoli (2011) indicou que elas necessitam ter estatuto interno e órgãos internos. Também precisam funcionar na forma constituída no tratado e com responsabilidade internacional.

As agências, de acordo com Silva (2008), necessitam ter algumas características tais como: assembleia geral e secretariado permanente; ordenamento jurídico próprio; personalidade jurídica de direito internacional público; existência de órgãos próprios e permanentes.

Outra característica desses organismos atrela-se a estrutura orgânica permanente e independente. A maioria das agências contemporâneas apresentam estruturas institucionais que possuem vários órgãos permanentes.

Quanto ao funcionamento dessas agências, elas devem ter estrutura administrativa com um conselho executivo, assembleia, secretaria, poderes próprios e sede própria. Neste sentido, qualquer Estado pode se tornar membro de uma organização internacional, uma vez que esteja dentro dos objectivos dela. (SILVA, 2008).

A autonomia de uma agência deriva do reconhecimento de sua personalidade jurídica internacional, de sua ordem jurídica própria, que indica como cada um dos órgãos actua. De acordo com Mazzuoli (2011), as agências podem mandar representantes e agentes diplomáticos independentes dos Estados membros.

O orçamento dessas agências está apostado as contribuições dos Estados que a elas pertencem. Elas possuem independência para a utilização de seus recursos financeiros, que devem ser comprovados. (MAZZUOLI, 2011, p. 114).

Em geral, os organismos buscam promover, entre outras questões, a humanização, a organização e a democratização nos países. Actuam também na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. Ou seja, elas assumem funções humanitárias, ecológicas, sociais e económicas.

Ridruejo (1999) e Heredia (1999) possuem diferentes critérios de classificação para as agências. O primeiro autor cita a participação, a matéria sobre que versa a cooperação e os métodos da cooperação. O segundo indica os fins, a composição e as competências.

Quanto a estes três critérios indicados por Heredia (1999), em relação aos fins, agências estão organizadas em gerais e específicas. As gerais são reconhecidas pelas actividades que não estão no escopo da cooperação e podem englobar as questões consideradas úteis. Este é o caso da Organização das Nações Unidas. Em uma esfera mais regional pode-se destacar a Organização dos Estados Americanos (OEA). Aquelas agências que possuem fins específicos actuam de forma mais definida com um objectivo mais particular como é o caso da Comunidade Europeia.

As agências podem ser diferenciadas, como indicou o Silva (2007, p. 157-158), em:

- a) Organizações de cooperação preferentemente militar ou de segurança: essas organizações proliferaram após o término da segunda guerra mundial e, durante a guerra fria, se propuseram a fins

de defesa e ajuda mútua em caso de agressão. Exemplos: OTAN, União Européia Ocidental e Pacto de Varsóvia. b) Organizações de cooperação preferentemente econômica: representam as categorias de OIs mais numerosas no presente momento. Algumas delas possuem objetivos financeiros, tais como, o FMI e o BIRD, outras, o desenvolvimento de relações comerciais, a exemplo da OMC, outras se propõem a fins econômicos, ora de natureza global, como a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico, ora por sectores econômicos (agrícola: FAO; industrial: ONUDI, turismo: OMT), ora, por fim, em relação a produtos ou materiais determinados, como é a OPEP no caso do petróleo. Finalmente existem outras OIs que perseguem organizar toda a área econômica sobre a qual operam, como é o caso da Associação Européia de Livre Comércio, a NAFTA, o MERCOSUL, a Comunidade Económica Européia, e outras semelhantes. c) Organizações de cooperação social, cultural e humanitária: têm por finalidade a proteção do indivíduo ou das coletividades nos mais diversos aspectos. É o exemplo da OIT: proteção da dignidade do trabalho e proteção física e moral dos trabalhadores; UNESCO: cooperação entre os Países de modo a favorecer o conhecimento e a compreensão mútua entre as Nações e impulsionar a educação popular e difundir a cultura e o saber; OMS: objetiva que todos os povos gozem de nível sanitário o mais elevado possível. d) Organizações de cooperação técnica e científica: destinadas a canalizar a cooperação dos Países nos mais diversos setores, tais como, correios (União Postal Universal); telecomunicações (União Internacional de Telecomunicações); comunicações marítimas (Organização Marítima Internacional), aéreas (Organização da Aviação Civil Internacional) e ferroviárias (Oficina Central de Transportes Internacionais Ferroviários), ou em atividade científicas: Agência Internacional de Energia Atômica, Agência Espacial Europeia e Organização Meteorológica Mundial.

Quanto ao critério da composição, Silva (2007, p. 159) indicaram que as organizações são classificadas como sendo:

[...] de vocação universal e as de caráter regional. Estas restringem a participação a um número limitado de Países que reúnam determinadas condições preestabelecidas de natureza geográfica, econômica, política, etc., tais como a OEA e o MERCOSUL. Aquelas estão abertas, potencialmente, à participação de todos os Países do mundo, a exemplo da ONU.

Em relação as competências, Silva (2007, p. 160) indicaram que as agências são caracterizadas em:

Organizações de Cooperação ou Coordenação e Organizações de Integração ou de Unificação. É no grupo das Organizações de Cooperação ou Coordenação, denominadas de OIs clássicas, que estão inseridas a maior parte das Organizações Internacionais. Elas realizam ações coordenadas entre seus membros com o fim de alcançar objetivos coletivos, respeitando a soberania dos Estados Membros, significando dizer que as decisões não serão aplicadas nos

seus territórios senão após autorização e mediação. Nelas se opera a técnica da negociação, a adopção de decisões por unanimidade e a instituição de órgãos comuns e permanentes.

De facto, as agências actuam na realização de acções coordenadas com o intuito de atingir objectivos colectivos e, neste contexto, respeitam a individualidade e a soberania dos Estados Membros.

Podemos destacar também que os organismos “gozam” de uma imunidade, que é descrita no tratado do país o qual está alocada, como explica o Sequeira (2019) que:

As agências internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativas a natureza dos actos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa a cláusula de imunidade jurisdicional.

Esta realidade é extensiva para todos os países onde tiver uma organização internacional ou organização não governamental. Tal direito tem de estar presente no estatuto da agência.

De acordo com Ribeiro e Raichelis (2012), dos organismos internacionais, a Organização das Nações Unidas, formada por quase 200 países, é a mais reconhecida internacionalmente. Formando o sistema ONU foram criadas agências internacionais, fundos e programas associados a vários assuntos, tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), entre outras.

Depois de serem destacadas, entre outras questões, as origens, definições, algumas características das agências internacionais, e suas classificações, passa-se a apresentar algumas agências, iniciando pela ONU por sua importância no cenário internacional.

2.1.1 Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas é uma organização internacional com vocação universal, mas, que não pretende substituir aos Estados e nem se transformar em um governo mundial (XAVIER, 2007, p.30).

A ONU não é, por isso, uma organização supranacional, mas, sim uma agência intergovernamental (os Estados são os membros dos órgãos ou instituições compreendidas), constituída com a finalidade geral da “concertação a nível político,

sem prejuízo de prosseguirem uma multiplicidade de fins específicos, normalmente definidos em termos muito amplos” (RIBEIRO, 1998, p. 95).

O surgimento da ONU tem origem, entre outras questões, em uma crise civilizacional ocidental e com a expansão do capitalismo. Um conjunto de ideias e ideologias que acabaram por promover disputas entre as nações e guerras internacionais.

Para Carneiro (2016, p. 81-82), surgimento da organização está sujeito

[...] à crise da civilização ocidental que se impôs como modelo de organização das comunidades humanas durante os últimos 500 anos, por meio da consolidação dos estados nacionais, da expansão colonial, do capitalismo e da industrialização. A raiz desta crise está ligada a supremacia da racionalidade instrumental moderna, que supera a consciência mitológica e proporciona novas possibilidades de intervenção na natureza e sobre outros seres humanos que, nem sempre se soube utilizar de forma construtiva. O surgimento das ideologias e da moderna técnica industrial se combinam para produzir uma espiral de destruição sem precedentes. Isso leva a necessidade de banimento jurídico da guerra e do estabelecimento de um mecanismo de salvaguarda da paz e segurança internacionais por parte das grandes potências, por meio do Conselho de Segurança.

Desta feita, a ONU está associada a manutenção da paz e da segurança internacional. Seus objectivos, enunciados no artigo primeiro de sua Carta, são amplos e abrangentes o suficiente para não excluírem nenhuma área de intervenção na sociedade internacional, entre a cooperação económica, social, política, militar, humanitária, cultural ou técnico-científica. Segundo Chaumont (1992):

“A ONU é uma organização de nações soberanas – não um governo mundial –, que proporciona uma estrutura capaz de intervir na procura de soluções em disputas ou problemas, e virtualmente em qualquer assunto que concerne a humanidade”. (CHAUMONT, 1992).

A Organização foi criada em 1945, ao final da segunda guerra mundial, pelos vencedores, sendo retificada pela Carta de São Francisco. Suas acções estão, entre outras, ligadas à busca pela paz, pela estabilidade no sistema internacional e pela discussão para impedir guerras.

Em outubro de 2015, a organização completou seu septuagésimo aniversário. Sucessora da Liga das Nações¹, busca estabelecer relações internacionais, sendo a

¹ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados

mais universal das organizações. Em 2016, a ONU contava com 193 Estados membros.

As opiniões e apreciações sobre a organização não são, muitas vezes, convergentes e nem elogiosas. Em muitas situações são realizadas críticas por chefes de Estados e teóricos. No entanto, sua importância durante seus pouco mais de 70 anos é incontestável.

A ONU actuou no cenário internacional no pós-guerra, na Guerra-Fria e no pós-Guerra Fria, na virada do milênio e no pós 11 de setembro, mantendo seus objectivos de ajuda aos países.

De facto, a ONU tem importância nas relações internacionais e como indicou Carneiro (2016, p. 49-50):

A relevância da Organização das Nações Unidas (ONU) para as relações internacionais só pode ser entendida num contexto histórico, a partir da consolidação dos estados nacionais como unidade organizativa predominante das comunidades humanas, do direito e da economia. Por outro lado, este processo vem carregado, historicamente, de um rastro de violência como um elemento constante no marco das relações entre estas estruturas sociais. A ONU surge de uma decisão dos próprios estados, conscientes de seu poder intrínseco de destruição mútua, para criar regras de convivência num contexto, do começo do século XX, onde a guerra e a destruição massiva de seres humanos e infraestrutura fogem ao controle da ordem mundial estabelecida e dos acordos de relacionamento e defesa de interesses entre os estados nacionais. Este processo, no entanto, se gesta de forma lenta, devendo suas raízes ao processo de consolidação dos estados como pressupostos organizativos e, no humanismo que surge no período iluminista como gérmen ideológico para o ideal da constituição de uma grande comunidade de entendimento mundial, que evitasse novos holocaustos e novas guerras mundiais.

De facto, o surgimento da ONU foi uma decisão dos Estados, com a intenção de criar normas e regras de convivência para evitar as guerras e a destruição

de paz. Ao longo da Primeira Guerra Mundial, nasceu a ideia de criar um organismo destinado a preservação da paz e a resolução dos conflitos internacionais. A Liga possuía era sediada em Genebra, e era composta de uma Assembleia Geral e um Conselho Executivo. Sua actuação foi bem-sucedida no arbitramento de disputas nos Bálcãs e na América Latina, na assistência económica e na protecção a refugiados, na supervisão do sistema de mandatos coloniais e na administração de territórios livres como a cidade de Dantzig. Em abril de 1946, a organização foi dissolvida e as responsabilidades que ainda mantinha foram passadas para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU.

massiva de seres humanos. O processo de criação foi lento, mas sua acção tem sido, cada vez mais, no sentido do bem estar das pessoas.

Além da ONU existem várias outras agências internacionais que actuam de forma internacional ou local. Nas próximas partes, algumas delas, e suas acções e projectos, são apresentadas.

2.1.2 Algumas Agências e Programas Internacionais

Nesta secção são apresentadas algumas agências internacionais que são bem conhecidas internacionalmente. De acordo com a Revista de Direito Constitucional e Internacional, de 2016, tem havido um conjunto considerável de programas e respectivos órgãos.

O relatório dos Direitos Humanos, produzido pelo Departamento de Estado Norte-Americano (2006), indicou que existiam, no ano de 2006, mais de 100 agências internacionais, com mais ou menos 350 outras, nacionais, actuando em Angola.

Entre essas agências estão de acordo o quadro 2 (**Agências Internacionais em Angola**):

Agências Internacionais em Angola	Provincias
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.
O Centro de Comércio Internacional (CCI)	Luanda
Programa Mundial de Alimentação (PMA)	Luanda
Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (PNUAH)	Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.
Programa das Nações Unidas para o	Huíla, Luanda

Desenvolvimento (PNUD)	
Programa das Nações Unidas para a Fiscalização Internacional de Drogas (PNUFID)	Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla, Luanda
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA),	Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.
Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD),	Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.
Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),	Bié, Cunene, Huíla, Luanda, Moxico, Uíge.
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM),	Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.
Voluntários das Nações Unidas (VNU)	Luanda
Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH),	Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.
Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV (ONUSIDA),	Luanda.
Gabinete das Nações Unidas de Serviços para Projectos (GNOPS)	Luanda
United Nations System Staff College (UNSSC)	Luanda
Universidade das Nações Unidas (UNU).	Luanda

Fonte: elaborado pelo autor

Neste presente trabalho apresentaremos algumas delas, em geral, e outras que actuam em Angola, em particular. Busca-se, inicialmente uma descrição e, posteriormente, uma reflexão sobre seus papéis.

2.2 Agências internacionais e Nacionais em Angola

As agências internacionais que estão presentes em Angola são todas fundadas, financiadas e geridas por si mesmas. (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 28). Elas actuam em diferentes frentes, todavia a maior parte são organizações de defesa de direitos e interesses (advocacia) e de desenvolvimento rural, ou trabalham em campos de refugiados, minas terrestres, ou alívio da pobreza. De facto, cumprem um papel de ajuda humanitária relevante para o país e para as pessoas.

A maioria das agências eram ou são subcontratadas na distribuição da ajuda humanitária. Para Amundsen e Abreu (2007) existem poucas agências em direitos humanos e, muito menos, em questões de boa governação, corrupção e transparência. Não existe, por exemplo, nenhum “braço” da Transparency International (TI) em Angola, embora esta fosse, certamente, uma organização extremamente pertinente no (e para o) país.

As agências internacionais, programas, entre outros, que têm funcionado e que estão actuando na República de Angola são:

Agências Nacionais e Internacionais	Provincias
Norsk Folkehjelp	Escritório Geral Luanda e representações nas provincias de: Uige, Malange, Kwanza-Norte, Namibe, Benguela, Bengo, Huila e Cunene.
Kirkens Nodhjelp,	Escritório Geral Luanda e representações em todas as provincias
Development Workshop	Escritório Geral Luanda e representações em todas as provincias
Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)	Escritório Geral Luanda e representações em todas as provincias

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)	Luanda
Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF)	Escritório Geral Luanda e representações escritórios nas províncias do Bie; Cunene; Huila e Uige.
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	Escritório Geral Luanda
Fundo de Apoio Social (FAS)	Escritório Geral Luanda e representações em todas as províncias

Fonte: elaborado pelo autor

Todavia, existem outras agências e associações não governamentais que actuam em Angola de acordo o quadro 3 (**Agências e Associações Nacionais e Internacionais não governamentais em Angola**):

Agências e Associações não Governamentais em Angola	Províncias
Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)	Escritório Geral Luanda e representações em todas as províncias.
Mãos Livres	Escritório Geral Luanda e representações em todas as províncias
Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD)	Escritório Geral Luanda e representações em todas as províncias
Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento (MPDM)	Escritório Geral Luanda e representações em todas as províncias
Acção para o Desenvolvimento	Escritório Geral Luanda e representações em todas as províncias
Pesquisa e Cooperação Internacional (ADPCI)	Luanda

Fonte: elaborado pelo autor

Cada uma dessas agências, associações ou programas têm suas particularidades e características. Elas buscam, de forma geral, auxiliar em diversas frentes que vão da ajuda para aliviar a pobreza até ao campo da educação.

2.2.1. Ajuda Popular da Noruega (Norsk Folkehjelp)

A Ajuda Popular da Noruega (APN), traduzida em norueguês como Norsk Folkehjelp, é a organização humanitária de um movimento sindical norueguês. A APN possui valores como solidariedade, liberdade, dignidade humana, igualdade, entre outros. A organização tem actuado em Angola desde 1989. Seu trabalho ocorreu mesmo no período da guerra civil (AMUNDSEN; ABREU, 2007).

A Ajuda Popular da Noruega foi fundada em 7 de dezembro de 1939, como uma continuação natural do trabalho de várias agências da Noruega que actuam para aliviar o sofrimento humano.

O objectivo central da APN é a desminagem, todavia ela também participa no desenvolvimento rural, envolvendo a comunidade local, e na área de saúde, a partir dos cuidados básicos de saúde. Seu trabalho ainda visa fortalecer as organizações da sociedade civil, com a utilização de programas baseados em direitos e reformas sociais, políticas e económicas.

De acordo com Amundsen e Abreu (2007), a APN trabalha em oito províncias de Angola, designadamente: Uige, Malange, Kwanza-Norte, Namibe, Benguela, Bengo, Huila e Cunene, tem empregado mais de 500 pessoas. Seu programa rural tem um orçamento anual de aproximadamente 60 milhões de Coroas Norueguesas (NOK).

O mesmo autor indicou que a APN tem, entre outras finalidades, a actuação no desenho e na implementação de programas, incluindo capacitação das autoridades nacionais de acção contra minas, na coordenação das autoridades locais e nacionais, no desenvolvimento e no monitoramento da gestão dos programas, planos anuais e orçamentos de acordo com as diretrizes, na mobilização de recursos para o Programa de Acção contra Minas, incluindo estratégias de doadores e arrecadação de fundos, na criação de sinergia e uma maior utilização cruzada de recursos entre os projetos.

Durante a segunda Guerra Mundial, a organização mobilizou serviços médicos em ajuda aos países. Depois da guerra, a APN participou activamente na reconstrução da Noruega, em particular nas áreas de cuidados de saúde. Em nível internacional participou particularmente nos esforços de auxílio humanitário para os refugiados.

Nas décadas de 1960 e 1970, a APN organizou esforços de ajuda humanitária em nível mundial, tais como a resposta após o terremoto em Skopje. Esteve envolvida na libertação do Zimbábue, África do Sul e Namíbia.

Nas décadas de 1980 e 1990, a APN intensificou os esforços de ajuda, sobretudo no sul da África e América Latina. Sua ajuda humanitária trouxe alimentos para 40 milhões de pessoas (1.200 toneladas). Também actuou realizando acções no Médio Oriente e no Sudão do Sul.

Seu trabalho está centrado também na Europa Oriental e na África do Sul. A organização foi uma das primeiras a actuar em busca da democracia e justiça de transição. A remoção de minas terrestres começou em países como o Camboja e em Moçambique.

2.2.2. Ajuda das Igrejas Norueguesas Kirkens Nodhjelp

A Ajuda das Igrejas Norueguesas (NCA) é uma organização não governamental e ecuménica com actuação para garantir os direitos básicos das pessoas. Com valores baseados na fé cristã, o NCA apoia os mais pobres, não importando o género, a convicção política, o tipo de religião ou a etnia.

Na busca de resultados sustentáveis, a organização tem colaborado com instituições ecuménicas e outras organizações a partir de três perspectivas: resposta de emergência, trabalho de desenvolvimento a longo prazo e influência nas actitudes e decisões. (AMUNDSEN; ABREU, 2007).

Na República de Angola, a organização tem actuado de diversas formas. Mas sua actuação tem ocorrido, sobretudo através dos seus parceiros, entre eles, os conselhos de igrejas e várias ordens religiosas.

Entre as finalidades da organização, uma pode ser destacada. Trata-se precisamente de induzir igrejas em Angola a utilizarem a autoridade moral e discutir

com os fiéis os problemas de corrupção ou a utilização de forma não justa dos recursos económicos.

A organização espera contribuir com a ampliação do entendimento, dentro das igrejas, sobre questões e estratégias para tornar mais visível a transparência e utilizar os recursos do petróleo em benefício do povo de Angola.

Para Amundsen e Abreu (2007, p. 29), a organização entende que as igrejas estão imbuídas “e têm a capacidade para trabalhar em questões de cidadania e de governação. Assume, também, que as agências locais, regionais e internacionais serão capazes de prestar apoio profissional pertinente às igrejas angolanas.”

Pode ainda ser realçado que a NCA, no Município do Lovua, tem auxiliado para melhorar a comodidade dos refugiados, exercendo tarefas, sobretudo em termos de segurança e de higienização em campos de reassentamento do mesmo Município.

De facto, a Ajuda das Igrejas Norueguesas tem realizado um trabalho buscando assegurar os direitos das pessoas e, ao mesmo tempo, luta para melhorá-los. Ela tem beneficiado os mais pobres e os mais vulneráveis.

2.2.3 Development Workshop

A Development Workshop (DW) é uma organização internacional do Canada. Ela é do tipo filantrópica, sem fins lucrativos, que foi criada para a realização do bem. Seu surgimento em Angola atrela-se aos meados de 1981, por meio de um pedido do governo angolano, buscando assistência para o desenvolvimento de programas e políticas para auxiliar na construção da casa própria.

A DW é a organização mais antiga de Angola. Ela tem trabalhado durante muitos anos no contexto de uma crise humanitária prolongada e complexa. Sua actuação tem se relacionado na construção de capacidades locais e buscar soluções sustentáveis em ambientes de emergência. Com o fim da guerra, a DW foi posicionada de maneira única como uma organização de desenvolvimento, e transformou seus programas para atender as novas necessidades de transição e reconstrução.

A DW tem uma função relevante, entre outras questões, na capacitação, na educação cívica, na resolução de problemas e na busca pelo diálogo, sobretudo em

áreas rurais. A organização tem actuado com o objectivo de melhorar as condições de alojamento e de vida dos indivíduos mais dos pobres em locais de alta vulnerabilidade.

A organização possui várias áreas de actuação, todavia ela se concentra em programas que incluem abrigos, melhoria do perímetro urbano, cuidado médico primário abastecimento de água e saneamento. Actua ainda para desenvolver pequenas empresas e aliviar alguns tipos de calamidades.

Entre suas estratégias de actuação, a organização busca fortalecer “a capacidade das comunidades e das agências para agirem sobre as oportunidades e os problemas do desenvolvimento.” (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 30).

Destaca-se ainda, nas palavras dos mesmos autores supracitados, que a organização Development Workshop “é forte no trabalho em rede, e visa a consolidação da sociedade civil em Angola.” (p. 30). Trata-se de uma actuação que, de forma geral, tem auxiliado muitas pessoas em Angola.

Conforme o relatório WDI 2017, a DW e a ADPP ofereceram a educação para crianças refugiadas e treinamento de alfabetização para adultos, formação de professores e formação técnico profissional.

2.2.4 A União Europeia

A União Europeia (UE) possui um grande número de programas e projectos, que se constituem em possibilidades para a realização de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil em Angola, em particular o Programa de Apoio a Actores Não Estatais (PAANE) e o Reforço do Processo de Planeamento e Orçamentação (RPPO).

Sua actividade está aposta também a muitos micro-projectos no âmbito da Iniciativa Europeia para a Democracia e Direitos Humanos (DDH). Trata-se de uma organização que possui representatividade europeia.

A UE tem actuado como principal parceira do governo angolano para, entre outras questões, implantar políticas com o objectivo de melhorar o funcionamento do aparelho do Estado em todos os domínios. Como espelha Mazzuoli (2016) que:

“Na supranacionalidade, os Estados transferem parte de suas competências legislativas para um órgão supranacional que, de acordo

com um princípio de competência por atribuição, aprova regulamentos e diretivas que se aplicam uniformemente (e com primazia) em todo o espaço da União Europeia. Pode-se dizer que a característica mais marcante das agências supranacionais é o poder que eles têm de criar seu próprio direito (suas próprias regras jurídicas) e de aplicá-lo direta e imediatamente aos seus Estados-membros, sem a necessidade de ser implementado internamente, por meio de espécies normativas conhecidas pelo Direito interno, como uma lei, um decreto, um regulamento, etc. Tais características somadas dão à União Europeia uma especial força normativa e um papel de destaque no cenário mundial na medida em que se situa como a única organização a deter o *status* de organização supranacional actualmente. (MAZZUOLI, 2016, p. 709).

Esta supranacionalidade lhe é atribuída e devida a sua participação na resolução de algumas situações no domínio social, cultural, educativo e económico para o desenvolvimento de um determinado país.

A Carta dos Direitos Fundamentais da UE, publicada no ano 2000, apresenta seus os objectivos e valores. Como objectivos pretende-se:

- promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus cidadãos
- garantir a liberdade, a segurança e a justiça, sem fronteiras internas
- favorecer o desenvolvimento sustentável, assente num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços, uma economia de mercado altamente competitiva, com pleno emprego e progresso social, e a proteção do ambiente
- lutar contra a exclusão social e a discriminação
- promover o progresso científico e tecnológico
- reforçar a coesão económica, social e territorial e a solidariedade entre os países da UE
- respeitar a grande diversidade cultural e linguística da UE
- estabelecer uma união económica e monetária cuja moeda é o euro. (Carta dos Direitos Fundamentais da UE, s/p).

Quanto aos valores da UE, a Carta indica:

Dignidade do ser humano: A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida, constituindo a base de todos os direitos fundamentais.

Liberdade: A liberdade de circulação confere aos cidadãos europeus o direito de viajarem e residirem onde quiserem no território da União. As liberdades individuais, como o respeito pela vida privada, a liberdade de pensamento, de religião, de reunião, de expressão e de informação, são consagradas na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Democracia: O funcionamento da União assenta na democracia representativa. Ser cidadão europeu também confere direitos políticos: todos os cidadãos europeus adultos têm o direito de se apresentar como candidatos e de votar nas eleições para o Parlamento Europeu. Os cidadãos europeus têm o direito de se apresentar como candidatos e de votar no seu país de residência ou no seu país de origem.

Igualdade: A igualdade implica que todos os cidadãos têm os mesmos direitos perante a lei. O princípio da igualdade entre homens e mulheres está subjacente a todas as políticas europeias e é a base da integração europeia, aplicando-se em todas as áreas. O princípio da remuneração igual para trabalho igual foi consagrado no Tratado em 1957. Apesar de continuarem a existir desigualdades, a UE realizou progressos significativos.

Estado de Direito: A UE assenta no Estado de Direito. Tudo o que a UE faz assenta em Tratados acordados voluntária e democraticamente pelos países que a constituem. O direito e a justiça são garantidos por um poder judicial independente. Os países da UE conferiram competência jurisdicional ao Tribunal de Justiça da União Europeia, cujos acórdãos devem ser respeitados por todos.

Direitos humanos: Os direitos humanos são protegidos pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE, que proíbe a discriminação em razão, designadamente, do sexo, origem étnica ou racial, religião ou convicções, deficiência, idade ou orientação sexual, e consagra o direito à proteção dos dados pessoais e o direito a acesso à justiça. (Carta dos Direitos Fundamentais da UE, s/p).

Observa-se nos valores da organização, a dignidade do ser humano, a liberdade, a democracia, a igualdade, entre outras questões. De facto, são valores que podem impactar o desenvolvimento dos países e das pessoas.

Trata-se, de facto, de uma organização que tem buscado promover a paz e o bem-estar das pessoas, a liberdade e a justiça, o desenvolvimento sustentável, entre outras questões. Além disso, luta contra a exclusão social e a discriminação, respeitando a diversidade cultural e linguística.

2.2.5. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é um órgão das Nações Unidas que auxilia no desenvolvimento dos países. Trata-se da agência líder de desenvolvimento da ONU, com uma actuação, sobretudo voltada para a erradicação da pobreza e para a redução de desigualdades e da exclusão social.

O PNUD está inserido em mais ou menos 170 países e, neste sentido, tem colaborado com os governos, sector privado, sociedade civil no desenvolvimento de políticas, entre outras questões.

O PNUD auxilia as nações em três áreas principais:

- Desenvolvimento sustentável,
- Governação democrática e promoção da paz,
- Promoção da paz, Alteração climática e desastres.

Em tais actividades, o órgão promove, entre outras questões, a protecção aos direitos humanos e o empoderamento das mulheres, das minorias e dos mais pobres e vulneráveis.

Nesta senda, a estratégia de combate à pobreza angolana tem como objectivo geral a consolidação da paz e a unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida.

O PNUD estabeleceu como objectivos específicos o foco nas seguintes áreas:

- a reinserção social;
- a segurança e a protecção civil;
- a segurança alimentar e desenvolvimento rural;
- a educação;
- a saúde;
- as infra-estruturas básicas;
- o capital humano e o emprego;
- a governação;
- a gestão macroeconómica. (PNUD, 2013, p. 13).

O trabalho do Programa tem grande incidência na área da redução da pobreza, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver os objectivos do milénio (ODM). Momento encarado como uma grande oportunidade para avançar com a Agenda global sobre o desenvolvimento sustentável, que em 2016, líderes mundiais adoptaram a Agenda 2030. O PNUD está a trabalhar para reforçar a capacidade de novos quadros para o desenvolvimento humano, redução de riscos de desastres e mudanças climáticas. Há, contudo, que ressaltar que a área da pobreza e ODS incluem projectos variados, tais como aqueles que buscam diminuir a incidência do vírus da imunodeficiência humana (VIH) e da síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA). (PNUD, 2013, p.22).

Neste contexto, pode-se ressaltar também que o Programa tem colaborado “com o governo, as outras agências da ONU, outros doadores, organizações da sociedade civil e outros intervenientes na promoção do desenvolvimento centrado

nos indivíduos e na formação de parcerias para combater a pobreza” (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 31).

Vale destacar que este programa, o PNUD, tem dado um contributo significativo, naquilo que são os intentos do governo de Angola, desde a erradicação da pobreza, redução de desigualdades e da exclusão social, que também atinge a implementação de políticas que visam ampliar a distribuição dos productos.

Em Angola, o programa tem sido relevante em termos de resposta para o contexto de mudanças, sobretudo, à luz da mudança de um contexto de pós-conflito para outro com o foco centrado no desenvolvimento. (PNUD, 2013, p. 13).

O PNUD está presente em Angola desde 1977. No país, busca-se a melhoria da vida do povo angolano, sobretudo os mais pobres e vulneráveis. Busca-se também garantir um futuro com mais igualdade, dignidade e oportunidade para todos.

2.2.6. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

A (UNESCO) é uma agência das Nações Unidas, cuja a actuação está ligada a construção da paz mundial através da preservação da cultura. Seu trabalho tem sido, entre outros, no desenvolvimento e na proteção do património cultural, incluindo o património cultural subaquático.

A UNESCO, que foi criada em 16 de novembro de 1945, busca desenvolver seus objectivos por meio de cinco grandes programas que estão associados a educação, as ciências naturais, ciências sociais e humanas, cultura e comunicação e informação.

Os projectos da UNESCO estão ligados, entre outros, à alfabetização e à formação de professores. Existem também programas científicos internacionais, promoção de mídia independente e liberdade de imprensa, programas ligados à história regional e cultural, à promoção de diversidade cultural.

A agência procura ainda garantir o património cultural e natural mundial (Património Mundial), actuar na preservação dos direitos humanos e superar a divisão digital mundial. Muitas de suas acções visam proteger o património cultural a partir da criação de projectos.

A UNESCO tem sido gerido por três órgãos constitucionais: Assembleia Geral, Conselho Executivo e Secretariado. A agência tem seus Estados membros e parceiros que acreditam que a educação é o caminho para o desenvolvimento global (social, moral, intelectual, espiritual e econômico).

Suas prioridades no campo da educação são pautadas por meio de metas adotadas pela ONU e por ela mesma. Tais metas incluem:

Educação para todos, Nações Unidas para o Desenvolvimento do Milênio, Década da Alfabetização das Nações Unidas 2003-2012, Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, EDUCAIDS Iniciativa Global da Educação e HIV/AIDS. O setor adota diversos objectivos estratégicos como Capacitação, Laboratório de Ideias, Catalisador Internacional, Câmara de Compensação e Ajuste Padrão com a finalidade de cumprir a missão. (NUNES, 2011, p. 34).

A agência está centrada na educação, com o papel nos países mais pobres de auxiliar em programas de alfabetização, acesso à educação para todos (BENDRATH, 2010, p.161).

Uma das acções que a UNESCO tem levado a cabo como contributo em Angola tem sido a participação na luta contra o analfabetismo e no ensino dos adultos. Assim, no país, ela galvaniza de uma forma o nosso sistema de ensino, e, prestando a ajuda técnica e administrativa para a nação.

De facto, a actuação da UNESCO, em Angola, tem auxiliado, em geral, os adultos, das mais variadas idades, a superar a ignorância das letras, envolvida no analfabetismo. Um trabalho que tem de ser reconhecido pelas autoridades políticas.

2.2.7. Fundo das Nações Unidas para Infância

O (UNICEF) é agência da ONU, que foi criada no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembleia Geral da ONU.

O objectivo do UNICEF é garantir os direitos e melhorar a vida de todas as crianças. Em 1953, UNICEF tornou-se uma instituição permanente de ajuda e protecção a crianças de todo o mundo.

A agência está presente em 190 países e territórios, tem actuado em conjunto com os governos nacionais e agências locais. Seus programas se associam ao desenvolvimento da saúde, da educação, de nutrição, água e saneamento.

Ao mesmo tempo, o UNICEF actua no apoio a projectos executados por organizações não governamentais ou governamentais, que oferecem soluções locais ao problema. Essas actividades são voltadas para a assistência das crianças e dos adolescentes em todas as regiões do mundo.

Entre as suas acções, presentes no site do UNICEF, *what we do* (o que fazemos), estão:

Proteção e inclusão infantil: o UNICEF trabalha com parceiros em todo o mundo para promover políticas e expandir o acesso a serviços que protejam todas as crianças.

Sobrevivência infantil: o UNICEF ajudou a reduzir a mortalidade infantil em todo o mundo, trabalhando para alcançar as crianças mais vulneráveis, em todos os lugares.

Educação: o UNICEF trabalha em todo o mundo para apoiar a aprendizagem de qualidade para cada menina e menino, especialmente aqueles em maior risco de ser deixados para trás.

UNICEF em situações de emergência: o UNICEF está nos locais antes, durante e após as emergências, trabalhando para alcançar crianças e famílias com ajuda vital e assistência a longo prazo.

Gênero: o Unicef trabalha em todo o mundo para capacitar meninas e mulheres, e para garantir a sua plena participação nos sistemas político, social e econômico.

Inovação para crianças: o UNICEF trabalha com parceiros em todos os setores para criar em conjunto soluções inovadoras que acelerem o progresso para crianças e jovens.

Abastecimento e logística: O UNICEF oferece acesso sustentável a suprimentos que salvam vidas onde eles são mais necessários, acelerando os resultados para as crianças mais vulneráveis.

Pesquisa e análise: os programas e iniciativas globais do UNICEF são fundamentados em pesquisa rigorosa e análise criteriosa sobre a situação das crianças.

Em Angola, desde 1976, o UNICEF tem apoiado o país a tornar-se um lugar seguro, saudável e protector para o crescimento e desenvolvimento das crianças. Além disso, a organização tem ajudado a nação a valorizar os direitos de cada criança, garantindo a sobrevivência, o desenvolvimento e o bem-estar em geral. O que de facto são acções de extrema importância.

Quanto à educação, a organização trabalha em estreita colaboração com o Ministério da Educação e de Assistência e Reinserção Social do país. Baseia-se no programa de educação para todos entre o ano de 2013 – 2020 e o seu objectivo é de apoiar o governo a aumentar a sua capacidade de expandir o acesso equitativo

das crianças ao ensino pré-primário, primário e ao primeiro ciclo do ensino secundário de qualidade. (UNICEF, 2016).

O trabalho do UNICEF, no campo da educação, em Angola, tem sido reconhecido como aquele que tem trazido apoio e benefícios para as crianças, adolescentes e adultos, entre outros.

2.2.8 Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) agência da ONU para os refugiados. Ela foi criada em 14 de dezembro de 1950 pela resolução n.º 428 da Assembleia das Nações Unidas. Sua missão é dar apoio e protecção aos refugiados de todo o mundo.

A agência tem como a data de início de suas actividades o mês de janeiro de 1951, onde actuou para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre os refugiados. (ACNUR, s/d, p.5).

A agência tem actuado para garantir que qualquer indivíduo, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e receber refúgio em outro país e, se quiser, retornar ao seu país de origem de forma segura (ACNUR, s/d, p.6).

Os refugiados são pessoas que estão fora de seu país de origem. Os motivos por estarem em outros países pode ser algum tipo de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política.

Uma questão relevante, para ser destacada, é que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados não é uma organização supranacional. Portanto, neste caso, a agência, que actua para auxiliar as pessoas, não substitui a protecção dada pelas autoridades nacionais.

O papel principal do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados é garantir que os países estejam conscientes de suas obrigações de conferir protecção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio, actuando em conformidade com os compromissos.

Assim sendo, ACNUR (s/d, p.6) elenca que:

Os sistemas nacionais de protecção e refúgio existem para decidir quais solicitantes de refúgio precisam de protecção internacional. É por isso que a questão central da protecção é o princípio da não devolução

(ou non refoulement): solicitantes de refúgio e pessoas refugiadas não podem ser retornadas a nenhum país ou território onde sua vida e integridade estejam em risco.

Na Província da Lunda Norte, o ACNUR tem actuado na protecção dos refugiados. Paralelamente, a agência tem estado a exercer outras actividades sociais como construção de escola e realização de actividade desportiva.

De facto, a construção de escola, dado alto número de alunos nas salas de aula, é uma actividade significativa para a educação, em geral, e para as crianças e jovens, em particular. Um maior número de escola significa que mais crianças e jovens poderão estudar.

Esta agência é quase que inteiramente financiada por contribuições voluntárias, com 86% dos fundos provenientes de governos e da União Europeia. Três por cento vêm de organizações intergovernamentais e mecanismos de financiamento comuns, enquanto outros dez por cento vêm do setor privado (fundações, empresas e cidadãos). Há também uma ajuda de um por cento) do orçamento da ONU que auxilia nos custos administrativos.

No orçamento anual da ACNUR estão incluídos programas que apoiam as operações em andamento e programas complementares implementados para cobrir emergências, como a crise na Síria ou operações de repatriação em grande escala.

2.3 Associações não governamentais de Angola

Existem várias associações não governamentais em Angola. Realizaremos a descrição de algumas como a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Mãos Livres, Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento (MPD), Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional (ADPCI).

2.3.1 Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) é uma das mais antigas organizações não governamentais na república de Angola. (AMUNDSSEN; ABREU, 2007, p. 21).

Os mesmos autores supracitados indicaram que a ADRA é uma organização com 140 membros, que possui escritórios e projectos em 6 províncias, 26 municípios e 62 comunas.

Sua sede está localizada em Luanda. Trata-se de uma organização angolana não governamental, apartidária, não confessional e sem fins lucrativos. Segundo Pain (2007, p. 197) a ADRA surgiu:

[...] em um contexto de cessar-fogo, provocado pelos Acordos de Bicesse. A longa guerra civil parecia aproximar-se do fim, o sistema político dava sinais concretos de abertura e de questionamento dos caminhos até aí seguidos, ou seja, era um momento favorável à transformação e também encorajador de novos projetos. Foi nesse clima (e também influenciado por ele) que algumas pessoas decidiram criar uma Organização Não Governamental que trabalhasse para o desenvolvimento rural, e fundamentalmente, assumisse uma atitude de questionamento em relação aos processos de aquisição do conhecimento da realidade e ao desenvolvimento do país, que se pretendia adequado, sustentado e participado, e em estreita ligação com o processo de democratização.

A ADRA tem movimentado, anualmente, mais ou menos 5 milhões de dólares americanos. Entre os seus objectivos está o alívio da pobreza e o desenvolvimento rural sustentável, por meio de projectos de segurança alimentar, micro-crédito, terra, educação cívica e organização dos pobres (AMUNDSSEN; ABREU, 2007, p. 21).

A ADRA tem outros objectivos ligados:

1) A actuar com as comunidades de base a partir das suas necessidades e dos seus objectivos e, neste contexto, considerar a diversidade étnica e cultural e a pluralidade de situações. Desta forma, promove projectos participados de apoio ao desenvolvimento;

2) A apoiar a pesquisa de um desenvolvimento alternativo para conhecer a realidade do país e criar projectos;

3) Contribuir para o reforço da sociedade civil e para os processos de democratização em curso em Angola (ADRA, 1995, p. 01).

Os projectos para a concretização desses objectivos supracitados estão alinhados com os princípios fundamentais e com os fundamentos que constituiriam os eixos morais da organização no incentivo ao aumento do aprimoramento de conhecimentos através da frequência às aulas de alfabetização e aos seminários de capacitação.

A ADRA assumiu-se como uma organização não governamental, independente, apartidária, não confessional, sem fins lucrativos. No entanto, a ADRA, mais do que isso, de acordo com Pain (2007, p. 198), surge:

[...] como um projeto de intervenção social, com objetivos gerais e princípios de funcionamento que correspondem a uma determinada visão da sociedade, da sua história, do seu estado e da sua evolução. Tais princípios traduzem-se na recuperação dos valores culturais, na valorização dos recursos naturais, no respeito à diversidade e pluralismo, na partilha do conhecimento de vivências, na participação e respeito pela defesa dos direitos humanos num sentido amplo e na construção de uma cultura democrática. A intervenção (projetos, estudos, debates) e a relação com os diferentes parceiros (Estado, organizações similares, comunidades, entre outros) são, na essência, marcadas por essas atitudes críticas face ao real, por um profundo respeito pelo “outro” e pela vontade de construção e de mudança social responsáveis, no sentido do desenvolvimento e democratização do país e da criação de espaços de participação dos seus cidadãos.

Trata-se essencialmente de uma organização social com actuação na defesa de direitos/interesses (advocacia). Ela é voluntária e procura auxiliar os marginalizados e a população rural desfavorecida. De acordo com Amundsen e Abreu (2007, p. 21), a capacitação dos pobres ocorre a partir de uma abordagem baseada em direitos (em cidadania).

Para o indivíduo se sentir parte da comunidade onde habita, é sempre aconselhável que seja um participante activo em todas as actividades que a comunidade organiza. Deste modo, a sua participação ajuda, de certa forma, a melhorar e treinar algumas habilidades psicomotora para aquisição de competências para sua participação no mundo do trabalho e na sociedade.

2.3.2 Associação Justiça Paz e Democracia

A Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD) é uma organização não governamental independente, apolítica, criada em 2000, apoiada pela Open Society. (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 31).

Os mesmos autores supracitados apontam que AJPD é uma das maiores organizações não governamentais a trabalhar no sector dos direitos humanos, com um foco no estado de direito, reforma constitucional e penal e direitos das pessoas com VIH/SIDA.

A AJPD busca contribuir para a participação activa, consciente e responsável do povo angolano no processo de consolidação do Estado Democrático de direito. Busca também o desenvolvimento da paz, da cultura, da justiça, reforçando, desta forma, os laços de amizade e de solidariedade entre todos os angolanos. A

organização propõe ainda a promoção dos valores da paz, justiça e democracia, nomeadamente a verdade, a igualdade, o amor e a liberdade.

A AJPD tem três áreas de trabalho ou programas de reforma principais, a saber:

- a monitorização de prisioneiros ilegais, visitas a prisões e prisioneiros, investigações dos seus casos e aconselhamento jurídico. Foi assim que a organização começou, quando alguém de um grupo de amigos foi ilegalmente preso (a lei diz que um detido deve ser acusado/ter culpa formada no prazo de 48 horas). (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 31).
- as condições das esquadras de polícia e casas de detenção/cadeias, o chamado projecto “esquadras de polícia seguras”. Isto tem a ver com a segurança legal e os direitos humanos dos detidos nas esquadras de polícia, incluindo o procedimento processual adequado.
- sessões de formação que visam reduzir o número de detenções ilegais, entre outros objectivos.

Está evidente que esta organização não governamental, também têm assumido um papel de grande relevo na participação das políticas implementadas pelo executivo e a sua materialização para o engrandecimento do país.

2.3.3 Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento

Par Amundsen e Abreu (2007), o Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento (MPD) é uma organização não governamental independente, sem fins lucrativos, representando um amplo leque de mulheres de diferentes sectores da sociedade angolana.

Trata-se de uma organização, que foi criada em 1999 e legalmente instituída no início do ano 2000. Seus membros trabalham numa base de voluntariado.

Sua função está centrada na promoção de uma maior representatividade das mulheres nas estruturas políticas e governamentais. Busca-se também lutar pela emancipação das mulheres. O movimento elaborou sua primeira Conferência sobre Mulheres e Paz no ano de 2001. (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 26-27).

Segundo os mesmos autores supracitados, de facto, auxiliar as mulheres, em um país como Angola, no processo de emancipação é algo que deve ser reconhecido no país, devido às condições delas perante a sociedade.

As principais actividades do movimento baseiam-se na formação em direitos humanos e activismo pela paz e apoio aos direitos económicos, sociais e políticos das mulheres, em particular aquelas que foram vítimas directas da guerra civil acontecido no país.

Em parte, sabe-se que a guerra deixou marcas muito negativas, do ponto de vista psico-social e, neste contexto, torna-se relevante as actividades que esta organização tem praticado, sobretudo na realização de cursos e palestras.

Na tentativa de moderar a conduta de certos cidadãos, muitos deles são combatentes activos e outros passivos, o governo precisa de parceiros para poder implementar políticas neste sentido e, neste cenário, a participação do Movimento Angolano de Mulheres, Paz e Desenvolvimento tem sido fundamental.

2.3.4 Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional

A Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional (ADPCI) é uma organização não governamental angolana, com actuação reconhecida em várias áreas.

A Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional foi fundada em 1998 e conta com apenas 67 membros e um pequeno grupo de activistas. (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 27).

Uma boa parte das acções da Acção para o Desenvolvimento, Pesquisa e Cooperação Internacional tem o foco no domínio de desenvolvimento sustentável, na participação cidadã e na questão dos direitos humanos

Para Amundsen e Abreu (2007):

A ADPCI trabalhou na mobilização da juventude em áreas rurais e urbanas sobre VIH/SIDA e direitos humanos. Actualmente é financiada em grande medida (e orientada em termos de interesses) pela iniciativa da União Africana (UA). (AMUNDSEN; ABREU, 2007, p. 27).

Tal actuação, na mobilização da juventude em áreas rurais e urbanas sobre VIH/SIDA e direitos humanos, tem de facto muito significado para uma parte dos cidadãos que vivem em Angola. Reconhecidamente trata-se de um trabalho alinhado com outras agências, que buscam o bem estar das pessoas.

Neste contexto, de apresentação de algumas agências, pode-se dizer que tanto as associações internacionais como nacionais estão versadas para a mesma causa, mormente, o bem estar dos cidadãos em várias dimensões.

Nesta ordem, o homem é o centro de todas as acções sociais, para tal, primeiro temos que pensar nele antes de materializar um determinado projecto. Uma sociedade cujo homem seja transformado, ganha a triplicar porque o seu conhecimento poderá estar à disposição social, um processo onde é essencial que a educação seja vista como prioridade para que a sociedade esteja bem servida em quase todos os domínios da vida.

2.4 As agências internacionais, papéis e actuação na educação

As agências internacionais em muitos países têm dado um grande contributo para os cidadãos. Em Angola, por exemplo, essas agências contribuem significativamente na implementação de políticas educativas, sobretudo no processo de alfabetização.

As agências internacionais são a expressão dos esforços de cooperação internacional de forma planeada e permanente. Elas são instâncias diplomáticas, que empregam energia para construir uma ordem internacional pacífica. Todavia, apesar de uma actuação com eficácia, o trabalho é difícil, pois é necessário conciliar percepções e anseios políticos muitas vezes contraditórios.

O papel das agências internacionais tem sido discutido por vários pesquisadores nas últimas décadas, com as mais variadas perspectivas (AIRES, 2007; SATO, 2003; GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2017, entre outros).

De acordo com Aires (2007), o papel das instituições internacionais tem:

[...] sua relevância com relação ao comportamento dos atores no cenário internacional têm sido objeto de análises e pesquisas ao longo dos últimos anos, desde a consolidação do estudo de Relações Internacionais como disciplina isolada. Algumas correntes teóricas, como o institucionalismo, o liberalismo e o funcionalismo, atribuem papel preponderante às instituições internacionais como facilitadoras do processo de cooperação, em função de seu impacto sobre os interesses dos atores no sistema. Outras abordagens, por outro lado, tendo como expoente máximo o realismo, conferem pouca relevância à capacidade de mudança promovida por estas instituições, bem como à possibilidade de cooperação e de solução de conflitos entre os atores. (AIRES, 2007, p. 7).

De facto, em muitas linhas as instituições internacionais têm papel relevante para promover a cooperação entre os países, assim como ajudá-los a superar a pobreza, o analfabetismo, entre outras questões.

A posição adotada, no presente estudo, trata as instituições internacionais como actores importantes no sistema internacional, na medida em que expressam interpretações coletivas sobre a realidade e actuam como instâncias formadoras de identidades coletivas.

As agências internacionais possuem um atributo socializador, que auxilia a promover e coordenar acções e projectos de ajuda humanitária. Para Aires (2007, p. 10), esses organismos possuem um carácter socializador que:

Confere ainda a possibilidade de coordenar a acção multilateral, na medida em que torna atuação dos atores mais homogênea e previsível. As agências internacionais abrem, assim, espaço para uma interação cooperativa, já que prescrevem comportamentos, ao mesmo tempo em que moldam a percepção dos atores, podendo assim, gerar novos arranjos e a própria redefinição de interesses. Apresentam, portanto, uma possibilidade de promover a cooperação entre os atores, organizando as interações e estabelecendo certas convergências com relação a determinados temas e formas de intervir sobre as questões em pauta.

O papel das agências internacionais vem crescendo com a globalização, que impõe novos desafios para os países, de forma geral, mas, sobretudo aqueles que são mais pobres.

Para Aires (2007, p. 10):

O crescente processo de globalização e interdependência entre os actores vem reforçando a relevância das agências internacionais no que se refere a este papel de coordenar as acções e interações, já que a delimitação das fronteiras se torna cada vez mais tênue e as questões anteriormente domésticas ganham carácter supranacional. Surge uma nova gama de problemas transnacionais e torna-se necessária a coordenação entre os actores de modo a promover a cooperação. Esta nova configuração amplia seu espaço de actuação, bem como sua legitimidade, uma vez que as demandas por sua actuação vêm da própria sociedade internacional, quando a actuação isolada dos Estados se mostra insuficiente para equacionar determinados problemas.

Muitas vezes, as agências internacionais não conseguem ganhar seus objectivos de ajuda a um país por meio de uma política ou das indicações de normas. Neste sentido, para (SATO, 2003, p. 167):

O estabelecimento de normas internacionais não traz em si a garantia de que essas normas serão efetivamente cumpridas e que uma vez produzidas, automaticamente, farão surgir padrões de comportamento. Mesmo no plano doméstico, onde existe uma autoridade formalmente constituída e amplamente estruturada, o facto de produzir leis não significa que direitos humanos sejam plenamente respeitados, padrões ambientais sejam observados ou que crimes deixem de ser cometidos ou que sejam devidamente punidos: o poder judiciário pode ser lento e ineficaz e a polícia pode ser corrupta ou insuficiente para fazer com que as leis, novas ou antigas, sejam cumpridas. A esse respeito, no caso do Brasil, diariamente há incontáveis exemplos. No plano internacional, onde as normas são compostas basicamente de tratados, onde não há uma autoridade supranacional independente dos Estados (que possuem o atributo da soberania) e onde a principal forma de sanção é a condenação moral, a existência e a eficácia de arranjos e instituições continuam fortemente dependentes das percepções e da vontade de agir dos governantes dos Estados.

O mesmo autor indicou que mesmo apesar das agências internacionais, muitas vezes, não terem êxito nos países em que actuam, elas, em muitas circunstâncias, têm realizado um trabalho de forma eficaz, actuando para, entre outras coisas, estabelecer ou mediar relações internacionais.

De facto, auxiliar a criar, estabelecer, compor e mediar relações internacionais são tarefas que exigem esforços, competências e conhecimentos das agências internacionais. Mas trata-se de um trabalho essencial na sociedade actual por sua complexidade.

Para Sato (2003, p. 170):

[...] as relações internacionais tornaram-se uma dimensão inerente a vida civilizada na modernidade e essa dimensão depende de muitas formas do bom funcionamento de uma ampla rede de agências internacionais, sendo praticamente impossível pensar numa alternativa a essa possibilidade que não esteja associada a uma drástica deterioração das condições de vida na actualidade. Isto é, qualquer recuo nessa tendência parece inevitavelmente associado a elevação dos níveis de intolerância e a outras circunstâncias dramáticas que representariam um verdadeiro recuo nos padrões de convivência civilizada da humanidade. Os níveis de bem estar de que hoje desfrutam as sociedades dependem de forma significativa das muitas maneiras pelas quais indivíduos e instituições interagem no plano internacional.

As agências internacionais ainda têm pela frente, pela complexidade da sociedade e das relações entre os países, a realização de grandes actividades de

mediação na busca, entre outras coisas, da paz, da redução da pobreza, do crescimento sustentável e da preservação do meio ambiente.

Essas agências, de facto, têm papel central em nossa sociedade para mediar vários conflitos e, como afirmou Sato (2003, p. 174):

Uma questão mais geral afecta a todas essas organizações, incluindo-se a própria ONU, é a questão da distribuição das responsabilidades internacionais. Paz, estabilidade, crescimento económico e, mais recentemente, preservação das condições ambientais do planeta são bens cujo provimento, bem como seu usufruto, obedecem a mesma lógica de todos os bens públicos: os actores tendem a ser *free riders* quanto ao provimento desses bens públicos, uma vez que seu usufruto não pode ser particularizado e restrito apenas aqueles que presumivelmente teriam pago por esses bens. Nesse quadro, talvez a pergunta mais fundamental a ser respondida nesses próximos anos é saber até que ponto as nações, sobretudo as grandes potências, incluindo os Estados Unidos, estão dispostas a participar de um esforço de concertação internacional e de construção efetiva de uma ordem que contemple as demandas por paz e progresso da grande maioria das sociedades organizadas do mundo.

Todavia sabe-se que esta busca pela paz é uma tarefa que não é fácil, mas que necessita ser buscada pelos países e, neste contexto, as agências internacionais são essenciais para o trabalho.

Entre as várias acções das agências internacionais, uma delas pretende-se a induzir os estados a assumir diretrizes e políticas, actuando, muitas vezes, como mediadores na promoção de agendas.

Nesta perspectiva, Keohane e Martin (1995) indicaram que as agências contribuem quando a colaboração traz benefícios mútuos aos Estados. Elas podem prover informações, reduzir custos, tornar acordos mais confiáveis, facilitar a operação na reciprocidade.

As acções das agências internacionais têm de se reflectir na vida dos cidadãos, deste modo, podem actuar de forma integrada com o estado, apresentando relatórios, buscando soluções para problemas dos cidadãos. De tal sorte, pode-se assinalar que a informação é um elemento imprescindível para as agências prestarem contas à sociedade.

Para Pereira (2007, s.p.), o papel das agências é multidimensional, pois:

Num mundo globalizado, nenhum estado pode viver isolado e assegurar a sua defesa por si só. A pertença a agências internacionais (não apenas de segurança e defesa, mas igualmente económicas, sociais, ambientais) reforça as relações de amizade entre estados, diminuindo desta forma a possibilidade de ocorrência de conflitos.

As agências possuem suas singularidades, características, objectivos, e meios que lhes são específicos, sendo por tanto natural que possuam funções e missões diferentes consoante as suas particularidades e os campos em que estão envolvidas.

As agências internacionais constituem-se como actores relevantes no sistema internacional, na medida em que actuam na busca de um conhecimento consensual. Elas são entendidas “como coalizões de interesses que apresentam uma formação social, a partir da intersubjetividade e da construção de um conhecimento coletivo compartilhado, como foi exposto anteriormente.” (AIRES, 2007, p. 10).

Desta forma, as agências são agentes que formulam regras e actuam na solução de problemas específicos, sobre os quais normas e princípios são compartilhados pelos actores e expressos pela organização. Elas desempenham, portanto, um papel de orientadoras e reguladoras do comportamento dos Estados.

Especificamente no campo da educação, há muitas controvérsias sobre as acções e as realizações das agências internacionais, em geral, e em Angola, em particular. De facto, existem posições favoráveis e desfavoráveis.

Oliveira e Guimarães (2017) indicaram possibilidades de avanços no campo da educação a partir da ajuda de agências internacionais, todavia, os autores reconhecem que em muitos alguns casos esses organismos acabam trazendo ideias que aconselham a adopção de um modelo de educação mais ligada as buscas do mundo de trabalho.

Para esses autores as políticas públicas de educação têm sido criadas com o objectivo de “atender as exigências constantes nos documentos propostos por organismos multilaterais internacionais, cujos resultados indicam conquistas de alguns avanços e desafios que ainda precisam ser superados” (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2017, p. 842), sobretudo aqueles ligados a incorporação de um modelo de educação pronto para o consumo ao mercado de trabalho.

De facto, esta pode ser uma crítica a se considerar. No Brasil, por exemplo, o auxílio financeiro do Banco Mundial para a implantação de políticas no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que em alguns casos obteve grande impacto positivo (como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, entre outras), veio acompanhada da necessidade de incorporação de um modelo de educação baseado em competências, o qual tem, de certa forma, base nas lógicas do mercado de trabalho.

Desta forma, foi sobre a lógica unidimensional do mercado que se foi construindo o projecto de educação básica naquele governo, expressando-se tanto na forma de organização do sistema escolar como no universo simbólico dos educadores e pedagogos. Tal pensamento pedagógico empresarial, segundo autores (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003), é sustentado por algumas orientações de agências nacionais, internacionais e regionais, ainda está presente nas leis do país.

Para Vieira *et al* (2018 p. 1542), as políticas que essas agências impõem para os países emergentes “defendem uma análise economicista, além da privatização e da responsabilização da escola e professores enfraquecendo e eximindo o Estado de sua responsabilidade.”

Bendrath e Gomes (2010) também realizaram reflexões sobre as agências internacionais e as formas de auxílio que prestam aos países. A partir de uma análise do Programa Escola da Família do Estado de São Paulo em parceria com a UNESCO, os autores discutiram sobre a influência desses organismos na elaboração e na implantação de modelos educacionais compensatórios. Os autores tomaram como referência a ineficácia do Estado em políticas públicas permanentes bem sucedidas.

Nas palavras dos autores:

A partir de uma política compensatória, o Programa Escola da Família, trouxe o governo do Estado de São Paulo, soluções paliativas frente a grandes demandas sociais decorrentes da falta um planejamento público de longo prazo. O respaldo do convênio com a UNESCO garantiu a legitimidade do programa enquanto agente de acções pedagógicas perante a opinião pública, e as acções administrativas do Estado na concessão de bolsas de estudo reduziu a problemática e deficiência da falta de vagas nas universidades públicas estaduais. A partir de uma visão do Estado Capitalista, percebe-se que a formação

do capital humano e o movimento de Cultura da Paz, tendo como eixo as diversas acções do Programa Escola da Família, resultaram em números expressivos tanto para o Estado, quanto para a própria UNESCO. (BENDRATH; GOMES, 2010, p. 169).

Esses autores questionaram até que ponto a sociedade pode incorporar para si tal modelo de política pública, e até que ponto tal política pode ser eficaz, considerando as dificuldades de avaliações criteriosas baseado em modelos qualitativos.

Por outro lado, Antunes, Zwetsch e Sarturi (2017, p. 3342), realizaram um mapeamento das principais políticas públicas no Brasil impulsionadas por agências internacionais (UNICEF, UNESCO, PNUD, entre outras). Os autores indicaram que existem desafios pertinentes:

Quanto a implementação das propostas delineadas pelos organismos internacionais no Brasil, especialmente, no que se refere em assegurar a todos o acesso a educação, em especial as crianças e jovens que vivam em situações de vulnerabilidade social. Ademais, reconhecem-se os desafios para universalizar a Educação Básica, uma vez que não depende de estar garantida na legislação educacional é preciso ampliar substancialmente a capacidade da nação e seus estados em efetivá-la e também garantir a melhoria da qualidade do atendimento da Educação Básica. (ANTUNES; ZWETSCH; SARTURI, 2017, p. 3342).

Os autores supracitados indicaram também que:

[...] ao analisar as influências que as orientações oriundas dos organismos internacionais exercem na elaboração das políticas públicas para a Educação Básica no Brasil destaca-se o compromisso dos organismos internacionais em desenvolver estratégias e mobilizar os recursos necessários para providenciar apoio efetivo aos esforços nos países, em especial, de terceiro mundo como é o caso do Brasil. (ANTUNES; ZWETSCH; SARTURI, 2017, p. 3353).

Observa-se que a posição destes autores, em relação as políticas públicas para a Educação Básica no Brasil, é positiva, pois o país ainda necessita superar grandes desafios no campo da educação.

No Brasil, portanto, existem posicionamentos que são favoráveis as agências internacionais e outros que são desfavoráveis. Neste segundo grupo estão aqueles que criticam, sobretudo as imposições do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em Angola, para Simão, Guedes e Nieto (2017), as intervenções dessas agências têm sido condicionadas pelos países ricos:

A ONU no seu papel de organismo responsável pela manutenção da paz mundial fracassou em Angola e, por intermédio do PNUD como parceira do governo angolano no desenvolvimento tem encontrado muitas dificuldades para implementar os projetos. Talvez um aspecto importante para reflexão seria a ausência de consultas e concertações locais. O FMI e o BM têm encontrado resistência interna, principalmente em relação a implementação do processo de transparência e reformas institucionais necessárias ao nível económico. Somente as crises fiscais têm permitido as interferências dessas instituições. Angola é um exemplo de resistência as ingerências das agências internacionais, mas não se pode afirmar que essa resistência por parte do governo seja benéfico para a população. A realidade mostra que a pobreza ainda é um dos principais desafio a serem superados. (SIMÃO; GUEDES; NIETO, 2017, p. 124).

Os autores, apesar de tecerem críticas a algumas agências mostram-nos que tal resistência, realizada em alguns casos pelo governo, pode não beneficiar a população, em geral, pois a “pobreza ainda é um dos principais desafios a serem superados” (p. 124). Todavia, Simão, Guedes e Nieto (2017) não realizaram reflexões detalhadas no campo da educação, o que se pretende com este presente estudo.

Na globalização, a área da educação, enquanto para os países ricos a entidade de referência é a OCDE, centro do pensamento neoliberal e criada para promover a economia de mercado, para os países mais pobres as organizações mais importantes têm sido o FMI e o Banco Mundial, que foram pensadas para a reorganização da economia mundial (CHARLOT, 2007).

Neste contexto, podem-se compreender algumas dinâmicas de convergência, de transferência de políticas, assim como os mecanismos de influência externa da globalização na educação.

Em 2015, foram definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados numa cimeira da ONU (Organização das Nações Unidas) que reuniu os líderes mundiais. Nesta cimeira foi adotada uma agenda ambiciosa com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental, à escala global, até 2030, conhecida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (CICL, 2017; UNRIC, 2016), sendo que um daqueles objetivos (ODS) se refere explicitamente à educação.

Dentro do ODS, no campo da educação, uma meta é dedicada à formação de professores, como indicou Dale (2007, pp. 87-114):

“Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento”.

De facto, os discursos das diferentes agências internacionais refletem sobre a qualidade da educação e da formação inicial e contínua dos professores como fundamentais para o sucesso do projeto EPT e, conseqüentemente, para a qualidade da aprendizagem, pois os professores são um dos fatores-chave da melhoria da qualidade da educação (YATES, 2007; UNESCO, 2004).

Em relação à formação de professores, foi aprovado, em 2007, o Plano Mestre de Formação de Professores (PMFP), um documento que regula esta modalidade no país.

Este plano foi elaborado por uma equipa multidisciplinar constituída por técnicos do Ministério da Educação de Angola e por técnicos do *Bureau d'Ingénierie en Éducation et en Formation* (BIEF), no âmbito da cooperação belga, que prestaram assistência técnica e metodológica, o que é revelador da importância desta cooperação.

O Plano foi implementado entre 2008 e 2015, tendo como objetivo que o Estado angolano pudesse atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e cumprir as metas de Dakar (MED, s.d.).

Em Angola, o Banco Mundial tem um projeto de apoio à educação, em parceria com o MED, que contempla a implementação das ZIP a nível nacional e o fortalecimento do sistema de avaliação, influenciando assim a implementação das suas agendas.

A União Europeia, através do Projeto de Apoio ao Ensino Primário (PAEP), apoiou o ensino primário em Angola, com um projeto que terminou no ano de 2012 e abrangeu uma série de atividades para melhoria do serviço educativo a nível central, municipal e local, de implementação da Reforma Educativa no ensino primário em várias províncias de Angola (MED/UE, s.d.).

A diretora-geral do Instituto Nacional de Formação de Quadros (INFQ) indicou que “a UNESCO, enquanto órgão da ciência e da educação, procura reforçar as capacidades institucionais de Angola e quase sempre disponibilizando peritos para

auxiliar na definição das nossas políticas”. Referiu também o projeto da UNESCO “A menina e a ciência”, que trabalha as questões de género e o ensino das ciências, pode incentivar as raparigas no estudo das ciencias (POÇAS; SANTOS, 2020, p. 57-84).

De acordo com os mesmos autores, o UNICEF foi também referida pela diretora-geral INFQ no âmbito das questões da infância, nomeadamente no apoio ao ensino primário universal, com apoio financeiro e político. A diretora-geral INFQ referiu a importância de um documento do governo de Angola sobre a proteção da criança, que foi elaborado tendo em consideração os acordos de cooperação internacional, como a Convenção dos Direitos da Criança e os ODM.

Verifica-se, assim, que estes projetos, acima citados, têm actuado em áreas essenciais de influência das agendas e políticas educativas.

Sobre a adequação dos modelos de projetos de cooperação à realidade do país, a diretora-geral INFQ referiu que existem agências privilegiadas na cooperação, “sobretudo a UNESCO e o UNICEF são os que mais trabalham porque acabam por fazer a monitorização de toda a acção educativa em Angola”. Além destas, referiu a relevância da cooperação com Portugal, sobretudo a nível de algumas instituições com que já há uma ligação e um conhecimento da realidade. (POÇAS; SANTOS, 2020, p. 57-84).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta parte do trabalho apresenta-se o contexto da pesquisa, no município de Tchitato, a educação realizada neste local, tipo de estudo e suas fases, entre outras questões.

3.1 Contexto de pesquisa

O município do Tchitato está localizado no extremo nordeste da Província da Lunda-norte e possui uma extensão territorial de 8.279 Km², correspondendo a 24,5% do território da Província. Faz fronteira ao norte com a República Democrática do Congo. A Este, Sul e Oeste têm divisas com os municípios de Cambulo, Lucapa e Lóvua, respectivamente (ADM, 2018).

A população está estimada em 195.665 habitantes, dos quais 97.565 homens e 98.100 mulheres. Ela é composta por vários grupos étnico-linguísticos, com maior

predominância para a etnia Cokwe, integrando vários povos que vivem em comunidades e uma comuna, correspondendo a 23,7% da população da Província (ADM, 2018).

Schmitt (2018) indicou que o município, por sua estrutura demográfica, é caracterizado por uma população jovem, com uma base da pirâmide etária larga, facto que está associado à elevada taxa de natalidade², e o ápice estreito, devido a uma elevada taxa de mortalidade³, e ainda com uma esperança média de vida reduzida⁴.

No município de Tchitato existe grande regularidade na variedade das condições climáticas, quer com latitude (7°), quer com altitude 8.835m, devido à ausência de relevo, quer com longitude 20°.

A temperatura média anual é de 27° Celsius, sendo a humidade relativa pronunciada e o regime de chuvas que por vezes é torrencial. A humidade relativa está perto dos 90% e 50%, respectivamente, para o mês mais húmido e para o mês mais seco. (ADM, 2018).

No município, a maior riqueza tem sido derivada da exploração de diamantes. Recursos como areia e pedras também são explorados para construção de infraestruturas sociais, residenciais, construção de estradas, entre outras.

Neste contexto, a descoberta de outros minerais por empresas da área poderia possibilitar a criação de mecanismos para atrair mais investidores. Ao mesmo tempo, os serviços podiam permitir o desenvolvimento local e a abertura de mais empregos para os munícipes (ADM, 2018).

² “Angola continua a ter uma das mais elevadas taxas de fertilidade (5,9 crianças por mulher, em média no período 2010-2015), superando a média da África Subariana (5,1) e bem acima da média dos países de baixo nível de desenvolvimento humano (4,6), o que projecta elevadas taxas de crescimento natural” (MEP, 2018, p. 23).

³ “A taxa de mortalidade infantil de 80 por 1000 nados-vivos, quando em 2009 ultrapassava os 180; a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos passou de quase 300 por 1000 nados-vivos no início do século para cerca de 120; a percentagem de crianças não vacinadas com a DTC-tripla e contra o Sarampo, em 5 anos caiu, respectivamente, de 19 e 21%, para 1 e 3%. Também a taxa de morbilidade devido à malária caiu de quase 25% para 15%, a pólio está erradicada e a Lepra quase; a operação de prevenção contra o ébola foi bem-sucedida”. (MEP, 2018, p. 23).

⁴ “A esperança de vida à nascença de um Angolano é em 60,2 anos, sendo de 57,6 anos para homens e de 63 anos para mulheres” (MEP, 2018, p. 25).

3.2 A Educação no Município do Tchitato

De acordo o Decreto Presidencial nº 202/19, de 25 de junho, artigo 78º, a Direcção Municipal é o serviço desconcentrado da Administração Municipal, incumbido de assegurar e executar acções, actividades, programas, projectos e medidas políticas, no domínio da educação, ensino e alfabetização, ao nível do município, bem como coordenar programas municipais que visam o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação a nível deste município. Esta direcção é dirigida por um Director municipal, que é responsável por garantir a execução das acções, programas, e, estruturada por seguinte: Secção de Educação e Ensino; Secção de Planeamento, Estatística e Recursos Humanos; Secção de Inspeção Escolar e Secção de Ciências, Tecnologia e Inovação.

O município do Tchitato tem uma rede escolar formada por 36 escolas, sendo que 12 são do ensino primário, 4 do I ciclo do ensino secundário geral, 15 complexos escolares e 5 escolas do II ciclo do ensino secundário geral⁵. Em geral, neste contexto, as instituições de ensino estão situadas na zona urbana e peri-urbana. Somente algumas se localizam nas zonas rurais (DME, 2019).

Em muitas comunidades, localizadas em zonas rurais, crianças e jovens estudam em locais improvisados, podendo ser capelas ou outras localidades por falta de infraestruturas. Nesses locais, os professores, em geral, são voluntários. (ADM, 2018).

Neste município, as escolas estão agrupadas em seis Zonas de Influência Pedagógica (ZIP). As tabelas a seguir (1 a 7) mostram as instituições:

Zonas de Influência Pedagógica	Instituições	Número de professores	Número de alunos
Zona 1 (5 escolas)	Complexo Escolar do Ritenda	76	3842
	Escola Primária n.º 1 do Chitato	27	861
	Escola Primária do 4 de Abril	20	490
	Colégio Santo António	31	430
	Magistério do Chitato	61	1079
	Total		215

Fonte: Direcção Municipal da Educação, 2019. Elaboração própria.

⁵O sistema educativo em Angola prevê para o ingresso na 1ª classe do ensino primário, as crianças que completem 6 anos de idade até ao dia 31 de Maio do ano de matrícula; têm acesso ao I ciclo do ensino secundário geral, os alunos que completem 12 anos de idade até ao dia 31 de Maio do ano de matrícula que tenham concluído o ensino primário; e, para o II ciclo do ensino secundário, têm acesso os alunos que completem 15 anos de idade até ao dia 31 de Maio do ano de matrícula que tenham concluído o I ciclo do ensino secundário. Relativamente à classe de iniciação e sendo ela obrigatória nas escolas primárias, têm acesso a ela as crianças que completem 5 anos de idade até ao dia 31 de Maio do ano de matrícula (AN, 2019, artigo 23; 27; 31).

Como pode ser visto na tabela 1, a ZIP1 é formada por cinco escolas, que possuem mais de 200 professores e com, aproximadamente, 7 mil alunos. A tabela 2 mostra a ZIP 2:

Zona 2 (7 escolas)			
	Complexo Escolar do Luachimo	60	1449
	Complexo Escolar do Bairro Norte	55	1255
	Complexo Escolar da Taxa Barragem	47	3067
	Escola Primária do Dundo Central	59	2770
	Complexo Escolar nº14, Ex-cavalos	71	2331
	Escola Primária do Ensino Especial	20	802
	Liceu do Dundo	75	2065
	Total	387	13739

Fonte: Direcção Municipal da Educação, 2019. Elaboração própria.

A tabela 2 mostra a Zona de Influência Pedagógica 2, que é formada por sete escolas. Ela possui quase 400 professores e, aproximadamente, 14 mil alunos. A tabela 3 apresenta a ZIP3 3:

Zona 3 (7 escolas)			
	Complexo Escolar do Pensamento	55	1268
	Complexo Escolar do Aeroporto	62	3775
	Escola Primária do Samunhinga	11	361
	Complexo Escolar do Bairro Sul	117	3545
	Colégio Osvaldo Serra Van-Dunen	34	536
	Colégio n.º13 do Dundo	49	675
	Magistério do Dundo	56	1051
	Total	384	11211

Fonte: Direcção Municipal da Educação, 2019. Elaboração própria.

A tabela 3 traz a Zona de Influência Pedagógica 3, composta por sete escolas. Ela possui, aproximadamente, 400 professores e, um pouco mais de 11 mil alunos. A tabela 4 apresenta a ZIP4 4:

Zona 4 (5 escolas)			
	Escola Primária Participada Eli- Formar	18	730
	Escola Primária Participada Bom Deus	31	2037
	Escola Primária do Salianuma	21	2254
	Escola Primária do Carinhenga	55	3461
	Escola de Formação de Técnicos de Saúde	49	2011
	Total	174	10493

Fonte: Direcção Municipal da Educação, 2019. Elaboração própria.

Na tabela 4 pode-se ver a Zona de Influência Pedagógica 4, que tem cinco escolas e possui quase 200 professores e um pouco mais de 10 mil alunos. A tabela 5 mostra a Zona de Influência Pedagógica 5:

Tabela 5: Zona de Influência Pedagógica 5			
Zona 5 (5 escolas)	Complexo Escolar do Muanguvo	55	3107
	Complexo Escolar do Candjamba	33	858
	Complexo Escolar do Calumbia	27	972
	Colégio do Camaquenzo 1	66	1746
	Instituto Médio Politécnico 28 de Agosto	122	1943
Total		303	8626

Fonte: Direcção Municipal da Educação, 2019. Elaboração própria.

A tabela 5 mostra a Zona de Influência Pedagógica 5, que tem cinco escolas, com mais de 300 professores e, um pouco mais de, 8 mil alunos. A tabela 6 mostra a Zona de Influência Pedagógica 6:

Tabela 6: Zona de Influência Pedagógica 6			
Zona 6 (8 escolas)	Complexo Escolar do Caíta	20	745
	Complexo Escolar do Samacaca	94	4926
	Escola Primária do Txinguvo	4	438
	Escola Primária Poullart de Places	31	995
	Escola Primária do Sachindongo	43	6116
	Complexo Escolar ex-PGFA do Sachindongo	53	2413
	Colégio do Sachindongo	44	5251
	Complexo Escolar Delegado Eusébio Nelson da Nova Centralidade do Dundo	289	8143
	Total	578	29027

Fonte: Direcção Municipal da Educação, 2019. Elaboração própria.

A tabela 6 mostra a Zona de Influência Pedagógica 6, do município de Tchitato. Ela possui oito escolas, com mais de 500 professores e, aproximadamente, 29 mil alunos.

Em todas as ZIP juntas, do município de Tchitato, trabalham quase 2 mil professores e, neste cenário, estão matriculados quase 80 mil estudantes, entre crianças e jovens.

As instituições de ensino primário e do I Ciclo estão associadas directamente à DME e contam com a supervisão do Gabinete Provincial da Educação. Aquelas do II ciclo, técnicas e de formação profissional, estão ligadas ao Gabinete Provincial da Educação.

As escolas cumprem as determinações do Ministério da Educação, de acordo com suas especificidades (ciclo I, II). Acrescido a isso, as escolas devem respeitar as indicações da Lei nº 32/20, de 12 de agosto de 2020, Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE).

Quanto à estrutura organizativa e funcional das escolas:

- Escolas do Ensino Primário possuem um Director, um Subdirector Pedagógico, um Chefe de Secretaria, professores.
- Escolas do I Ciclo (Colégios) e Complexos Escolares possuem um Director, um Subdirector Pedagógico, um Subdirector Administrativo, um Chefe de Secretaria, professores.
- Escolas do II Ciclo Geral, Técnicas e Magistérios possuem um Director, um Subdirector Pedagógico, um Subdirector Administrativo, um Chefe de Secretaria, professores. As escolas do II Ciclo Geral, Técnicas e Magistérios (ADM, 2019).

A rede escolar do Município apresenta infraestructura que foi construída no período colonial, entre 1950 e 1975, sobretudo a urbana. Em 2002, foi promulgada a Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE), decreto-Lei n.º 13/01 de 31 de dezembro, 2001, que trouxe diretrizes para a reforma do sistema educacional no país. Todavia, as novas instalações não foram suficientes para abrigar todas as crianças e jovens em idade escolar. Uma das consequências foi um número grande de alunos em sala de aula. Ao invés de 45 estudantes por sala, algumas possuem cerca de 120 ou mais alunos, em condições não satisfatórias de ensino.

Quanto ao contingente de trabalhadores, são 1680 funcionários, do Ensino Primário, I Ciclo do Ensino Secundário e do II ciclo do Ensino Secundário. Neste contexto, são 284 do género feminino, que possuem as mais diversas formações (Pós-Graduados 1, Licenciados 256, Bacharéis 374, Técnicos Médios 797 e Técnicos de Bases 252).

Realizada esta contextualização do Município do Tchitato, em termos demográficos e educacionais, passa-se a apresentar os objectivos, geral e específicos, deste estudo.

Neste presente estudo, o objectivo geral está ligado à realização de uma análise das percepções de diferentes actores sobre o papel das agências

internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato.

Como objectivos específicos pretende-se rever a literatura sobre o tema principal deste estudo; analisar documentos sobre as agências internacionais para ampliar o conhecimento sobre seus objectivos, entre outros, e, sobretudo, para subsidiar a elaboração do questionário para este estudo; analisar a percepção de um grupo de profissionais que actuam no Município de Tchitato (Agentes Ministeriais, Directores escolares, professores, Deputados a Assembleia Nacional e Público Estudantil) sobre as percepções de diferentes actores sobre o papel das Agências Internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no Município de Tchitato.

Os objectivos aqui elencados, geral e específicos, pretendem dar conta do problema de pesquisa selecionado para este estudo. Eles estão articulados para que o fenómeno seja apreciado com profundidade.

3.3 Tipo de estudo

Esta presente pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e com objectivos descritivos e exploratórios (GIL, 2001). Neste sentido, pretende-se compreender o problema em profundidade a partir de suas particularidades.

A opção pela utilização da pesquisa qualitativa, que apresenta uma abordagem aberta e flexível, ocorreu, pois, se pretende estudar o problema dentro de seu contexto, por meio de coleta de dados. Flick (2004, p. 21-22) indicou que a pesquisa qualitativa busca a compreensão da totalidade das relações sociais e, nesse contexto, o objecto do estudo é o ponto de partida.

Neste contexto, deve-se considerar que o objectivo da pesquisa qualitativa não se atrela à testagem de hipóteses preestabelecidas, mas sim ao desenvolvimento de teorias empíricas. Neves (1996, p. 2) indicou que em estudos qualitativos são usados vários procedimentos de modo racional e intuitivo, a fim de buscar compreender melhor o fenómeno estudado.

Nos estudos qualitativos, o desenho da investigação é parte importante da pesquisa. Para Gray (2016, p. 108) “o desenho de pesquisa é o plano geral para a coleta, mensuração e análise dos dados, descreve o propósito do estudo e os tipos de perguntas, as técnicas para a coleta de dados, as abordagens, a seleção de amostras e como os dados serão analisados”.

Para Silveira e Córdova (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa possui a “objectivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar; precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno”.

Os autores supracitados apontam ainda que na pesquisa qualitativa buscase as diferenças entre o mundo social e natural, por meio de dados empíricos e “resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Na pesquisa qualitativa, o envolvimento do pesquisador com o objecto de estudo pode levá-lo a certos riscos e limites, os quais devem ser considerados ao longo do estudo. Neste sentido, Silveira e Córdova (2009, p. 32) indicaram que a:

[...] excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objecto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objecto de estudo; falta de detalhes sobre os processos por meio dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação a seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados.

Bauer e Gaskell (2017, p. 23) indicaram que “a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, entrevista em profundidade”.

No contexto da pesquisa qualitativa, este presente estudo teve duas fases que se complementaram. A primeira fase foi marcada por uma revisão da literatura especializada na área e, paralelamente, por uma análise documental. Todavia, é necessário situar que a análise dos documentos, da educação de Angola e de algumas agências internacionais, foi realizada para a obtenção de maiores informações para auxiliar na construção e a operacionalização do questionário. As

análises, desta forma, não foram traduzidas em resultados. A segunda fase foi caracterizada pelo uso de um questionário qualitativo, com questões abertas, fechadas e uma escala do tipo Likert.

Fase 1: análise documental.

Nesta fase em que foram analisados alguns documentos da educação de Angola e de algumas agências internacionais. Entre eles:

- Decreto Lei nº3/01. Estatuto das Instituições do Ensino, publicado em 15 de dezembro de 2001.
- Diário da República. Lei de Bases do sistema de Educação e Ensino. I Série-nº. 170, 07 de outubro de 2016).
- Sociedade Civil em Angola: Incursões, Espaço e Responsabilidade. (AMUNDSEN; ABREU, 2007).
- Angola: objectivos do desenvolvimento do milénio. Ministério do Planeamento, 2005.
- UNESCO. Relatório de Monitoramento Global de EPT 2015. Relatório Conciso Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios. Trad. Marina Mendes. Paris: UNESCO, 2015.
- UNICEF. Agenda para infância 2015-2018: desafios e propostas eleições 2014. Brasília: UNICEF, 2014.

Neves (1996, p. 3) define que “a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vista a uma interpretação nova ou complementar”.

Para Bardin (1977, p. 46) “o objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem”. A Autora define a análise documental como:

Uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência [...] tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação” (BARDIN, 1977, p. 45).

Ainda segundo a mesma autora, o objectivo da análise documental é armazenar a informação com o máximo de pertinência, permitindo seu uso posterior para, por exemplo, elaborar questionários, entre outras questões.

Fase 2: O uso do questionário

Nesta fase foi utilizado um questionário qualitativo com perguntas fechadas e uma escala do tipo Likert. De acordo com Gil (1999, p. 128), o questionário é definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas”.

No questionário qualitativo, o foco é o estudo da diversidade e não da distribuição em uma determinada população. Para Jansen (2012), este tipo de instrumento estuda a diversidade de um tema dentro de uma população dada. Fink (2003) recomenda a utilização deste tipo de coleta de dados, a partir de um questionário qualitativo, para a exploração de percepções, significados e experiências.

O questionário coletou dados sobre o perfil dos participantes e sobre as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, por meio de uma escala do tipo Likert.

Quanto ao perfil, foram coletados dados dos participantes sobre:

I Informações pessoais:

- A. Sexo,
- B. Idade,
- C. Residência,
- D. Estado civil,
- E. Filhos,

II Informações Académicas:

- F. Graduação,
- G. Tempo de formação,
- H. Tipo de instituição que realizou a formação,

I. Forma de realização da formação,

J. Pós-graduação

III Informações de carreira:

K. Experiências,

L. Tempo de actuação na escola.

Quanto o papel das agências internacionais na educação, foi utilizada uma escala do tipo Likert, com 15 itens, como pode ser visto na tabela 7:

Tabela 7: Escala de likert					
	O PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
A1	As agências internacionais contribuem na formulação das políticas educacionais na República de Angola				
A2	O papel das agências internacionais é auxiliar na melhoria da qualidade do sistema de ensino na República de Angola				
A3	As políticas educacionais na república de Angola podem ser melhoradas com as indicações das agências internacionais				
A4	As agências internacionais são organismos que dispõem de conhecimentos que podem melhorar a educação em Angola				
A5	Os relatórios de monitoramento das políticas educacionais de Angola instituídos por organizações multilaterais auxiliam a melhorar a qualidade da educação				
A6	Os directores de escola conhecem o papel das agências internacionais				
A7	Os deputados conhecem o papel das agências internacionais				
A8	As agências internacionais devem contribuir com o governo em políticas, mas não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país.				
A9	As agências internacionais têm de ter um papel limitado na melhoria da qualidade educação, pois o governo tem de fazer sua parte.				
A10	As agências internacionais estão cada vez mais desenvolvidas na sociedade contemporânea.				
A11	O papel das agências internacionais não é conhecido pelos profissionais de educação				
A12	O papel das agências internacionais tem sido mais teórico do que prático				

A13	O potencial das agências internacionais para contribuir com as políticas educacionais da República de Angola tem sido desconsiderado
A14	É indefinido o papel das agências internacionais para auxiliar na melhoria da qualidade educação na República de Angola
A15	As agências internacionais têm um impacto negativo nas políticas educacionais na República de Angola

A escala de Likert é frequentemente usada em estudos sociais e educacionais, pois permite a mensuração das opiniões dos sujeitos. Uebersax (2006) mostrou que esta escala se traduz por um conjunto de itens que buscam mensurar o objecto de estudo. Para tal, utiliza-se uma graduação de concordância ou discordância.

A escala mais utilizada possui 5 classificações, com uma opção considerada neutra ou de indecisão. Todavia, estudos do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) passaram em 2016 a não utilizar a opção neutra, obrigando assim o sujeito a se posicionar. A opção neutra, de acordo com alguns autores, pode levar a respostas imprecisas, falta de conhecimento, interpretação ou recusa em responder. (SCHREINER; SJOBERG, 2004).

Vieira e Dalmoro (2008) indicaram que a escala foi criada por Rensis Likert em 1932 e que ela difere de outros modelos em que os pontos da escala podem variar de dois a 100. A escala, comumente, tem um sistema de cinco categorias que vão da concordância total até a discordância total, com um ponto neutro no meio da escala.

Poyter (2010) indica que existem diferenças entre uma escala de Likert e um item Likert. Uma escala geralmente possui vários itens Likert. O autor revela que existem discordâncias quanto à forma de tratamento dos dados. Alguns defendem que os resultados sejam tratados como dados de intervalo (1, 2, 3...), que considera a diferença entre um ponto e outro. Outros que os dados devem ser tratados como números ordinais (1º, 2º, 3º...), sendo possível assim determinar a mediana, a moda e a percentagem atribuída em cada ponto, ou seja, cada item.

Na presente pesquisa optou-se por um sistema de quatro categorias (ver apêndice), excluindo-se o ponto neutro por se desejar que os entrevistados se posicionassem quanto às questões levantadas.

3.4 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa na segunda fase

Neste estudo levado à cabo, trabalhou-se com diferentes informantes. O quadro 4 mostra a caracterização dos sujeitos:

Quadro 4: participantes do estudo	
Deputado	01
Representantes de agências internacionais: da ACNUR-Chitato/Dundo-Lunda Norte	06
Directores escolares	11
Professores	10
Alunos	05
Total	33

Os informantes totalizam 33 profissionais. O inquérito está dividido em quatro grupos: o primeiro enquadra informações pessoais; o segundo, as informações académicas; o terceiro, as informações sobre a carreira docente; o quarto, as informações sobre as percepções dos participantes sobre o papel das agências internacionais.

A amostra deste estudo foi selecionada de forma intencional, o que Patton (1990) chamou de “purposeful sampling”. Em estudos qualitativos, uma estratégia importante é selecionar deliberadamente os sujeitos que podem fornecer informações significativas relacionadas ao objectivo da pesquisa.

3.5 Análise e interpretação dos dados

Para apreciar os dados do questionário foram utilizadas tabelas e gráficos a partir de uma análise qualitativa das percentagens. A análise da escala de Likert foi também qualitativa. Neste contexto, foi atribuindo valor percentual as respostas, agrupando-as para análise em duas possibilidades: concordo (parcialmente e totalmente) e discordo (parcialmente e totalmente).

4. RESULTADOS: AS PERCEPÇÕES DE DIFERENTES ACTORES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Nesta parte do trabalho são apresentados os resultados do estudo. Eles são mostrados a partir de tabelas e gráficos que ilustram, inicialmente: 1) o perfil dos participantes, em termos de sexo, idade, residência, estado civil e número de filhos; 2) a formação dos profissionais e a carga horária de trabalho; 3) as percepções dos participantes sobre o papel das agências internacionais na formulação das políticas educacionais na República de Angola.

4.1. O perfil dos participantes deste estudo

Inicialmente são mostrados alguns dados do perfil dos participantes, em termos pessoais, de formação e sobre a carreira. A tabela 8 mostra os resultados parte pessoal:

Género		Idade		Moradia	Estado civil		Filhos
Masc.	Femin.	Entre 18 e 35 anos	Entre 36 e 41 anos	Cidade do Dundo	casado	Solteiro	Sim
91%	9%	82%	8%	100%	21%	79%	100%

Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No tocante ao género, 91% dos inquiridos pertencem ao masculino e 9% deles ao feminino. Neste presente estudo, como pode se ver na tabela 8, o género masculino apresenta maior representatividade.

Quanto à idade dos participantes, constata-se que a maior parte dos informantes se situa na faixa entre os 18 e os 25 anos de idade (53%), 29% estão entre 26 e os 31 anos e 18% deles estão entre os 36 e 51 anos.

Dados sobre a moradia dos participantes revelam que todos os inquiridos que fazem parte da amostra desta pesquisa viviam na cidade do Dundo, à época da colecta e dados. Todavia, alguns de forma não permanente. Quanto ao estado civil, 79% eram solteiros e 21% casados, o que indica um maior número de solteiros. Por fim, em relação aos filhos, 100% responderam positivamente e indicaram ter entre 2 a 8 filhos.

Quanto à formação académica dos participantes deste estudo, a tabela 9 revela os dados. Os dados estão compartimentados em quatro colunas, que trazem

o tipo de formação, ter outra graduação e sua respectiva área e o formato da formação superior:

Tipo de formação		Outra Graduação		Área da outra graduação		Formato do curso Superior		
Licenc.	Mestrado	Téc. Médio	Sim	Não	Teologia	Pedagogia	Presencial	Não responderam
79%	12%	9%	15%	85%	20%	80%	76%	24%

Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Os dados mostram que os participantes desta pesquisa são a maioria licenciados (79%) na área de pedagogia. Há também no grupo 12% que são mestres e 9% dos inquiridos são técnicos de nível médio. Trata-se de um grupo particular de profissionais que actuam no município de Chitato.

Os dados mostram também que poucos participantes (15%) tinham uma segunda graduação. Aqueles que possuíam, ela centralizava-se nas áreas de teologia (20%) e de pedagogia (80%). A totalidade dos que responderam indicou que realizou seu curso de formação superior de forma presencial (76%). Alguns não responderam a esta questão.

A tabela 10 mostra os dados do tempo de obtenção do nível de escolaridade, tipo de instituição que realizou o curso e se o participante possui pós-graduação:

Tempo: nível de escolaridade					Tipo de instituição			Pós-graduação		
Há dois anos ou menos	Entre 3 e 7 anos	Entre 8 e 14 anos	Há mais de 20 anos	Não respod.	Pública	Privada	Não se aplica	Sim	Não	Não responderam
3%	24%	37%	6%	30%	70%	6%	24%	12%	49%	39%

Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Os dados mostram que a maioria dos participantes obteve sua escolaridade entre os 8 e 14 anos. Neste contexto, 30% não responderam ao questionário. Quanto ao tipo de instituição em que eles realizaram seus cursos superiores, pode-se verificar que a maior parte realizou em instituições públicas. Por fim, somente 12% dos inquiridos responderam tinham algum tipo de pós-graduação na área de pedagogia.

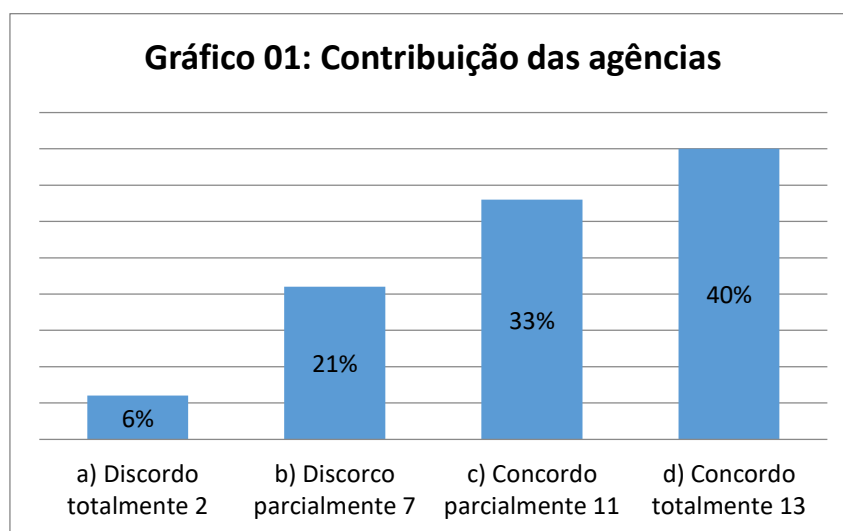
Em relação à carreira dos participantes deste estudo, os dados colectados mostraram que a experiência na área de educação era bastante ampla, variando entre 5 até 32 anos. Neste contexto, 55% dos inquiridos não responderam.

Quanto à carga de trabalho, daqueles que responderam, 45% actuavam 30 horas semanas.

4.2. As percepções dos participantes sobre o papel das Agências Internacionais na Formulação das Políticas Educacionais na República de Angola.

Nesta parte do trabalho são apresentados os dados sobre as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato. As representações estão em formato de gráficos para facilitar a compreensão do fenómeno estudado.

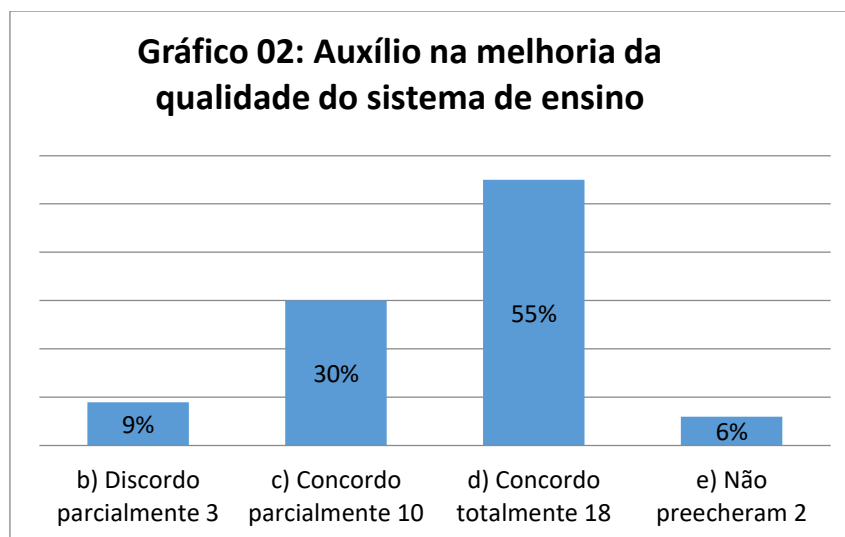
O gráfico 01 traz as percepções dos participantes sobre a contribuição das agências internacionais na formulação das políticas educacionais na República de Angola, a partir da seguinte afirmação: As agências internacionais contribuem para a formulação das políticas educacionais na República de Angola.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No gráfico 01, quanto às contribuições, 6% dos inquiridos discordam totalmente que esses organismos contribuem, 21% discordam de forma parcial, 33% concordam parcialmente e 40% totalmente. Destes dados observa-se que 73% concordam, parcialmente ou totalmente, que as agências internacionais têm contribuído para a formulação das políticas educativas no nosso país.

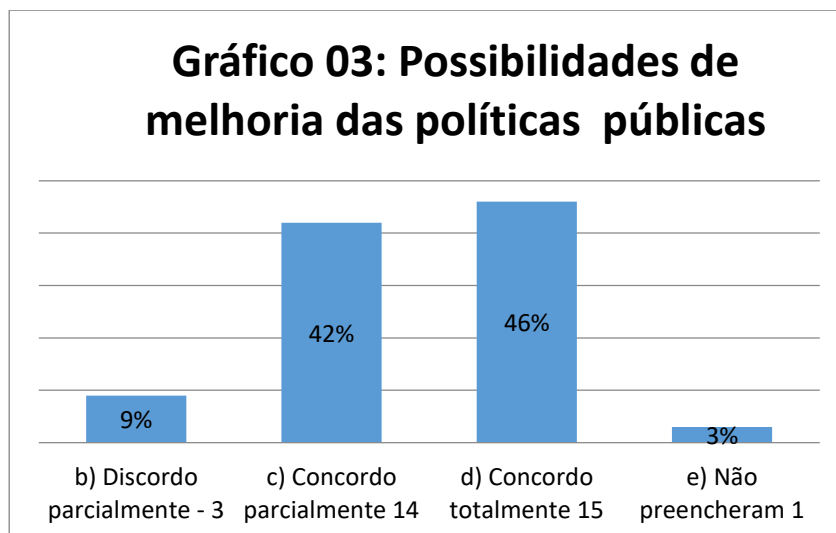
O gráfico 02 traz informações das percepções dos participantes sobre o auxílio das agências internacionais na melhoria da qualidade do sistema de ensino em Angola, a partir da seguinte afirmação: O papel das agências internacionais é auxiliar na melhoria da qualidade do sistema de ensino na República de Angola.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

O gráfico 02 apresenta informações sobre o auxílio das agências internacionais sobre o sistema de ensino em Angola, a partir da percepção dos participantes. Neste contexto, 9% dos informantes discordam parcialmente deste auxílio para melhorar a qualidade do sistema do ensino, 30% concordam de forma parcial, 55% concordam totalmente e 6% não respondeu a esta questão. Agrupando os dados daqueles que concordam têm-se um total de 85% da amostra.

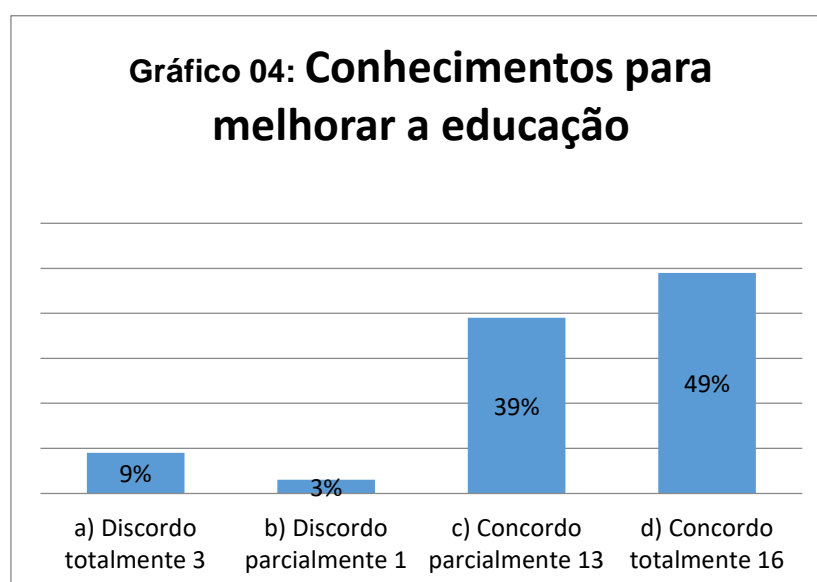
O gráfico 03 traz informações das percepções dos participantes sobre as possibilidades de melhoria das políticas educacionais a partir das agências internacionais, com o uso da seguinte afirmação: as políticas educacionais na República de Angola podem ser melhoradas com as indicações das agências internacionais.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Pode-se observar que 9% dos inquiridos discordam, 42% concordam parcialmente, 46% totalmente e 3% não responderam o questionário. Neste contexto, 88% dos participantes concordam, parcialmente ou totalmente, que as agências podem auxiliar na melhoria das políticas educacionais.

O gráfico 04 traz as percepções dos participantes sobre as agências terem conhecimentos para melhorar a educação, a partir da seguinte afirmação: As agências internacionais são organismos que dispõem de conhecimentos que podem melhorar a educação em Angola.

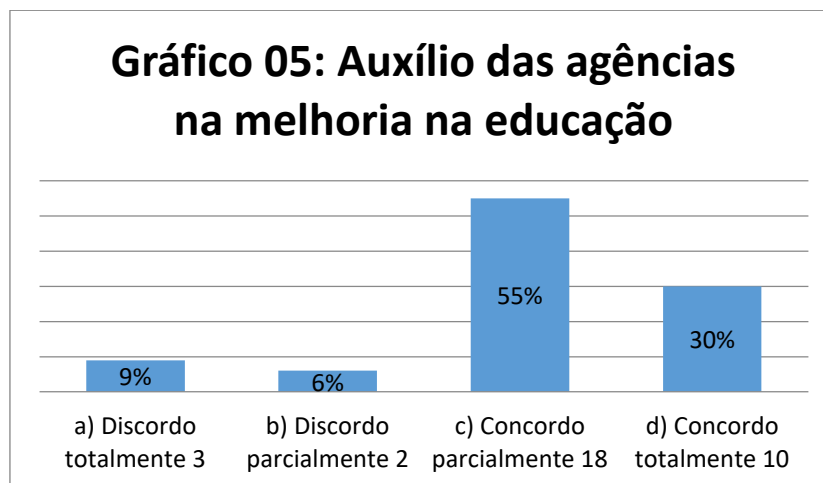


Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No gráfico observa-se que 9% dos inquiridos indicaram que discordam totalmente, 3% parcialmente, 39% concordam parcialmente e 49% totalmente. Da

amostra analisada, 88% concordam, parcialmente ou totalmente, com que as agências têm conhecimentos que podem melhorar a educação no país.

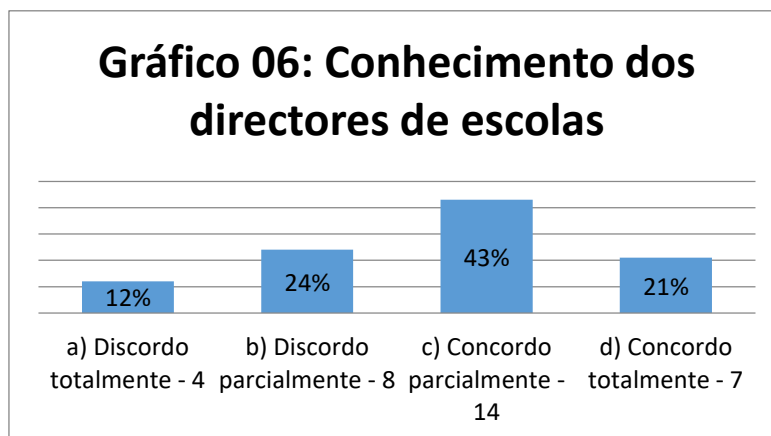
O gráfico 05 traz as percepções dos participantes sobre a seguinte questão: os relatórios de monitoramento das políticas educacionais de Angola instituídos por organizações multilaterais auxiliam a melhorar a qualidade da educação.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No gráfico 05 pode-se verificar que 85% dos participantes concordam, de maneira parcial ou total, nas possibilidades de os relatórios de monitoramento auxiliarem na melhoria da qualidade da educação. Há ainda um pequeno grupo de 9% que discordam totalmente e outros 6% parcialmente.

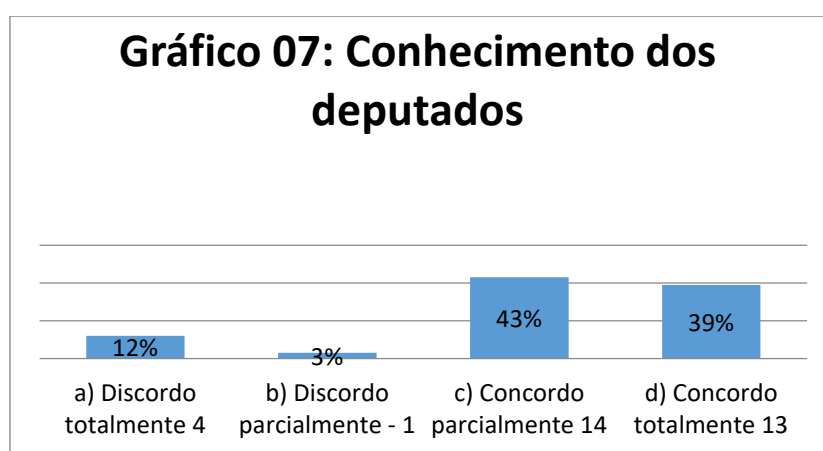
O gráfico 06 sintetiza informações sobre o conhecimento dos directores de escolas sobre o papel das agências internacionais, a partir da seguinte afirmação: os directores de escola conhecem o papel das agências internacionais.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

O gráfico 06 mostra que 12% dos participantes discordam que os directores conhecem o papel das agências internacionais, outros 24% discordam parcialmente, 43% concordam de forma parcial e 21% de maneira total. Portanto, na percepção dos inquiridos, 64% concordam, parcialmente ou totalmente, que os directores têm conhecimento do papel das agências.

O gráfico 07 traz informações sobre o conhecimento dos deputados sobre o papel das agências internacionais, a partir da seguinte afirmação: os deputados conhecem o papel das agências internacionais.

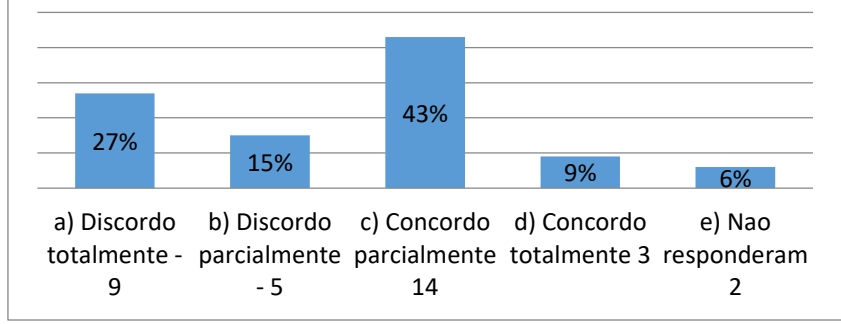


Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Quanto aos participantes indicarem se os deputados conhecem o papel das agências internacionais, 12% discordam totalmente e 3% parcialmente. Neste contexto, 43% concordaram parcialmente e 39% totalmente. Neste sentido, a maioria concordou (72%) que os deputados conhecem o papel das agências. Um participante não respondeu esta questão.

Quanto à questão das interferências das agências internacionais na política educacional do país, os dados do gráfico 08 mostram os resultados, a partir da seguinte afirmação: As agências internacionais devem contribuir com o governo em políticas, mas não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país.

Gráfico 08: interferências das agências nas concepções de educação

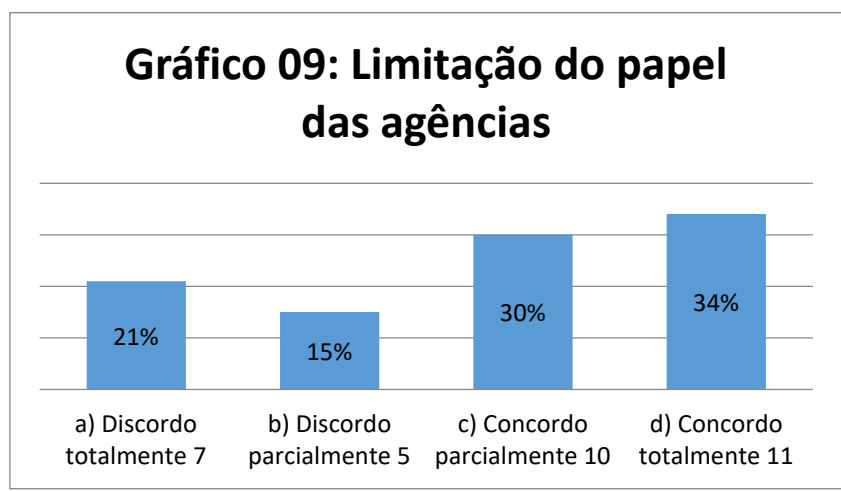


Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Os dados mostram que 52% dos inquiridos concordam, totalmente e parcialmente, que as agências internacionais devem contribuir com o governo em políticas, mas não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país. Outros 42% discordam.

O gráfico 09 traz os dados, na percepção dos participantes, sobre a limitação do papel das agências internacionais na melhoria da qualidade educativa em Angola, a partir da seguinte afirmação: As agências internacionais têm de ter um papel limitado na melhoria da qualidade educação, pois o governo tem de fazer sua parte.

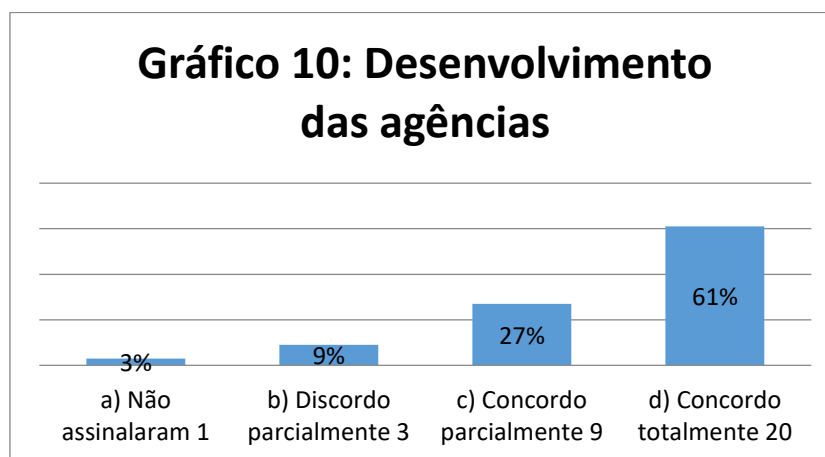
Gráfico 09: Limitação do papel das agências



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Dos dados obtidos, 64% concordaram, parcialmente ou de forma total, que as agências internacionais têm de ter um papel limitado na melhoria da qualidade educação, pois o governo tem de fazer sua parte. Outros 46% discordaram.

O gráfico 10 apresenta dados em relação ao desenvolvimento das agências internacionais, a partir da seguinte afirmação: As agências internacionais estão cada vez mais desenvolvidas na sociedade contemporânea.

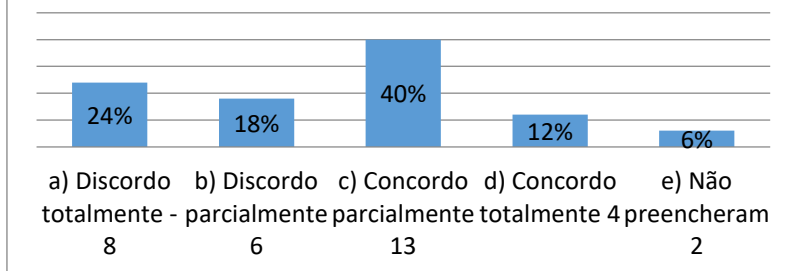


Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Os resultados revelaram que 3% dos inquiridos não responderam a esta questão. Neste contexto, 9% discordam parcialmente, 27% concordam parcialmente e 61% totalmente que as agências internacionais estão cada vez mais desenvolvidas na sociedade contemporânea. Este cenário mostra-nos que existe uma concordância de 87% nesta afirmação.

O gráfico 11 mostra, na percepção dos participantes, se os profissionais da educação não conhecem o papel das agências internacionais, a partir da seguinte afirmação: O papel das agências internacionais não é conhecido pelos profissionais de educação.

Gráfico 11: Conhecimento dos profissionais da educação

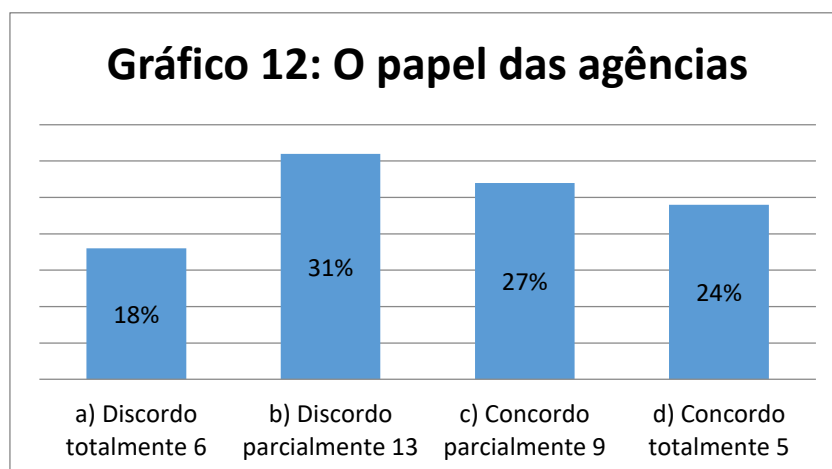


Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Os dados mostram na percepção de 52% dos participantes, aqueles que concordam parcialmente ou totalmente, que o papel das agências internacionais não é conhecido por parte dos profissionais da educação. Para outros (42%) ele é sim conhecido.

O gráfico 12 sintetiza os dados sobre a questão do papel das agências internacionais estar mais ligado à teoria do que a prática, a partir da seguinte afirmação: O papel das agências internacionais tem sido mais teórico do que prático.

Gráfico 12: O papel das agências

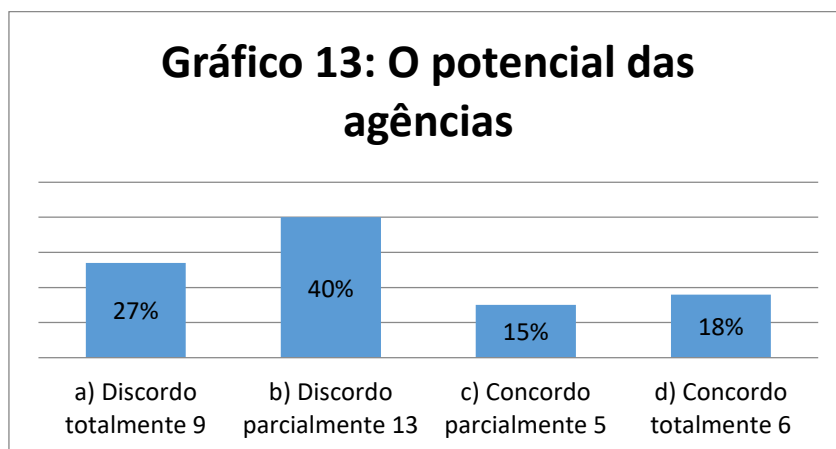


Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No gráfico observa-se um resultado bem equilibrado. Enquanto 51% dos inquiridos concordam, parcialmente ou totalmente, outros 49% discordam, parcialmente ou totalmente, que o papel das agências internacionais tem sido mais teórico do que prático.

O gráfico 13 mostra se o potencial das agências internacionais tem sido desconsiderado em relação às políticas, a partir da seguinte afirmação: O potencial

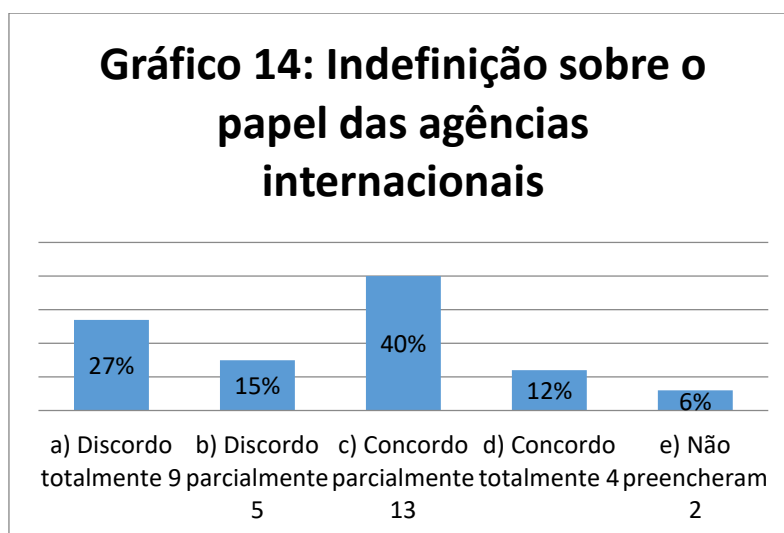
das agências internacionais para contribuir com as políticas educacionais da República de Angola tem sido desconsiderado.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

Com base nestes resultados do gráfico, notou-se que 67% dos inquiridos discordam, parcialmente ou totalmente, que o potencial das agências internacionais tem sido desconsiderado.

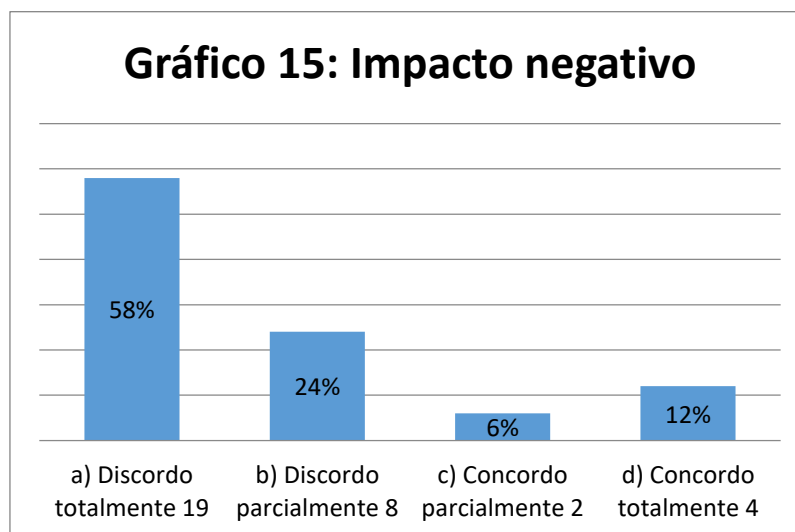
O gráfico 14 mostra, na percepção dos participantes, se existe uma indefinição sobre o papel das agências internacionais para auxiliar na melhoria da qualidade educativa em Angola, a partir de seguinte afirmação: É indefinido o papel das agências internacionais para auxiliar na melhoria da qualidade educação na República de Angola.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No item PA14, 52% dos informantes concordam, parcialmente ou totalmente, que é indefinido o papel das agências internacionais para auxiliar na melhoria da qualidade de educação em Angola.

Por fim, o gráfico 15 mostra se as agências internacionais têm um impacto negativo nas políticas educativas em Angola, a partir da seguinte afirmação: As agências internacionais têm um impacto negativo nas políticas educacionais na República de Angola.



Fonte: dados da pesquisa – elaboração do autor.

No que concerne aos dados recolhidos e apresentados no gráfico 15, constata-se que a grande maioria dos informantes apresenta uma visão contrária a questão de as agências internacionais terem um impacto negativo nas políticas educativas em Angola. Neste contexto, 82% discordaram parcialmente ou totalmente.

4.3. Discussão dos resultados

Os informantes deste estudo totalizam 33 profissionais, sendo um deles 1 Deputado, 6 representantes de Agências Internacionais, pertencente à ACNUR-Chitato/Dundo-Lunda Norte, 11 directores das escolas, 10 professores e 5 alunos, que maioritariamente vivem na cidade do Dundo, cuja faixa-etária está entre 18 a 66 anos de idade.

Nesta parte do trabalho discute-se, primeiramente, os resultados obtidos através do perfil dos informantes, pessoais, de formação e sobre a carreira. Em

seguida, os dados das percepções dos participantes do papel das agências internacionais em Angola. As apreciações estão subdivididas em secções para facilitar as análises.

4.3.1. Secção 1: Dado dos informantes

Quanto ao género, os dados indicam que os inquiridos pertencem maioritariamente ao género masculino (cf. Tabela 8). Tal situação pode ser explicada pela ordem sócio-cultural local, em que poucas mulheres ocupam cargos públicos.

Em termos de idade, a maioria dos inquiridos estava, no momento da colecta de dados, entre os 18 e 35 anos de idade, facto que pode ser interpretado a partir da estrutura demográfica da cidade que se caracteriza por uma população bastante jovem (SCHMITT, 2018).

Os participantes deste estudo habitam, em sua maioria, na própria cidade do Dundo. Porém, destaca-se que nem todos de forma permanente. A maior parte dos inquiridos era solteiro (79%) no momento em que aconteceu a pesquisa.

4.3.2. - Secção 2: Formação académica

No segundo grupo, quanto à formação académica, observa-se que maioritariamente os inquiridos são técnicos superiores (cf. tabela 9), tendo a sua formação na área de pedagogia. Tal facto justifica-se pela existência da escola superior pedagógica na província da Lunda Norte, que foi a primeira unidade orgânica de ensino superior.

Quanto ao tempo de obtenção do nível de formação (cf. Tabela 10), de acordo com os dados, observa-se que esta formação estava no intervalo entre 8 a 14 anos. No mesmo grupo, verifica-se que os informantes frequentaram o ensino público, em cursos na modalidade presencial (cf. Tabela 10). Foi possível averiguar ainda que poucos informantes possuíam pós-graduação, um facto que se constitui em um desafio para as autoridades da cidade de Dundo. Ou seja, aproximar mais os profissionais da formação em nível de pós-graduação.

4.3.3. - Secção 3: Carreira docente

No terceiro grupo, sobre carreira docente, os inquiridos indicaram que trabalhavam no sector da educação entre 5 a 32 anos, com uma jornada total de

trabalho que variava entre 30 e 65 horas. Ressalta-se que se trata de um grupo pequeno, diversificado e que apresenta um perfil particular em relação à carreira e ao tempo de actuação.

4.3.4. - Secção 4: Percepções sobre o Papel das agências internacionais em Angola

A escala a seguir apresenta uma síntese dos resultados apresentados na forma de gráficos:

Tabela 11: Síntese dos resultados

	PERCEPCÇÃO DO PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
PA1	As Agências Internacionais contribuem para a Formulação das Políticas Educacionais na República de Angola	6%	21%	33%	40%
PA2	O papel das Agências Internacionais é auxiliar na melhoria da qualidade do sistema de ensino na República de Angola	-	9%	30%	55%
PA3	As Políticas Educacionais na República de Angola podem ser melhoradas com as indicações das Agências Internacionais	-	9%	42%	46%
PA4	As Agências Internacionais são organismos que dispõem de conhecimentos que podem melhorar a educação em Angola	9%	3%	39%	49%
PA5	Os relatórios de monitoramento das políticas educacionais de Angola instituídos por organizações multilaterais auxiliam a melhorar a qualidade da educação	9%	6%	55%	30%
PA6	Os Diretores de Escola conhecem o papel das Agências Internacionais	12%	24%	43%	21%
PA7	Os Deputados conhecem o papel das Agências Internacionais	12%	3%	43%	39%
PA8	As Agências Internacionais devem contribuir com o governo em políticas, mas não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país.	27%	15%	43%	9%
PA9	As Agências Internacionais têm de ter um papel limitado na melhoria da qualidade educação, pois o governo tem de fazer sua parte.	21%	15%	30%	34%
PA10	As Agências internacionais estão cada vez mais desenvolvidas na sociedade contemporânea.	-	9%	27%	61%
PA11	O papel das Agências Internacionais não é conhecido pelos profissionais de educação	24%	18%	40%	12%
PA12	O papel das Agências Internacionais tem sido mais teórico do que prático	18%	31%	27%	24%

PA13	O potencial das Agências Internacionais para contribuir com as políticas educacionais da República de Angola tem sido desconsiderado	27%	40%	15%	18%
PA14	É indefinido o papel das Agências Internacionais para auxiliar na melhoria da qualidade educação na República de Angola	27%	15%	40%	12%
PA15	As Agências Internacionais têm um impacto negativo nas políticas educacionais na República de Angola	58%	24%	6%	12%

Os dados mostraram que 73% dos participantes (PA1) concordaram que as agências internacionais contribuem para formulação das políticas educacionais na República de Angola. Esses dados vão ao encontro das indicações de Oliveira e Guimarães (2017), que num estudo realizado no Brasil mostraram que tais agências, entre elas UNESCO e o UNICEF, têm contribuído, auxiliando na elaboração de políticas visando melhorar a educação. Esses autores também sinalizaram que as preocupações desses organismos internacionais, por exemplo, em relação à alfabetização, se tornam parte das metas locais pela melhoria da qualidade (Plano Nacional de Educação). Todavia, é necessário considerar que qualquer tipo de contribuição não pode estar condicionada, entre outras questões, a mudanças curriculares ou quaisquer outras.

No item PA2, verificou-se que 85% consideravam que as agências internacionais têm um papel de auxiliar na melhoria da qualidade do sistema de ensino em Angola. Tal indicação havia sido realizada por Oliveira e Guimarães (2017), no contexto brasileiro. Esses autores, apesar deste entendimento, sinalizaram também que alguns organismos multilaterais (UNESCO), defendem para a melhoria da educação um currículo baseado em competências e habilidades, o que acaba por limitar e atrelar os processos de educação, que são amplos e complexos por natureza, às demandas do mercado de trabalho.

Os participantes deste estudo (88%) concordaram, de forma parcial ou total, que as políticas educacionais podem ser melhoradas com as indicações das agências (PA3), e que esses organismos dispõem de conhecimentos que podem melhorar a educação (PA4). De facto, Bendrath e Gomes (2010) apontaram que o auxílio, indicações, diretrizes e conhecimentos que essas agências possuem são necessários devido, muitas vezes, à ineficácia do Estado no desenvolvimento de políticas públicas educacionais que sejam permanentes e bem-sucedidas.

O item PA5, que indica as percepções dos participantes em relação às possibilidades de os relatórios de monitoramento das agências internacionais auxiliarem na melhoria da qualidade da educação, mostrou que 85% concordam com as possibilidades dos relatórios. Esta indicação é importante, pois por meio desses documentos pode-se acompanhar, mais de perto, os avanços e os fracassos ocorridos. Monitorar é, de facto, uma estratégia que pode melhorar a qualidade da educação em Angola.

Os itens PA6 e PA7 mostraram que a maior parte dos inquiridos concorda que os directores e deputados conhecem o papel das agências internacionais, muito pelo facto de que alguns seus feitos podem ser notados na nossa sociedade local. Este conhecimento, sobre o papel dessas agências, é importante, visto que a partir dele se pode verificar as realizações e até mesmo cobrar os resultados em termos de benefícios para a população.

Ressalta-se, no entanto, que um grupo de directores (36%) e de deputados (15%), na percepção dos participantes, desconheciam o papel desses organismos. O mesmo ocorreu no item PA11, que mostrou que os profissionais da educação (52%) também desconhecem o papel das agências internacionais.

A oitava questão, (PA8), que indica se agências internacionais devem contribuir com o governo, mas não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país, mostrou que 52% dos inquiridos concordam, totalmente e parcialmente. De facto, é preciso atentar para essas questões da associação da educação, de suas concepções, a uma lógica de mercado e ao pensamento pedagógico empresarial (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). A educação necessita ser vista de forma mais ampla, como um direito da criança e a serviço da cidadania. A contribuição não pode ser moeda de troca, que possa colocar a educação fora do eixo do direito.

Acredita-se, neste contexto, que tais acordos devem ser assumidos pelo Estado se trouxerem vantagens e benefícios para o país, em geral, e para a educação, em particular. Em vários países (Brasil), as agências têm actuado em vários processos, tais como aqueles voltados para a alfabetização de crianças e jovens com resultados que auxiliaram a população em locais de alta vulnerabilidade. No entanto, algumas acções de alguns organismos (UNESCO, Banco Mundial)

induziram o governo a realizar mudanças nos entendimentos sobre a educação, a partir da adoção de materiais que adotavam a linguagem das competências.

É preciso destacar ainda, como indicaram Vieira et al (2018), que o auxílio das agências não pode vir subordinado a premissas de privatização da educação e/ou à responsabilização das escolas e dos professores pelo fracasso dos alunos.

Os participantes deste estudo concordaram (64%) que as agências internacionais têm de ter um papel limitado na melhoria da qualidade educação, pois o governo tem de fazer sua parte (PA09). Apesar desses organismos actuarem, em geral, no combate à pobreza e no desenvolvimento de projectos para a erradicação do analfabetismo, como indicou Sato (2003), e, em particular, no campo educacional, como indicaram Bendrath e Gomes (2017), o governo necessita fazer sua parte, direccionando políticas e maiores investimentos para o campo da educação.

Para 87% dos participantes deste estudo, as agências internacionais estão cada vez mais desenvolvidas na sociedade contemporânea (PA10). Sato (2003) havia indicado que tais organismos têm avançado e se desenvolvido muito nas últimas décadas. De facto, de acordo com Bendrath e Gomes (2017), a actuação desses organismos tem ido além das questões de combate ao aquecimento global e de luta para a redução de nível de pobreza em países subdesenvolvidos. Ela tem sido grande no campo educacional ligada à redução do analfabetismo.

Houve um equilíbrio nas respostas dos participantes sobre a questão de que as agências actuam de forma mais teórica do que prática (PA12). Neste sentido, 51% dos inquiridos concordam, parcialmente ou totalmente, outros 49% discordam, parcialmente ou totalmente. Talvez não esteja claro para os participantes deste estudo os objectivos dos organismos internacionais.

Os inquiridos deste estudo discordam que o potencial das agências internacionais, para contribuir com as políticas educacionais da República de Angola, tem sido desconsiderado (PA13). Mas eles concordam, parcialmente ou totalmente, que o papel desses organismos é indefinido para auxiliar na melhoria da qualidade de educação em Angola.

Esses dois itens trazem elementos interessantes para serem discutidos. Para os participantes, esses organismos têm potencial para contribuir com a educação,

mas apresentam um papel indefinido. Considerando o potencial, talvez seja o caso de tornar o papel das agências ainda mais visível para a sociedade por meio de amplos debates. Tal situação poderia favorecer o entendimento sobre as agências e, ao mesmo tempo, propiciar o acompanhamento de seus resultados.

Por fim, relata-se que os participantes não concordaram que as agências internacionais têm um impacto negativo nas políticas educacionais na República de Angola (PA15). Pelo contrário, esses organismos têm levado a cabo certas actividades que ajudam de maneira positiva o governo na implementação de algumas políticas educativas (como formação de profissionais da educação). De acordo com Ivo (s.d., p.133), as agências têm realizado um papel de ajuda aos países a elaborar políticas, no desenvolvimento de competências e atitudes na formação de lideranças, auxiliando na solução de problemas concernentes às seguintes questões: desenvolvimento sustentável, governança democrática, clima, adaptação e educação.

Os dados deste estudo trazem algumas contribuições para as autoridades políticas do município de Tchitato. Eles tornaram visível as percepções de um grupo de profissionais em relação ao papel das agências internacionais. De facto, na visão destes participantes, esses organismos contribuem, auxiliam, no desenvolvimento das acções educacionais.

5. PRODUTO

De acordo com as análises realizadas, sobre as percepções de actores sobre o papel das agências internacionais na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no município de Tchitato, apresenta-se como produto desta pesquisa uma sequência de acções pedagógicas.

5.1. Sequência de acções pedagógicas

A sequência de acções consiste em apresentar dados da pesquisa para Directores escolares, Deputados, Alunos, ACNUR-Tchitato/Dundo-Lunda Norte e Professores. Ela é composta de 6 fases, que se constituem em:

1-Sessão - Apresentação da pesquisa para os directores escolares do município do Tchitato;

2-Sessão - Apresentação da pesquisa para os Deputados do Círculo da Lunda-Norte no Município de Tchitato;

3-Sessão - Apresentação da pesquisa para alunos da Universidade no município de Tchitato;

4-Sessão - Apresentação da pesquisa para os membros do ACNUR-Chitato/Dundo-Lunda Norte no município de Tchitato;

5-Sessão - Apresentação da pesquisa para professores no Município de Tchitato;

6 – Elaboração de um plano de acções, a partir das sessões realizadas com os participantes;

Fase de 1 a 5: Sessões de apresentação e discussão dos dados da pesquisa.

Objectivo: Expor a pesquisa e os resultados obtidos. Nesta fase, o pesquisador reúne com os directores escolares, ou deputados ou alunos ou professores (outros) no Município do Tchitato e expõe a pesquisa: suas dimensões, os objectivos, as análises realizadas e os resultados obtidos.

Aqui pretende-se discutir com os participantes sobre as percepções do papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas

educacionais e na melhoria da qualidade educativa na República de Angola, em particular no Município de Tchitato.

Tempo previsto: 3 horas para cada grupo.

Fase 6: Elaborar um plano de acções, a partir das sessões realizadas com os participantes;

Objectivo: Conceber as acções para a execução da sequência de divulgação sobre as percepções do papel das agências internacionais.

Este Cronograma 1 a seguir, organiza-se conforme as informações da sequência de acções a serem divulgadas.

Cronograma 1: Sequência de Acções Pedagógicas

Fase	Período	Participantes	Tempo	Local	Acção prevista
1	Fevereiro (2021)	Sessão com os Directores escolares	3	Município de Tchitato	Apresentar a pesquisa
2	Fevereiro (2021)	Sessão com os Deputados a Assembleia Nacional do Círculo Provincial da Lunda-Norte	3		Apresentar a pesquisa
3	Março (2021)	Sessão com alunos e professores das escolas do Município de Tchitato	7		Apresentar a pesquisa
4	Março (2021)	Elaboração do Plano	3		Planeamento das acções

Fonte: elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa. Trata-se de um estudo qualitativo dentro de um universo único, que não se generaliza.

As evidências recolhidas e analisadas, a partir das percepções de um grupo de participantes, foram fundamentais para fomentar o diálogo e a discussão com a literatura, e para um maior detalhamento e aprofundamento sobre o papel das agências internacionais na educação.

São amplos os posicionamentos dos pesquisadores sobre o papel das agências internacionais na educação, perpassando indicações que, por vezes, são favoráveis e outras desfavoráveis, mostrando um debate ainda inconclusivo, mas que necessita estar nas pautas de pesquisa.

Este estudo relevou, entre outras questões, que as agências internacionais, em geral, contribuem para a formulação das políticas educacionais e auxiliam na melhoria da qualidade do sistema de ensino, pois elas têm potencial para tal, dispõem de conhecimentos e seus relatórios possibilitam monitorar seus projectos e acções, o que de facto torna-se relevante no contexto da República de Angola. Todavia, os dados indicaram também que as contribuições desses organismos não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país. De facto, qualquer tipo de auxílio, no campo da educação, não pode estar ligado à imposição de políticas que enquadrem a educação às premissas da economia, do mundo empresarial, pois a educação não é um negócio e sim um direito inalienável da criança.

As políticas empresariais, ao contrário das educacionais, têm outros objectivos. Elas estão centradas no lucro, na visão em que o aluno é um cliente e a educação um grande negócio e não um direito da criança. Há neste processo um sentido mercantil e privatizante, que busca, entre outras questões, subordinar a pedagogia à economia, invertendo a lógica educacional.

Este estudo mostrou também que o papel das agências internacionais é por muitos profissionais ainda desconhecido, na opinião dos participantes deste estudo. Mais de 35% deles indicaram que os diretores desconhecem as funções desses

organismos e um número ainda maior, acima de 40%, indicou que os profissionais da educação também as desconhecem. Há também um grupo de deputados, de acordo com os informantes, que (15%) que não conhece o papel dessas agências. Esses são indicativos importantes para as autoridades públicas, ou seja, é preciso tornar mais visível tais organismos, seus projectos, objectivos e suas acções no país. Essa realização poderá ampliar o entendimento sobre eles e, paralelamente, fornecer elementos para que o trabalho desenvolvido por estas instituições seja acompanhado por profissionais do campo da educação e pela população em geral.

Este estudo, trouxe dados empíricos que podem ser utilizados pelas autoridades políticas e educacionais, no Município e na Província da Lunda-Norte e, ao mesmo tempo, podem ser levados para os cursos de formação inicial e continuada de gestores escolares e de professores, promovendo debate sobre o tema.

De facto, levar esta discussão sobre o papel das agências internacionais na educação, com o foco na formulação das políticas educacionais e na melhoria da qualidade educativa, para o contexto da universidade se torna relevante, à medida que pode promover entendimentos, fomentar análise e críticas e, neste sentido, ampliar o debate sobre as possibilidades desses organismos no auxílio aos países que necessitam de tal ajuda.

Os dados abrem também um conjunto de possibilidades para o aprofundamento no conhecimento sobre o papel das agências internacionais em Angola, por meio, por exemplo, de novas pesquisas, a partir de um maior número de participantes e com outras características metodológicas.

Espera-se, por fim, que os resultados deste presente estudo, a partir das percepções de um grupo de actores sobre o papel das agências internacionais na educação, possam contribuir com as autoridades no cenário educacional.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS (ADRA). **Uma radiografia ao ensino**, África 21. 2016.
- AIRES, M. C. As Organizações Internacionais e Seu Papel no Sistema Internacional: Uma Perspectiva Construtivista”. **Três Pontos Magazine**, v. 4, n.1, 2007.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (AACNUR). **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo** (s/d). Disponível em: www.acnur.org.br. Acesso em: 14. jul. 2019.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR) E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados seu impacto nas Américas (2010). **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, 2016.
- AMUNDSEN, I.; ABREU, C. **Sociedade Civil em Angola: Incursões, Espaço e Responsabilidade**. Editor: CMI. 2007.
- ANGOLA. **Objectivos do Desenvolvimento do Milénio**. Ministério do Planeamento. 2005.
- ANTUNES, J.; ZWETSCH, P. S. SARTURI, R. C. **As influências das orientações de organismos internacionais nas políticas públicas educacionais para a educação básica no Brasil**. Jucemara Antunes1. In: Anais do XIII Congresso Internacional de Educação. p. 3343-3353. Available at: <http://johnuebersax.com/stat/likert.htm>, Last Accessed: 12. 05. 2020.
- AVALIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO PNUD para Angola. **Os Resultados de Desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <http://www.google.com>. Acesso em: 6 março de 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório nº. 63731-BR - Estratégia de parceria de país para a República Federativa do Brasil: exercícios fiscais 2012 a 2015**. Washington, D.C., 21 set. 2011. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/pt/636941468020041415/pdf/637310CASO REPL00CPS0Portugues000IDU.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BAUMANN, R.; MUSSI, C. Mercosul: Então e Agora? In: **CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**, 2006.
- BENDRATH, E. A.; GOMES, A. A. Estado, políticas públicas e organismos internacionais: a educação no foco do debate. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 16, n. 32., 2010.
- BENEDITO, NDS (2007), **Centralização de Sistemas Educativos e Autonomia dos Actores Organizacionais**. Processos colectivos de interpretação das orientações centrais, 2007.
- CALEY, Cornélio. **Contribuição para o pensamento histórico e social de Angola**. Luanda: Nzila, 2006.
- CARNEIRO, W. P. A Relevância do Surgimento da ONU para as Relações Internacionais. In: **Liliana Lyra Jubilut, João Carlos Jarochinski Silva. Larissa Ramina**, A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas. 2016.
- CONSTITUIÇÃO DE 1978. Decreto Lei n.º 2/01. **Normas dos Subsistemas do Ensino Superior**, 2001.
- CORREIA Pedro de Pizaratetal. **Angola: do Alvor a Lusaka**. Lisboa. Hungin Editores-Lda, 1996.

Charlot, B. (2007). Educação e globalização: Uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo / Revista de Ciências da Educação*, 4, 129-136.

CHAUMONT, C., **Organização das Nações Unidas**. Oeiras: Margens, D.L. 1994.

Dale, R. (2004). **Globalização e educação**: Demonstrando a existência de “uma cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação & Sociedade*, 25(87), 423-460

DECRETO LEI n.º 2/01. **Normas dos Subsistemas do Ensino Superior**, 2001.

DECRETO LEI N.º 3/01. **Estatuto das Instituições do Ensino**, 2001.

DEL’OLMO, F. S. **Curso de Direito Internacional Público**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. Decreto n.º 40/80. Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Educação. I Série n.º 113. Angola, 1980.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Lei de Bases do sistema de Educação e Ensino**. I Série-n.º 123, Angola, 2020.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Lei de Bases do sistema de Educação e Ensino**. I Série-n.º 170, Angola, 2016.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Lei de Bases do sistema de Educação e Ensino**. I Série-n.º 123, Angola, 2020.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Lei de Bases do sistema de Educação e Ensino**. I Série-n.º 170, Angola, 2016.

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Lei n.º 4/75**. Emissores. Conselho da Revolução. I Série n.º 25, Angola, 1975.

DOM. MUACA. **Angola 500 anos de evangelização**. Disponível na internet sob site: www.espiritanos.pt/noticias/biblioteca/reportagem-com-missão/artigo. Luanda, 1991. cessado aos 01/10/2014

ESPÍRITO SANTO Francisca do. **História recente da educação em Angola In: 1ª SEMANA SOCIAL NACIONAL 99**. Educação para uma cultura de paz. 23 a 28 de novembro de 1999. Luanda CEAST, Conferência episcopal de Angola e São Tomé, 2000.

Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. In J. A. de Lima & J. A. Pacheco (Ed.), *Fazer investigação: Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105-126). Porto Editora.

FINK, A. **The survey handbook**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

FLICK, U. **Introducción a la investigación cualitativa**. Madrid: Morata, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro, **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro, Campus.

IMBAMBA José M. **Uma nova cultura para mulheres e homens novos**: Um projeto filosófico para Angola do terceiro milênio à luz da filosofia de Baptista Modin. Luanda: Paulinas, 2003.

IVO, A. B. L. **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais do desenvolvimento e produção sociológica**. Salvador: Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/ FFCH/UFBA; Brasília, DF: CNPq, 2015. Relatório final da Bolsa de Produtividade apresentado ao CNPq, maio de 2015.

JANSEN, H. **La logica de la investigación por encuesta cualitativa y su posición en el campo de los métodos de investigación social**. Paradigmas, n. 4, p. 39-72, 2012.

KEOHANE, R.; LISA L. A promessa da teoria institucionalista. **Segurança Internacional**, v. 20, n. 1: p. 39-51. 1995.

LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO (LBSE). LEI N.º 65, **Imprensa Transição Prolongada**, Editora São Paulo-Cortez, 1990.

LUCAS, L. **Alunos do ensino especial incluídos em salas normais**. Disponível em: http://m.jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/saude_e_educacao/alunos_do_ensino_especial_incluidos_em_salas_normais>. Acesso em: 18 set. 2020.

MARQUES, Mara R. A. **Tópicos Especiais em Política, Gestão e Educação II** – “Estado e Reforma Educacional Contemporânea”. Uberlândia: FE/PPGE, 2007, 32p (Mimeo).

MAYEMBE NDOMBELE, **REFORMA EDUCATIVA EM ANGOLA: A Monodocência no Ensino Primário em Cabinda**, (2016).

MAZZUOLI, V. O. **Curso de direito internacional público**. 5ª edição revista, actualizada e ampliada. 2019.

NETO, J. C. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2007.

NEVES, L.M.V. (Org.). **Política educacional nos anos 90: determinantes e propostas**. Recife: Ed. Universitária, 1995.

NGULUVE, Alberto Capitango. **Educação Angolana: Políticas de reformas do Educativo**. 1ª Edição. S. Paulo: Biscalchim Editor, 2010.

NGULUVE, Alberto Capitango. **Educação Angolana: Políticas de reformas do Educativo**. 1ª Edição. S. Paulo: Biscalchim Editor, 2010

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Educação Angolana: Políticas de Reformas do Sistema Educacional**. 1ª Ed. São Paulo. Biscalchin Editora, 2010.

OLIVEIRA, L. M. M.; GUIMARÃES, L. T. A Influência dos organismos multilaterais internacionais na formação das políticas brasileiras de alfabetização. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.3, p. 842 – 870, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento do milênio até 2015**. 2000. (Reunião: Cúpula do Milênio da ONU). Disponível em: <http://www.UNICEF.org/brazil/pt/resources_9540.htm>. Acesso em: 18 jul. 2015.

PACHECO, J. (1995) **Formação de Professores: teoria e praxis**. Instituto de Educação e Psicologia: Universidade do Minho.

PAIN, R. S. **Desafios da Participação Social em um País de Conflito Agudo: Estudo a partir da ONG Angolana Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente**. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.

PEREIRA, S. **Que papel para as organizações internacionais de segurança e defesa na europa?** 2007. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteecinco/sandra_pereira_25.htm. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

PETERSON, P. D. **O professor do ensino básico: perfil e formação**. Lisboa, Horizontes pedagógicos, 2003.

Poças, Sara e Santos, Júlio Gonçalves, **Influências da Globalização e da Cooperação na Educação e na Formação de Professores em Angola** <https://doi.org/10.4000/cea.4797>. 2020

Ponte, H. (2006). «Os Grandes Períodos da História de Angola». Cranbrook, Canadá. Blog *Introdução ao Estudo da História de Angola*

POYNTER, R. **The Likert Scale – TARSK 14** (Things All Researchers Should Know). Disponível em: https://thefutureplace.typepad.com/the_future_place/2010/09/the-likert-scale-tarsk-14-things-all-researchers-should-know.html. Acesso em 20 de setembro de 2020.

Relatório WDI, em http://databank.worldbank.org/data/download/WDI_excel.zip, acessado em 3 de dezembro de 2017.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017** (PND). Disponível em: <http://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmz/~edisp/minfin033820.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

RIBEIRO N; R. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. **Serv Soc Soc**. 109:45-67. 2012.

RIDRUEJO, J. A. P. **Curso de Derecho Internacional Público Y Organizaciones Internacionales**. 7ª ed. Editorial Tecnos S.A: Madrid, 1999.

SANTOS, Martins. **Cultura, Educação e Ensino em Angola**. Edição digital. 1998.

SATO, E. Conflito e Cooperação nas Relações Internacionais: as organizações internacionais no século XXI. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 161-176, Dec. 2003. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-en&nrm=iso. access on 27 Sept. 2020.

SCHMITT, A. Municípios de Angola: Censo 2014 e Estimativa de 2018. **Revista Conexão Emancipacionista**, 3 de Fevereiro de 2018.

SCHREINER, C.; SJØBERG, S. **Sowing the seeds of Rose**. Background, Rationale, Questionnaire Development and Data Collection for ROSE (The Relevance of Science Education) - a comparative study of students' views of science and science education. *Acta Didactica* - 4/2004 (Dept. of Teacher Education and School Development, University of Oslo, Norway). 2004.

SEITENFUS, Ricardo A. S. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997.

SILVA, V. G. **A Aliança para o progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. 2008. 248f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

SIMÃO, L. A. S.; GUEDES, A. L.; NIETO, A. Inserção Internacional de Angola: Intervenções e Interferências Externas e suas Implicações para Governança e Gestão Pública. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2017.

SIMÃO, P. Novo Jornal. **A reforma educativa não tem rosto – Ministro da Educação**”, 02/09/2013. Disponível em: <http://novojournal.co.ao/artigo/13508/-a-reforma-educativa-nao-tem-rosto-pinda-simao-ministro-da-educacao>. Acesso: 04/02/2020.

SIQUEIRA, Ângela C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 145-156, 2019.

- UEBERSAX, J. S. **Likert scales: dispelling the confusion**. Statistical Methods for Rater agreement website. 2006. Disponível em: <http://www.john-uebersax.com/stat/>. Acesso em: 20 novembro 2020.
- UNESCO. Relatório de Monitoramento Global de EPT 2015. **Relatório Conciso Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios**. Trad. Marina Mendes. Paris: UNESCO, 2015.
- UNICEF. **Agenda para infância 2015-2018: desafios e propostas eleições 2014**. Brasília: UNICEF, 2014.
- VICTORINO, S. C. O papel da educação na reconstrução nacional da República de Angola. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. Brasília, v.17, n.1, jun, 2012.
- VIEIRA, A. C. P. L.; CHAVES, M. L. T.; FREIRE, P. A. L.; SILVA, B. R. Influências dos organismos internacionais na educação brasileira: actuação do banco mundial e a política de resultados. **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 3, 2018.
- VIEIRA, E. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez. 1 992.
- VIEIRA, L. **Angola: A Dimensão Ideológica da Educação 1075 – 1992**. Luanda, 1ª Ed. Editora Nzila, 2007.
- XAVIER, A. I. et al. **A Organização das Nações Unidas**, Editor: Humana Global. **2007**.
- Yates, C. *Teacher education policy: International development discourses and the development of teacher education*. UNESCO. (2007).
- Zau, F. *Educação em Angola: Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros.(2009).

APENDICES

Apêndice 1



UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE – ULAN

◇ Lunda Norte ◇ Lunda Sul ◇ Malanje ◇

ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA LUNDA-NORTE

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Nome: _____

Prezado(a) colega:

As informações prestadas neste questionário visam subsidiar pesquisas para o curso de Mestrado na área de Educação.

I – INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome:

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Ano de nascimento: _____
3. Cidade onde mora: _____
4. Estado civil: () Casado(a)/União estável () Solteiro(a)
() Divorciado(a)/Separado(a) () Viúvo
5. Tem filhos: () Não () Sim
6. Se sim, quantos: () Um () Dois () Três () Mais de três.

II – INFORMAÇÕES DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

7. Qual é sua formação: _____
8. Tem outra graduação? Não () /Sim ()
9. Se sim, qual: _____
10. Há quanto tempo obteve o nível de escolaridade para desenvolver sua função hoje:
() Há 2 anos ou menos () De 3 a 7 anos () De 8 a 14 anos.
() De 15 a 20 anos () Há mais de 20 anos

11. Em que tipo de instituição você fez seu curso superior?

Público Privada Não se aplica

12. De que forma realizou o seu curso superior?

Presencial Semipresencial À

distância.

13. Possui pós-graduação: Não Sim

14. Em caso positivo, qual? _____

Especialização (mínimo de 180 h) Especialização (mínimo de 360

h).

Mestrado Doutorado

Não fiz ou não completei curso de pós-graduação

15. Se você fez pós-graduação, indique a área temática do curso de pós-graduação de mais alta titulação que possui:

Educação, enfatizando gestão e administração escolar

Educação, enfatizando a área pedagógica

Educação, enfatizando inclusão escolar

Educação, enfatizando alguma disciplina curricular

Educação, outras ênfases

Fora da área de Educação

Outro. Especificar:

III – INFORMAÇÕES SOBRE A CARREIRA DOCENTE

16. Há quanto tempo você trabalha na área de Educação? ____ anos ____ meses

17. Tempo de docência: _____ anos _____ meses

18. Anote sua jornada semanal total de trabalho: _____ horas.

IV – INFORMAÇÕES SOBRE O PAPEL DAS AGÊNCIAS

Tabela 7: Escala de likert

	O PAPEL DAS AGÊNCIAS INTERNACIONAIS	Discor do Totalmente	Discor do Parcialmente	Conco rdo Parcialmente	Conco rdo Totalmente
A1	As Agências Internacionais contribuem na Formulação das Políticas Educacionais na República de Angola				
A2	O papel das Agências Internacionais é auxiliar na melhoria da qualidade do sistema de ensino na República de Angola				
A3	As Políticas Educacionais na República de Angola podem ser melhoradas com as indicações das Agências Internacionais				
A4	As Agências Internacionais são organismos que dispõem de conhecimentos que podem melhorar a educação em Angola				
A5	Os relatórios de monitoramento das políticas educacionais de Angola instituídos por organizações multilaterais auxiliam a melhorar a qualidade da educação				
A6	Os Diretores de Escola conhecem o papel das Agências Internacionais				
A7	Os Deputados conhecem o papel das Agências Internacionais				
A8	As Agências Internacionais devem contribuir com o governo em políticas, mas não devem interferir nas concepções de educação que são estabelecidas pelas leis do país.				
A9	As Agências Internacionais têm de ter um papel limitado na melhoria da qualidade educação, pois o governo tem de fazer sua parte.				
A10	As Agências internacionais estão cada vez mais desenvolvidas na sociedade contemporânea.				
A11	O papel das Agências Internacionais não é conhecido pelos profissionais de educação				
A12	O papel das Agências Internacionais tem sido mais teórico do que prático				
A13	O potencial das Agências Internacionais para contribuir com as políticas educacionais da República de Angola tem sido desconsiderado				
A14	É indefinido o papel das Agências Internacionais para auxiliar na melhoria da qualidade educação na República de Angola				
A15	As Agências Internacionais têm um impacto negativo nas políticas educacionais na República de Angola				



UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE – ULAN

◇ Lunda Norte ◇ Lunda Sul ◇ Malanje ◇

ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA LUNDA-NORTE

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

APÊNDICE 2: Termo de consentimento livre e esclarecido

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa sobre o Analisar as percepções de diferentes actores sobre o papel das Agências Internacionais na Formulação das Políticas Educacionais na República de Angola, sob responsabilidade do pesquisador Jorge Miamba e orientada pelo Professor Dr. Paulo Sergio Garcia, tendo por objectivo analisar as percepções de diferentes actores sobre o papel das agências internacionais na educação com o foco na formulação das políticas educacionais na República de Angola.

Para realização deste trabalho usaremos um questionário qualitativo com questões fechadas e uma escala do tipo Likert.

Esclarecemos que manteremos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o sujeito da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados inerentes ao desenvolvimento do estudo.

A presente pesquisa não apresenta riscos. O benefício esperado com o resultado desta pesquisa será a produção de um curso de extensão sobre conceitos e dimensões do clima escolar.

O (a) senhor (a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si ou para seu tratamento (se for o caso); a garantia de que, em caso haja algum dano a sua pessoa (ou o dependente), os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores ou pela instituição responsável, inclusive acompanhamento médico e hospitalar (se for o caso). Caso haja gastos adicionais,

os mesmos serão absorvidos pela pesquisadora.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos o (a) senhor (a) deve procurar a pesquisador Jorge Miamba.

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida, exceto dados pessoais, em publicações e eventos de carácter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do(s) pesquisador(es).

Local:

Data: ___/___/___

Assinatura do Sujeito (ou responsável)

Assinatura do pesquisador

Para menores de 18 anos a autorização é assinada pelo Pai ou responsável

ATENÇÃO:

1º Em casos de pesquisa com menores ou população vulnerável, usar o texto abaixo:

Eu (nome completo do responsável), responsável pelo (a) menor (nome completo do menor),

2º Em casos de pesquisa com menores, além do TCLE, deve ser feito um Termo de Assentimento.